

**METO
DOLO
GIAS
METO
DOLO
GIAS
METO
DOLO
GIAS
METO
DOLO
GIAS**

**METODOLOGIA
DE TRABALHO
COM FAMÍLIAS E
COMUNIDADES
NOS NÚCLEOS
DE APOIO À
FAMÍLIA - NAF**

Centro de Referência da
Assistência Social - CRAS

**METODOLOGIA DE
TRABALHO COM
FAMÍLIAS E GRUPOS
NO EIXO ORIENTAÇÃO
SOSF/PBH**



PREFEITURA BH
TRABALHO PELA VIDA

Belo Horizonte, 2007

Metodologia de Trabalho Social com Família na Assistência Social



PREFEITURA BH
TRABALHO PELA VIDA

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Fernando Damata Pimentel

Secretaria Municipal de Políticas Sociais

Jorge Raimundo Nahas

Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social

Rosilene Cristina Rocha

Apresentação

A presente publicação foi organizada pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte com o objetivo de disponibilizar os conteúdos formulados ao longo dos últimos anos, no que diz respeito à metodologia de trabalho com famílias.

A Política Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte desde seu início, em 1993, é referenciada nos parâmetros estabelecidos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e, no contexto atual, sintonizada com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é um modelo de gestão instituído pela Política Nacional de Assistência Social em 2004. O SUAS organiza elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social, como, por exemplo, a matricialidade sociofamiliar. Tornou-se, assim, um grande desafio a necessária abordagem do tema metodologia de trabalho com famílias, que passa a comparecer na agenda das Políticas Públicas e em especial da Assistência Social como abordagem estratégica.

Se de um lado existe o reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social e a importância da Assistência Social em trabalhar com as mesmas, por outro lado os estudos e formulações no âmbito da gestão governamental de ações para e com essas famílias ainda se apresentam de forma tímida. Portanto, o ineditismo, associado a um conjunto de desafios decorrentes desse contexto, instiga-nos a aprofundar os debates na perspectiva do aprimoramento da metodologia de trabalho com famílias na política de assistência social em Belo Horizonte.

Nessa perspectiva, a incursão analítica sobre essa metodologia teve início em 2002, priorizando os serviços Núcleos de Apoio à Família (NAF/CRAS) e o Serviço de Orientação Sociofamiliar (SOSF), para somar-se a outros esforços de aperfeiçoamento, na operacionalização dos serviços socioassistenciais, contribuindo com a instrumentalização do trabalho técnico junto aos usuários.

Nessa direção, a qualidade dos serviços prestados a esses usuários, a possibilidade de emancipação, autonomia e protagonismo dos mesmos, a efetiva garantia de seus direitos e a compreensão do empoderamento dessas famílias e suas comunidades constituem-se em estratégias importantes de combate à pobreza e à exclusão social.

Esta publicação traduz uma ação técnica e política de afirmação da Assistência Social como política pública de combate à pobreza, com centralidade no trabalho com famílias. Sua formulação contou com a participação das equipes centrais e as vinculadas aos serviços NAF/CRAS e SOSF, no período de 2003 a 2006, além da valiosa e indispensável contribuição dos consultores Maria Lúcia de Miranda Afonso e Edgar Pontes de Magalhães.

É com muita alegria e entusiasmo que disponibilizamos o resultado desse investimento institucional, que concretiza a nossa convicção nesta ação e o nosso aprendizado a partir de nossa experiência concreta de gestão da Assistência Social em Belo Horizonte .

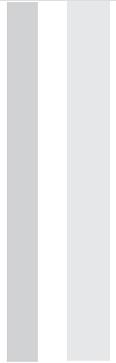
Agradecemos a todos por sua valiosa contribuição.

Rosilene Cristina Rocha

Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social

Parte 1

**METODOLOGIA DE TRABALHO COM
FAMÍLIAS E COMUNIDADES NOS
NÚCLEOS DE APOIO À FAMÍLIA – NAF
(CENTRO DE REFERÊNCIA DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS)
NAF/CRAS**



FICHA TÉCNICA METODOLOGIA DE TRABALHO COM FAMÍLIAS E COMUNIDADES NOS NAF/CRAS

Coordenação:

Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social - GPAS
Léa Lúcia Cecílio Braga

Gerência de Proteção Social - GPSO
Darci Maria de Sousa Vilaça

Gerência de Proteção Social Básica - GPSOB
Ana Rogéria Vitório Caon

Equipe de Elaboração:

Alcione Mesquita
Clarice de Oliveira Pinto Vasconcelos
Eugênio Prado de Freitas
Haydêe Magda Gonçalves
José Maurício Iglesias
José dos Reis da Silva
Kátia Simone Zacché
Magali Cetto Deslandes Cardoso
Magda Carvalho Rodrigues Sant´ana
Mara Rúbia de Souza Albano Félix
Maria das Graça Madureira
Maria Luiza dos Santos
Maria Thereza Nunes Martins Fonseca
Mitze Gonçalves P. de Oliveira
Ramon Corrêa de Abreu
Ronaldo José Sena Camargos
Simoni Jacomini de Souza
Soraia Pereira de Souza

Consultores:

Maria Lúcia M. Afonso
Egdar Pontes Magalhães

Sumário



Introdução.....	11
1 – Definição do NAF/CRAS	14
2 – Bases Legais do Trabalho com Famílias no NAF/CRAS	14
2.1 – Ordenamentos Legais.....	14
2.2 – Direito das Famílias no âmbito da Assistência Social	15
3 – Princípios do Trabalho com Famílias e Comunidade no NAF/CRAS	15
4 – Diretrizes do Trabalho com Famílias e Comunidade no NAF/CRAS	16
5 – Objetivos do NAF/CRAS	16
5.1 – Geral	16
5.2 – Específicos.....	16
6 – Trabalho com Famílias e Comunidade	17
6.1 – Fortalecimento dos Vínculos Familiares.....	17
6.2 – Fortalecimento dos Vínculos Comunitários	19
7– Estratégias de Execução dos Serviços que Compõe o Equipamento NAF/CRAS	19
8 – Fluxo do Atendimento ao Usuário no NAF/CRAS	21
9 – Atividades do NAF/CRAS: Definições e Procedimentos de Acordo com o Fluxo do Serviço	22
9.1 - Atendimento Familiar e/ou Individual	22
9.1.1 – Acompanhamento	23
9.1.2 – Encaminhamento.....	23
9.2 – Visita Domiciliar	24
9.3 – Visita Institucional.....	24
9.4 – Articulação da Rede	25
9.5 – Contato Institucional para Garantia do Atendimento	25
10 – Atividades Coletivas.....	27
10.1 – Atividades Grupais	28
10.1.1 – Grupo Sócio-Educativo	31
10.1.2 – Oficinas de Convivência	33
10.1.3 – Oficinas de Reflexão	35
10.1.4 – Grupo de Mobilização Comunitária	38

10.1.5 – Grupo Multifamílias	39
10.2 – Atividades Comunitárias	42
10.2.1 – Reunião Comunitária	42
10.2.2 – Eventos	43
10.2.3 – Redes Sociais	43
10.2.4 – Palestra	49
11 – Ações de Gestão	49
11.1 – Reunião.....	49
11.2 – Elaboração de Documentos	50
12 – Outras Definições Relacionadas ao Atendimento	
NAF/CRAS	50
12.1 – Acolhida.....	50
12.2 – Apoio.....	50
12.3 – Demanda Espontânea	50
12.4 – Problematização	50
12.5 – Entrevista	51
12.6 – Instrumentais	51
12.7 – Recepção	51
Referência Bibliográfica	52

Introdução

A conjuntura histórica de implantação e implementação de políticas públicas, tanto na esfera federal quanto municipal, exige um trabalho constante de discussão e atualização dos serviços voltados para a população, no intuito de assegurar resolutividade, equidade, eficiência e qualidade dos mesmos.

A Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS) vem construindo em Belo Horizonte, desde o início dos anos 90, uma política pautada no artigo 203 da Constituição Federal de 1988 – que apresenta a Assistência Social como direito do cidadão quando ele assim necessitar – e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – 07.12.93) que, em seu Artigo 1º, define:

“A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (LOAS, 1993, p. 19).

Além disso, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) orienta-se pela matricialidade sócio-familiar, entendida como um dos eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão reconhece as pressões e os processos de exclusão socioculturais a que as famílias brasileiras estão submetidas. Nessa perspectiva, a “família constitui-se no espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cui-

dados aos seus membros”. Isso justifica sua “centralidade no âmbito das ações da política de assistência social” e que deve estar “condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos”, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a LOAS e o Estatuto do Idoso.

“Como política de Seguridade Social a Assistência Social adquire caráter de Proteção Social e deve garantir a segurança de acolhida; a segurança social de renda; a segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social; a segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social; finalmente, a segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais” (PNAS, 2004, p. 31).

De acordo com os princípios e as garantias afiançadas pela PNAS, a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMA-AS) estruturou seus serviços sócio - assistenciais dividindo-os em Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE).

A PSB destina-se a prevenir situações de risco, através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários em um determinado território. A PSE visa atender famílias ou indivíduos com direitos violados ou em situação de risco, envolvendo as políticas protetivas.

Os Núcleos de Apoio à Família/Centros de Referência da Assistência Social (NAF/CRAS), primeiro equipamento da Política Municipal de Assistência Social, em Belo Horizonte são viabilizados por recursos do governo federal e municipal. Tal equipamento, localizado na PSB, é de caráter preventivo e se organiza de forma sistemática e intersetorial no trabalho com famílias moradoras de áreas mais vulneráveis da cidade.

Destaca-se seu papel na organização e articulação da construção do Sistema de Base Local da Política Municipal de Assistência Social (PMAS) – em consonância com a Política Nacional de

Assistência Social (PNAS) – prevendo a interface com as demais políticas setoriais locais, garantindo a sustentabilidade das ações e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos buscando, também trabalhar com instrumentais que possibilitem a superação das condições de vulnerabilidade¹ bem como a prevenção das situações que indicam risco² potencial.

Construir uma metodologia de trabalho com famílias e comunidades em territórios identificados como áreas de vulnerabilidade social, constitui um desafio permanente para os gestores de políticas públicas, considerando-se dois aspectos importantes: primeiramente, a natureza contraditória da instituição familiar, marcada por “conflitos” e “desigualdades”, ao mesmo tempo em que funciona como “mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando continuamente os deslocamentos entre o público e o privado”, assim como diferentes modalidades de vida comunitária podem ser geradas por ela. Outro aspecto diz respeito às “transformações societárias” que atingem a família em suas “três dimensões clássicas”: sexualidade, procriação e convivência (PNAS, 2004, p. 41).

Portanto, a metodologia do trabalho com famílias e comunidades procura contemplar essas dimensões, considerando também o caráter político que ele encerra.

¹ Ver definição de vulnerabilidade no Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social (2006, p. 43).

² Risco social “refere-se à probabilidade de ocorrência de um evento de origem natural, ou produzido pelo ser humano, que concretiza a passagem da situação de vulnerável a vulnerabilizado, afetando a qualidade de vida das pessoas e ameaçando sua subsistência” Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social, 2006, p. 38.

1. DEFINIÇÃO DO NAF/CRAS

A Política Nacional de Assistência Social define o NAF/CRAS:

“(…) como uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, referenciando um total de 5.000 famílias. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da Política da Assistência Social, constituindo-se na porta de entrada dos usuários da rede de proteção social básica do SUAS” (PNAS, 2004, p. 29).

Essa unidade deve efetivar a referência e a contra-referência para o usuário na rede socioassistencial do SUAS, além de referenciar os serviços das demais políticas públicas.

2. BASES LEGAIS DO TRABALHO COM FAMÍLIAS NO NAF/CRAS

2.1. Ordenamentos Legais:

1. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988;
2. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Lei Nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993.
3. Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Lei Nº. 8.069 de 13 de julho de 1990.
4. Política Nacional do Idoso. Lei Nº. 8.842 de 04 de janeiro de 1994.
5. Política Nacional para a integração da pessoa com deficiência. Lei Nº. 7.853 de 24 de outubro de 1989.
6. Política Nacional de Assistência Social (PNAS) Decretos Nº. 3.298/99 e 5.296 novembro de 2004.
7. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) 01/2005. Decreto Nº. 5.085 de 15 de Julho de 2005.

8. Guia de Orientação Técnica da Proteção Social Básica Nº. 1. Junho de 2005.

9. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

2.2. Direito das famílias no âmbito da Assistência Social:

Prerrogativa da Constituição de 1988 e da LOAS de 1993, dando direito às condições para responder ao dever de sustento, guarda e educação de seus filhos menores, além do direito às condições que possibilitem a orientação, a proteção e a promoção de seus integrantes.

3. PRINCÍPIOS DO TRABALHO COM FAMÍLIAS E COMUNIDADE NO NAF/CRAS

O NAF/CRAS rege-se pelos mesmos princípios da PNAS, em consonância com o disposto na Lei Orgânica da Assistência Social:

- Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

4. DIRETRIZES DO TRABALHO COM FAMÍLIAS E COMUNIDADE NO NAF/CRAS

Da mesma forma, as diretrizes baseiam-se na Constituição Federal de 1988, na LOAS (1993) e na PNAS (2004):

- Centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos;
- Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- Descentralização político-administrativa, respeitando-se as diferenças e as características locais;
- Articulação comunitária, observando o protagonismo das famílias e da comunidade, bem como a organização das ações na lógica da intersectorialidade.

5. OBJETIVOS DO NAF/CRAS

5.1. Geral: Contribuir para a inclusão social através do fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais, bem como a inserção na rede de serviços.

5.2. Específicos:

- 1) Encaminhar e acompanhar famílias e indivíduos para a rede de serviços socioassistenciais;
- 2) Promover o grupo familiar englobando a sua reorganização e o seu protagonismo para a superação de vulnerabilidades e riscos, bem como a sua potencialização como matriz de convivência, cuidados, mediação e defesa dos direitos dos seus membros;
- 3) Promover a socialidade no território de abrangência do equipamento, considerando o protagonismo das famílias na prevenção e superação de vulnerabilidades e riscos, a potencialização de seus recursos, bem como a promoção dos direitos da assistência social;

6. TRABALHO COM FAMÍLIAS E COMUNIDADE

O trabalho com famílias e comunidade do território de abrangência do NAF/CRAS pauta-se em uma abordagem psicossocial com ações que visam informar, formar e transformar as suas representações e práticas na referência dos direitos de cidadania. Para tanto é necessário conhecer os grupos familiares, identificando suas necessidades e demandas, potencializando sua inclusão na rede de atendimento, encaminhando e acompanhando cada caso – processo fundamental para o alcance dos objetivos propostos. A ação de acompanhar a família nesse processo exige a integração de dois eixos de ação: assistencial e socioeducativo. O primeiro refere-se ao apoio efetivo prestado à família e aos seus membros, através da potencialização da rede socioassistencial e do acesso aos serviços básicos a que têm direito. O segundo está voltado para o trabalho com as famílias – entendidas como sujeitos socio-culturais, com suas histórias e projetos – com as quais se desenvolve uma reflexão sobre seu cotidiano e suas diversas formas de organização, sejam elas do ponto de vista “estrutural”, “funcional” ou “relacional”.

A organização “estrutural” refere-se à situação socioeconômica e de inclusão na rede de serviços tanto da Política Social quanto da Política Urbana, sendo necessário, portanto, atividades de encaminhamento e acompanhamento de casos, visitas e articulações institucionais, bem como visitas domiciliares, reuniões intersetoriais, dentre outras ações de rede.

A organização “funcional” é entendida como a organização do cotidiano familiar: papéis, funções, divisão de tarefas e economia doméstica e como esta organização do cotidiano facilita ou dificulta a interação familiar e o cuidado com os membros.

Já a “relacional” engloba o conjunto de vínculos intrafamiliares e da família com a família extensa e a comunidade, relações de geração e de gênero, de autoridade, afeto, cuidado e como esses vínculos aproximam ou distanciam, facilitam ou dificultam uma cultura relativa aos direitos de seus membros (AFONSO, 2005, p. 18).

6.1 - Fortalecimento dos vínculos familiares:

○ trabalho para o fortalecimento dos vínculos familiares inclui reflexão, orientação e apoio:

- Em suas funções de proteção, socialização e cuidado de seus membros, promovendo a inclusão social e incentivando o protagonismo, na superação de riscos e vulnerabilidades;

- No desenvolvimento de práticas de solidariedade e de mobilização comunitária na defesa dos direitos, juntamente com a própria comunidade do território de abrangência;

- Na informação destinada às famílias sobre direitos, rede de serviços e recursos das políticas sociais;

- Na identificação de suas necessidades, dificuldades e potencialidades;

- Na organização estrutural de sua vida cotidiana: emprego, inclusão produtiva e projetos de geração de renda e autonomia;

- Na organização funcional de sua vida cotidiana: papéis e funções familiares, responsabilidades e tarefas dos membros, cuidados básicos com o domicílio e outros aspectos que possam interferir na qualidade de vida e convivência do grupo familiar;

- Na organização relacional de sua vida cotidiana: fases do desenvolvimento humano; cuidado e convivência com crianças, adolescentes, jovens e idosos; cuidado com pessoas com deficiência e com doenças crônicas ou graves; relações de autoridade e de afeto; relações entre gerações; relações de gênero; situações de crise na família decorrentes de rupturas e perdas; crenças, valores e representações que organizam e influenciam as relações; potencialidades e dificuldades da convivência da família na comunidade e na sociedade;

- Promoção e participação nas ações que visem potencializar as crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência no sentido de refletir e reorganizar o seu cotidiano em família e os seus vínculos familiares e comunitários;

- Apoio aos que, na família, cuidam de outros membros, visando à qualidade da interação familiar; a reflexão sobre o cuidar; os direitos dos dependentes; a minimização do impacto negativo e tensões envolvidas na função de cuidar;

- Criação de espaços de troca entre os grupos atendidos nos programas de base local e suas famílias, visando à informação, reflexão e potencialização da família, a redução de riscos e a promoção dos direitos sociais.

6.2 – Fortalecimento de vínculos comunitários:

O trabalho de fortalecimento dos vínculos comunitários consiste num conjunto de ações que priorize as relações comunitárias de troca e solidariedade, fortalecendo os vínculos entre as diversas famílias do território de abrangência do equipamento. Tais ações deverão possibilitar, dentre outras coisas, a criação de espaços com a comunidade para a discussão, sensibilização, troca de informações e reflexão sobre a importância da família no desenvolvimento dos seus membros e do seu próprio equilíbrio interno.

Deverá discutir, também, a multiplicidade dos valores e práticas atuais, seus direitos relativos ao acesso as política públicas, em especial a Política de Assistência Social, as possíveis formas de enfrentamento das situações de vulnerabilidades e riscos, além de trabalhar estratégias para desenvolver valores e práticas de cooperativismo.

7. ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS QUE COM- PÕE O EQUIPAMENTO NAF/CRAS

Em cada unidade de NAF/CRAS deverão ser observadas as seguintes etapas:

1. Levantamento de dados: o que permite o conhecimento do território de sua abrangência. Consiste em estudos da área e que pode apoiar-se nas informações oferecidas por outras políticas setoriais que estejam estabelecidas no local, bem como demais instrumentais já disponibilizados por entidades de outro ente federativo;

2. Investigação diagnóstica: desenvolvida a partir dos dados levantados na etapa anterior e/ou por outras iniciativas, bem como a

partir da própria relação da equipe técnica com a população. Utiliza-se de instrumentos como a entrevista e outros recursos disponíveis, a investigação diagnóstica inclui o mapeamento do território e análise do mesmo, de forma a identificar outros serviços existentes, recursos, identidade cultural do lugar e formas de organização;

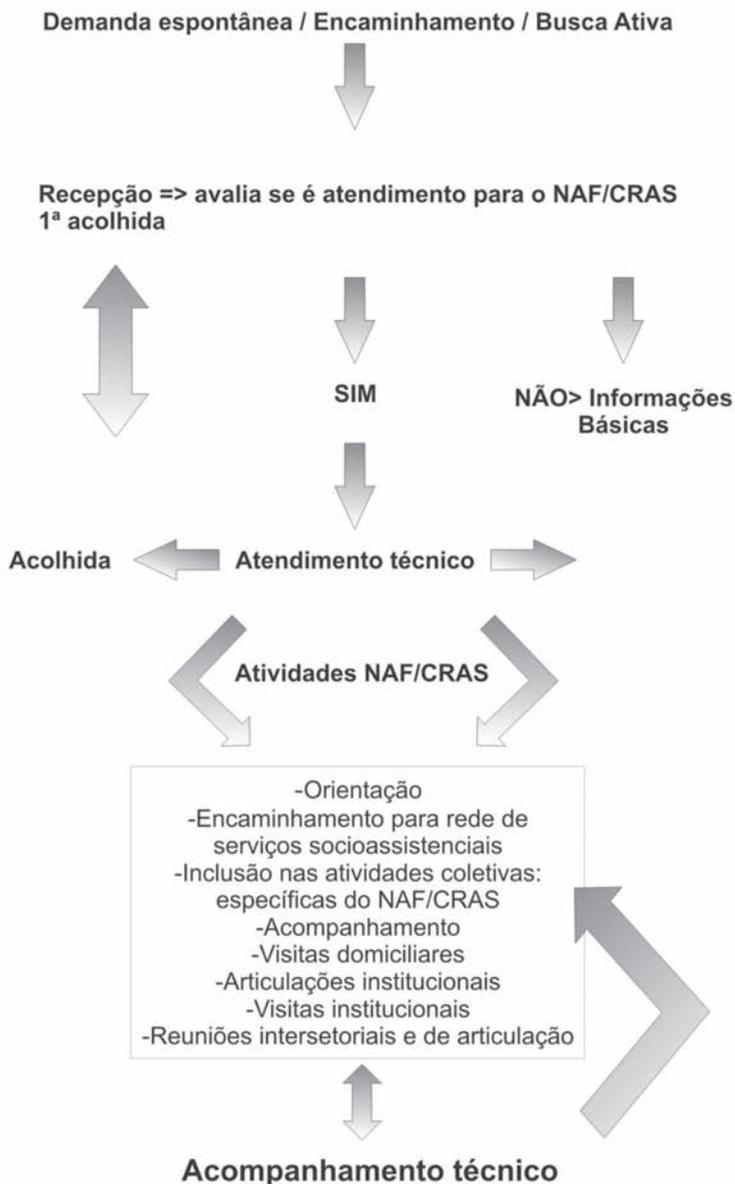
3. Planejamento: baseado na investigação diagnóstica, consiste na proposição de ações e atividades, na definição de metas e resultados esperados, na identificação de recursos necessários e nas relações de interface, intersectorialidade e parcerias;

4. Implementação do serviço: etapa de execução propriamente dita, visando à construção de vínculos com a comunidade, o desenvolvimento de atividades de acordo com a metodologia do NAF/CRAS, o planejamento feito e os recursos disponíveis;

5. Avaliação: análise e avaliação sobre as ações desenvolvidas, os resultados alcançados e as metas atingidas. A avaliação deve ser contínua e considerar aspectos qualitativos e quantitativos.

6. Monitoramento: processo contínuo e sistemático de acompanhamento das atividades dos serviços, programas e projetos, para verificar se estas estão de acordo com o programado.

8. FLUXO DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO NO NAF/CRAS



9. ATIVIDADES DO NAF/CRAS: DEFINIÇÕES E PROCEDIMENTOS DE ACORDO COM O FLUXO DO SERVIÇO

Objetivo	Atividade	Modalidades de cada atividade (para relatórios internos)					
1 Inserir na Rede de Serviços	a) Atendimento ao Núcleo Familiar e/ou Individual	Encaminhamento					
	b) Visita Domiciliar	Acompanhamento					
	c) Visita Institucional						
	d) Articulação da Rede						
	e) Contato Institucional para garantia do atendimento						
2 Fortalecer os vínculos familiares e os vínculos comunitários	a) Atividades Coletivas:	a-1) Atividades grupais	Oficina de Reflexão	Oficina de convivência	Grupo de Mobilização Comunitária	Grupo Sócio-Educativo	Grupo Multi-famílias
		a-2) Atividades comunitárias	Reunião Comunitária	Eventos	Redes sociais	Palestra	
	b) Atendimento Familiar e/ou Individual	Encaminhamento					
	c) Visita Domiciliar						
	d) Articulação da Rede	Acompanhamento					

9.1 – Atendimento familiar e/ou individual:

Conceito: Atenção sistematizada prestada ao usuário ou à família na unidade de serviço³.

Procedimento: O atendimento envolve técnicas e instrumentos diversos que vão da acolhida até a entrevista para melhor conhecimento e formulação de um plano de atendimento ao usuário e/ou sua família. Tem como modalidade o encaminhamento e o acompanhamento.

³Ver conceito de no Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social (2006, p. 6).

9.1.1 - Acompanhamento:

Conceito: Processo de trabalho realizado pelos profissionais da assistência social, voltado para o usuário (indivíduos, famílias e grupos). Inclui outros procedimentos para além do atendimento e encaminhamento:

- Visitas domiciliares e/ou institucionais;
- Contatos com órgãos encaminhadores;
- Organizações da rede socioassistencial⁴ e demais políticas públicas.

Procedimento: O acompanhamento é realizado por um técnico do NAF/CRAS, que utiliza dinâmicas variadas nas atividades com grupos, além das atividades descritas acima, visando à reflexão familiar sobre suas próprias experiências além de trabalhar no levantamento de possibilidades e condições para o enfrentamento das questões apresentadas, sejam nos atendimentos ou em outras atividades específicas.

9.1.2 - Encaminhamento:

Conceito: Procedimento de articulação da necessidade do usuário com a oferta dos serviços sociais do município. Pressupõe contatos prévios e posteriores entre os serviços, ou seja, ações de articulação interinstitucional de forma a garantir a efetivação do encaminhamento e possibilitar o retorno da informação.

Procedimento:

- Registro da demanda (demanda espontânea, busca ativa ou indicação/encaminhamento feito por outro serviço) e marcação de entrevista;
- Entrevista – poderão ser necessárias mais de uma entrevista para confirmação da demanda e, através do estudo de caso, realizar o encaminhamento necessário;
- Articulação institucional para a garantia da acolhida ao usuário encaminhado;
- Encaminhamento;

⁴ Ver definição de Rede Socioassistencial no Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social (2006, p. 37).

- Acompanhamento do encaminhamento junto aos serviços contatados e/ou através de contatos com os próprios usuários encaminhados.

9.2 - Visita domiciliar:

Conceito: Atividade técnica de atenção sistematizada prestada ao indivíduo e/ou à família na sua unidade domiciliar e que objetiva conhecer a realidade do núcleo familiar, observando sua dinâmica e sua articulação com a vizinhança. Tal atividade visa também, conferir no território de abrangência do equipamento, a localização das famílias cadastradas no NAF/CRAS, de forma a manter esse cadastro sempre atualizado, além de conferir a localização de famílias que sejam usuárias potenciais do serviço específico do NAF/CRAS bem como de outros da Proteção Social Básica que compõe a base local.

Procedimento: Pautada no respeito à privacidade, a visita domiciliar utiliza basicamente, a técnica da observação e procura estabelecer contratos que possibilitem o retorno da família ao equipamento, a participação em oficinas das modalidades que compõe as atividades do equipamento, dentre outras ações realizadas pelo NAF/CRAS. A visita domiciliar pode se dar por razões tais como: convite ao cadastramento do núcleo familiar no NAF/CRAS, informações mais gerais, busca ativa de famílias que se encontram em situação de risco e/ou em descumprimento de condicionalidades tratadas no contrato institucional, visitas de acompanhamento de casos específicos⁵.

9.3 – Visita Institucional:

Conceito: É uma atividade técnica, utilizada junto à rede socioassistencial, com objetivos específicos, tais como: discussão de casos, articulação da rede, supervisão da rede conveniada, dentre outros, contribuindo para a eficiência da gestão da Política de Assistência Social⁶.

⁵ Proteção Básica do SUAS – Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – jun/2006 pág. 38 e 39.

⁶ Definição segundo Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social (2006, p. 43).

9.4 – Articulação da Rede:

Conceito: A atividade de articulação da rede pressupõe conhecer, identificar e socializar recursos e informações. É parte integrante do processo de mobilização e da construção coletiva de propostas e projetos para potencializar, criar soluções e proporcionar a complementaridade das ações e dos serviços.

Procedimento:

- Fazer o mapeamento dos recursos existentes no território, considerando a rede de serviços, grupos e lideranças;
- Conhecer e pactuar ações com os serviços locais, regionais e municipais. OG ou ONG;
- Visitar os diversos serviços e programas desenvolvidos no território (visita institucional);
- Realizar reuniões com lideranças e gestores locais para mobilização e fortalecimento da rede local.

9.5 – Contato Institucional para garantia do atendimento:

Conceito: Atividade de articulação e pactuação interinstitucional que visa à efetivação do atendimento ao usuário do NAF/CRAS a partir de um acordo entre os demais serviços da rede socioassistencial.

Procedimentos: O contato institucional – feito por telefone ou visita – poderá ocorrer quando o técnico, no atendimento ao núcleo familiar ou ao indivíduo, encaminhar o(s) usuário(s) para um determinado serviço da rede socioassistencial, preparando a acolhida e o atendimento do mesmo no local de destino do encaminhado.

10 – ATIVIDADES COLETIVAS

Conceito: Atividades desenvolvidas com famílias e grupos da comunidade do território de abrangência do NAF/CRAS, objetivando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, de práticas de mobilização social, de reflexão e de participação das famílias na vida comunitária. Tais atividades podem ser de dois tipos – grupais e comunitárias, podendo apresentar diversidade

metodológica, além de técnicas de intervenção que possibilitem a identificação das demandas e potencialidades de cada participante na resolução de seus problemas.

Procedimento: Conforme a modalidade das atividades a serem implementadas, podem ser: palestras, reuniões comunitárias, redes sociais e eventos quando são atividades comunitárias e, ainda, oficina de mobilização comunitária, grupo multifamília, grupo sócio-educativo, oficinas de convivência e de reflexão quando são atividades grupais.

Fundamentação: as atividades coletivas, sejam elas grupais ou comunitárias, fazem parte de uma abordagem psicossocial que é, por definição, interdisciplinar, visando à articulação entre as ciências humanas e as teorias que abordam o sujeito em sua dimensão subjetiva. Contempla, assim, três níveis de análise inter-relacionados: (1) comportamento social e subjetivo; (2) relações intersubjetivas (3) grupos e processos coletivos. A abordagem psicossocial se ocupa do vínculo social, a socialidade, que constitui a relação entre os sujeitos, mediados pelo social. Essa perspectiva estuda, dentre outras questões, as relações entre indivíduos, grupos e instituições, a dinâmica desses grupos sociais, bem como os processos de transformação social.

No trabalho coletivo desenvolvido no NAF/CRAS, usa-se uma metodologia participativa que objetiva promover os vínculos familiares e comunitários, proporcionando situações que estimulem a reflexão sobre as suas formas de organização. Para tal, é necessário elucidar suas relações internas e externas dentro de uma sociedade. A postura dos técnicos é co-participativa em vez de não diretiva, ou diretiva. Isto porque atuam no sentido de promover mudanças, incentivando as formas dialógicas e reflexivas voltadas para a reorganização das relações familiares, observando sempre os direitos de cidadania e o protagonismo do grupo familiar.

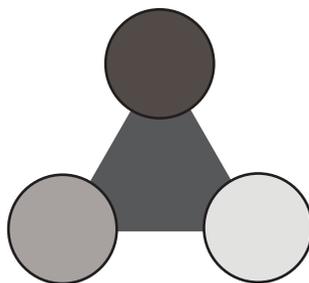
○ processo de mudança requer a análise sobre:

a) A dinâmica interna do grupo familiar – que detecte as motivações e condições para tal;

b) A dinâmica externa do grupo familiar em suas relações com a comunidade e a sociedade: suas estruturas, formas de comunicação, interações, vínculos dentre outras.

Esse trabalho se direciona para o coletivo (atividades em grupo) em suas possibilidades de reflexão e convivência. Eventualmente, o indivíduo poderá ser abordado em sua condição de “sujeito social” que recebe e processa a influência de sua cultura e de seu grupo de referência, dentre eles, a família. O desenho abaixo ilustra o conjunto das atividades coletivas.

ATIVIDADES COLETIVAS (GRUPAIS E COMUNITÁRIAS)



Reflexão

Mobilização

Convivência

Na metodologia do NAF/CRAS, as atividades coletivas específicas com grupos são definidas conforme as articulações que são feitas durante os processos de reflexão e convivência comunitária e pelo seu caráter informativo e formativo, proporcionando, portanto, uma educação no sentido mais amplo, a formação dos sujeitos (mudanças em sua maneira de relacionar) e o desenvolvimento de habilidades (produção). As atividades grupais são traduzidas a partir da modalidade de grupo sócio-educativo, oficina de convivência, oficina de reflexão, grupo de mobilização comunitária e grupo multifamílias.

10.1 – Atividades Grupais:

Um grupo pode ser definido como:

“... um conjunto restrito de pessoas que, ligadas por constantes de tempo e espaço e articuladas por sua mútua representação interna, se propõe, de forma explícita ou implícita a uma tarefa, que constitui a sua finalidade, interagindo através de complexos mecanismos de assunção e distribuição de papéis” (Pichon-Rivière, 1980).

Dessa maneira, pode-se detectar em todos os grupos, de uma forma subentendida, uma rede de vínculos, um sistema de comunicação e relações de poder. O que faz a diferença dentre os tipos de grupo é justamente a forma como esses vínculos, a comunicação e o poder se organizam.

O grupo está sempre em relação com o seu contexto sócio-institucional, sofrendo a influência deste, mas também o influenciando, no que diz respeito à sua forma de pensar, sentir e agir no mundo. No grupo, as representações sociais, as formas de enfrentar problemas, a identidade, e tudo o mais está em relação com as visões de mundo, os recursos sociais, a forma como a sociedade vê o grupo, e assim por diante. Existe uma relação dialética entre *campo grupal* e *campo social*. Trabalhar a família como grupo, ou trabalhar com grupos de famílias implica estar atento a essa dialética.

O apoio e a orientação ao grupo familiar precisam levar em conta sua singularidade, sua vulnerabilidade no contexto social, seus recursos culturais, simbólicos e afetivos, bem como sua disponibilidade para se transformar e dar conta de suas atribuições.

As relações *intra-familiares* são construídas não apenas por condições materiais, mas também por valores, crenças e concepções matizadas por um complexo de emoções e relações intersubjetivas. Informar não basta nesse contexto: é preciso motivar, superar pre-

conceitos, mobilizar afeto, considerando as formas de relacionamento que sustentam ou minam a relação de cuidado com seus membros e que estão na base do desenvolvimento de referências morais e afetivas.

○ trabalho com as famílias deve abranger o acesso aos direitos e serviços básicos, a sua inclusão em redes sociais de participação e solidariedade, a apropriação de informações e conhecimentos relacionados à sua capacidade de proteger os seus membros e defender os seus direitos.

“É importante compreender essas ações no contexto da política social como orientadas por uma ética dos direitos – seu eixo fundamental – e não como uma visão controladora e reguladora da vida privada” (Orientações Técnicas para CRAS, Brasília, 2006, pág. 41).

É preciso, portanto, pensar em estratégias que promovam a informação, reflexão, mobilização e participação das famílias e da comunidade – formas de intervenção que possibilitem a reorganização das relações e a elaboração das já citadas referências morais e afetivas. Por exemplo, provocar uma reflexão em torno de uma nova compreensão sobre a importância da brincadeira na vida da criança pequena, colocando em cheque a crença de que brincar é incompatível com outros valores familiares e/ou religiosos, ao mesmo tempo em que trabalhando as dificuldades relacionais dos pais com as crianças no que diz respeito à aceitação e promoção de brincadeiras.

Em um desenho global, consideremos três eixos inter-relacionados de atuação:

1 - Sócio-cultural: inclui debates, palestras, promoções culturais, de arte e de lazer através das quais se divulga informação, possibilita a convivência e promovem a reflexão sobre os direitos das crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, dos idosos e suas famílias;

2 - Psicossocial: implica trabalhar direto com famílias, grupos de famílias e comunidade e, eventualmente, transformar suas representações e práticas. Neste eixo podem ser incluídos os diversos tipos de atendimento (grupos, redes, entrevistas, acompanhamento e visitas domiciliares) direto aos usuários;

3 - Ações sócio-reparadoras: implica no trabalho com famílias e usuários em situação de risco social ou com direitos violados e que demandam orientação, proteção, encaminhamento, e acompanhamento sistemático, visando o acesso aos direitos e a superação da situação de violação dos mesmos.

Como equipamento da Política de Proteção Social Básica, o NAF/CRAS desenvolve ações na perspectiva da prevenção e, portanto, de acordo com os eixos acima descritos considera os aspectos psicossociais (grupos) e sócio-culturais de forma integrada e complementar. O fluxo de atividades do serviço mostra essa integração. São trabalhos com grupos que possibilitam a mediação de conflitos e as formas de diálogo e cooperação. Colaboram na organização da cultura e da sociabilidade, na mobilização comunitária, no combate ao preconceito/estigma, na difusão de novas informações, entre outros aspectos.

Para alcançar esses objetivos, as atividades com os grupos procuram potencializar suas capacidades de convivência (compartilhar identidade, objetivos, ideais e estratégias de ações) e de reflexão (analisar e avaliar sua identidade, objetivos ideais e estratégias de ação).

Todo grupo social funciona, ao mesmo tempo, para conseguir um objetivo em comum e organizar a si mesmo de forma a alcançar esse objetivo. Então, na medida em que realiza algo, o grupo precisa estar atento às suas formas de comunicação, de troca, aprendizagem, entre outros aspectos que lhe permitam essa realização. Tanto a reflexão quanto a convivência constituem-se como base de todos os grupos sociais, não havendo grupo que atue só de uma única forma. Justamente por isso, o grupo é uma instância de socialização dos sujeitos, através da ação e interação de seus membros.

No grupo, a experiência de cada um pode ser comunicada e receber novos sentidos, as atitudes de cada membro podem ser repensadas e as relações novas podem trazer a possibilidade de revisão e superação do que foi anteriormente vivido.

10.1.1 – Grupo Sócio-Educativo:

Objetivos: O Grupo Sócio Educativo (GSE) trabalhará temas básicos e de interesse comum das famílias, levando a informação em busca de caminhos para que as famílias possam ter elementos para ajudar na superação de problemas, além de mobilizá-las para ações de âmbito mais geral da comunidade. Poderá se constituir em um espaço de discussão de potencialidades e projetos mais amplos das famílias, articulado com o trabalho comunitário. Sugere-se que todas as famílias, inicialmente, sejam encaminhadas ao GSE na entrevista inicial, quando se estabelece o contrato de participação. Haverá pelo menos um GSE em funcionamento contínuo em cada território, dependendo do número de famílias atendidas.

Aspectos formais: periodicidade mensal ou bimestral, número de participantes até mais ou menos 50, fluxo contínuo, ou seja, ao longo de todo ano, funcionamento aberto e rotativo o que significa constante entrada e saída de famílias segundo o fluxo de cadastros feitos no NAF/CRAS, a partir de convites feitos pelos moradores a outras pessoas. Sugere-se o uso de recursos lúdicos e educativos e a condução dos encontros pode ser intersetorial.

Cada encontro é independente do outro. Os temas são escolhidos a partir de matrizes temáticas relacionadas às áreas da assistência, da saúde, da educação e outros, sempre enfatizando a cidadania, a vida familiar e comunitária. A participação no GSE é, preferencialmente, do responsável pela família, mas a participação dos demais membros adultos e responsáveis deve ser estimulada e aceita como forma de circulação do conhecimento produzido entre os membros.

Aspectos dinâmicos: O grupo será conduzido por uma dupla de técnicos que têm a seu encargo coordená-lo, trabalhar na or-

ganização dos encontros, a escolha e o planejamento da metodologia para trabalhar os temas escolhidos. Embora seja essencial a escuta do grupo para a escolha de temas, a coordenação tem um papel mais diretivo na condução dos encontros do que nos outros tipos de grupo.

O Grupo Sócio-Educativo faz articulação com o trabalho comunitário, servindo de ligação entre as famílias e grupos comunitários no território, bem como possibilitando a formação de grupos de mobilização com as famílias, visando organizar ações comunitárias. O tempo de duração sugerido é de 90 minutos, com um mínimo de 60 e um máximo de 120 minutos.

QUADRO II: EXEMPLO DE PLANEJAMENTO DE ENCONTRO NO GRUPO SÓCIO-EDUCATIVO

GRUPO SÓCIO-EDUCATIVO (tempo 1 a 2 horas)			
Data _____ Coordenadores _____ () NAF/CRAS () Saúde () Educação () outros Tema/Tarefa principal: _____			
Momento	Atividade	Tempo (aproximado)	Objetivos (informativo)
P R E P A R A R	<i>Aquecimento:</i> Pode ser feito através de um recurso lúdico ou educativo, especialmente voltado para a sensibilização para o tema do dia.	15 minutos	1) Este objetivo é relativo à sensibilização para o trabalho com o tema do dia.
T R A B A L H A R	<i>Tema ou Tarefa do dia:</i> Vinculado aos temas básicos do NAF/CRAS tais como direitos, desenvolvimento infanto-juvenil, idades da vida e outros temas que as famílias podem sugerir.	45 minutos	Este objetivo é relativo à informação : 1) Compreensão e apropriação da informação, 2) Pertinência da informação à lógica da promoção dos direitos e dos vínculos familiares e comunitários, 3) Explorar a operacionalização desta informação na vida cotidiana.
A V A L I A R	<i>Momento de conclusão:</i> Conhecer as opiniões do grupo e reações à informação transmitida, sugestões, combinados, avisos, etc.	30 minutos	Este objetivo é relativo à conclusão : 1) Valorizar a realização do grupo; 2) Organizar para os próximos encontros e/ou outras atividades; 3) Avaliar como o grupo está caminhando; 4) Propiciar um momento de confraternização.

10.1.2 – Oficinas de Convivência:

Conceito: Utilizaremos o conceito do Guia de Orientação Técnica:

“Encontros periódicos com um conjunto de pessoas que vivenciam questões de interesse comum, que serão compartilhadas e refletidas coletivamente através de metodologias diversas, enfatizando a dimensão da convivência” (Guia de Orientação Técnica – SUAS, 2006, pág. 45).

Em cada território desenvolver-se-á pelo menos uma oficina de convivência, de funcionamento contínuo e aberto para a qual serão encaminhadas as famílias de acordo com a avaliação do técnico de referência sobre a necessidade de se desenvolver as habilidades sociais relacionadas à convivência e sociabilidade.

Objetivos: Desenvolver a sociabilidade dos participantes; criar situações onde se possa experimentar a construção, o respeito e a transformação de regras; desenvolver as habilidades de argumentação e comunicação; estimular a cooperação e experimentar formas de resolução de conflitos de forma ética. A discussão de temas pode ou não ser levada a cabo, dependendo dos interesses do grupo. Uma forma de aproximar esta oficina de Convivência da cultura da população atendida é vinculá-la a uma atividade prática, declaradamente, como um elemento de agregação, desenvolvimento e mobilização do grupo, por exemplo, utilizando a técnica da construção de uma colcha de retalhos⁷. Nesse caso é fundamental que a condução da oficina não inverta os seus objetivos, privilegiando a ação prática do artesanato em detrimento do desenvolvimento das habilidades comunicativas e associativas.

⁷ Exemplo dado a partir de experiência bem sucedida desenvolvida pelo NAF/CRAS Vila Independência/Barreiro, em Belo Horizonte. Outros NAF/CRAS, também tem experiência semelhantes citando o FUXICARTE da Vila Artur de Sá na Nordeste a Oficina do Aprender com crianças de 07 a 10 anos do NAF/CRAS do Cruzeiroinho/Alto Vera Cruz/Leste.

Aspectos formais: As famílias serão convidadas a participar da oficina cujas atividades e regras serão construídas pela coordenação da mesma juntamente com os participantes. A participação pode ser de um dos adultos responsáveis pela família ou de qualquer outro membro, dependendo da avaliação feita pelo técnico de referência da família. Os encontros serão semanais ou quinzenais.

A oficina de convivência admite certa flutuação de frequência. Serão toleradas até 3 faltas seguidas sem justificativa relevante. Grupo aberto, com até 30 participantes. Tempo de duração do encontro: variável conforme combinação feita, a metodologia de organização dos encontros, etc. Sugere-se o tempo ideal de 90 minutos, com um mínimo de 60 minutos, podendo ser ampliado conforme as atividades desejadas (uma palestra, um piquenique, etc.). O tempo de existência do grupo é variável, em torno de 4 a 6 meses.

Aspectos dinâmicos: O grupo formado para esta oficina escolherá as suas atividades ao longo do processo, o que poderá ser feito previamente ou durante o próprio encontro, dependendo da necessidade, não descartando a possibilidade do técnico sugerir atividades e temas, técnicas de dinamização de grupo e ajudar a organizar materiais. É importante que o grupo aceite, ainda que parcialmente, essas sugestões, para que sejam realizadas com proveito. A oficina será coordenada por uma dupla de técnicos sendo um da assistência social e o outro de área diferente de acordo com a formatação da mesma. Poderão ser convidadas pessoas para interagir, dialogar, expor, etc. O trabalho intersetorial se encaixa perfeitamente neste tipo de oficina.

QUADRO III EXEMPLO DE PLANEJAMENTO DE ENCONTRO DA OFICINA DE CONVIVÊNCIA

GDF/Oficina de Convivência (tempo 2 horas)			
Data _____ Coordenadores _____ () NAF/CRAS () Saúde () Educação () outros			
Tema/Tarefa principal: _____			
Momento	Atividade	Tempo (aproximado)	Objetivos (podem ser tanto de convivência quanto de desenvolvimento de uma tarefa ou aprendizagem)
P R E P A R A R	<i>Roda de Conversa:</i> É uma conversa inicial. Pode ser usada uma técnica lúdica para facilitar a interação e a comunicação).	30 a 45 minutos	Este objetivo é relativo à convivência do grupo. 1) Promover a convivência, interação e troca de experiências, 2) Estimular as habilidades pessoais e sociais (ex: memória e a comunicação), 3) Sensibilizar para a atividade seguinte.
T R A B A L H A R	<i>Tema ou Tarefa do dia:</i> Se o grupo tem uma atividade principal (ex: artesanato) este é o momento de se dedicar a ela. Se planejou outra atividade para este dia (por ex: uma palestra), será o momento de realizá-la. Aqui também, se a coordenação achar útil, pode usar uma técnica lúdica para facilitar a discussão.	60 a 90 minutos	Este objetivo é relativo à tarefa principal do grupo ou tema do dia. Escolha um ou mais: 1) Desenvolver as tarefas do grupo (ex: técnicas de artesanato) 2) Informar e refletir sobre questões de interesse do grupo (ex: uma palestra sobre direitos do idoso ou uma conversa sobre a relação entre o idoso e a família), 3) Desenvolver habilidades pessoais e sociais (exemplo, a memória e a comunicação). 4) Fortalecer vínculos familiares e comunitários.
A V A L I A R	<i>Palavra Livre e/ou Lanche:</i> Neste momento, junto, ou antes, do lanche, ou da despedida, conversar sobre o que acharam do dia, fazer combinados, dar idéias, etc.	30 minutos	Este objetivo é relativo ao “fechamento” do dia. Escolha um ou mais destes: 1) Valorizar a realização do grupo; 2) Organizar as atividades dos próximos encontros; 3) Avaliar como o grupo está caminhando; 4) Propiciar um momento de confraternização.

10.1.3 – Oficina de Reflexão:

Conceito: A oficina de reflexão⁸, considerando os propósitos de fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários, se estrutura a partir de uma determinada questão que será trabalhada com recursos lúdicos, interativos e reflexivos e que facilitem a reor-

⁸ Conforme “Grupo de Reflexão” constante no Guia de Orientação Técnica – SUAS, no. 1.

ganização de suas formas de pensar, sentir e agir. O trabalho busca equilibrar as capacidades de reflexão e convivência, que serão desenvolvidas pelo NAF/CRAS e/ou de maneira intersetorial com as demais políticas sociais. São exemplos: oficinas de reflexão sobre os direitos da criança pequena; sexualidade na adolescência, questões relacionadas à dinâmica intra-familiar, relacionamento pais e adolescentes entre outros.

Objetivos: Refletir sobre uma questão relacionada à experiência dos participantes, de forma a trabalhar suas dificuldades e potencialidades em relação ao tema escolhido. Portanto, a reflexão não se restringe aos aspectos cognitivos, mas envolve a compreensão da experiência e atitudes no cotidiano. O trabalho se baseia na promoção da comunicação, permitindo a troca de experiências de forma não banalizada e pertinente ao contexto. A reflexão se articula com a convivência e pode, eventualmente, proceder à produção de algum produto no grupo. Mas nesse grupo, tanto a convivência quanto a produção são relativas ao objetivo da reflexão.

O grupo pode executar, por exemplo, uma ação voltada para o artesanato, produzindo materiais interessantes, ou trabalhar em um determinado momento da etapa da reflexão a tarefa de fazer salgados em um dia, sem necessariamente se tornar um grupo de produção e nem muito menos que essas ações se transformem na existência primeira do grupo. Pode fazer um passeio sem que necessariamente esteja nos moldes de um Grupo de Convivência de Idosos.

Aspectos formais: o grupo será semanal (de preferência) ou quinzenal, com número mínimo de 05 e um número máximo de 15 participantes e baixa flutuação na frequência (tolerância de no máximo 2 faltas seguidas, sem justificativa relevante). O grupo é fechado, isto é, define-se o número de participantes e a partir do terceiro encontro qualquer inclusão será desencorajada. Convidados serão permitidos com a aquiescência prévia do grupo e da coordenação. Tempo de duração média de 90 minutos, com um mínimo de 60 minutos, podendo ser ampliado para atender alguma atividade específica, como um passeio, um lanche, por exemplo.

De qualquer forma, o tempo dedicado à discussão e reflexão deve ser bem equilibrado, observando-se a capacidade de concentração e sistematização do grupo. O número de encontros é variável, conforme a temática e a avaliação das possibilidades dos técnicos e dos participantes no contexto. Em média, recomenda-se 08 encontros e um tema para cada um deles. Eventualmente, um tema poderá exigir mais de um encontro de acordo com a demanda do grupo.

Aspectos dinâmicos: a oficina de reflexão será coordenada por uma dupla permanente. Eventualmente, o grupo poderá contar com a participação de convidados para uma apresentação, um debate, etc. Nessas ocasiões, a coordenação continuará ativa, integrando a pessoa convidada como parte da programação, mesmo que delegando a ela as tarefas fundamentais do dia.

O planejamento é flexível, levando em conta o contexto, o público, a demanda e os recursos disponíveis, em uma seqüência de procedimentos descritos a seguir:

A) Criação de uma oficina de reflexão para a qual são encaminhadas, preferencialmente, até 15 famílias. O foco da oficina é um sub-tema das relações familiares e comunitárias, escolhido de acordo com a percepção sobre as necessidades das famílias participantes. São exemplos: sexualidade na infância e na adolescência, o cuidado com crianças pequenas, convivência familiar, etc.

B) Uma vez escolhido o foco e convidadas às famílias, estas serão ouvidas, desde o primeiro encontro, para sugerirem os pontos e aspectos que gostariam de trabalhar dentro do foco, constituindo-se em “temas-geradores”, que serão abordados a partir de um planejamento flexível, onde a coordenação (sempre ouvindo o grupo) organizará cada encontro, trazendo materiais para reflexão e técnicas de dinamização.

Cada encontro é organizado em 3 momentos: (1) preparação da coordenação para o trabalho; (2) sensibilização para a questão do dia (com ou sem o uso de técnicas lúdicas) e evolui para a

comunicação no grupo, propiciando a reflexão e (3) avaliação e fechamento do trabalho, com ou sem combinações para o encontro seguinte.

Na oficina de reflexão os participantes têm um papel ativo na definição de objetivos, regras, estratégias e decisões do grupo. A relação ideal com a coordenação é de autonomia do grupo.

QUADRO IV: EXEMPLO DE PLANEJAMENTO DE ENCONTRO DA OFICINA DE REFLEXÃO

GRUPO DE REFLEXÃO “NOME DO GRUPO” (tempo 2 horas)			
Data _____ Coordenadores _____ () CRAS () Outros			
Tema/Tarefa principal: _____			
Momento	Atividade	Tempo (aproximado)	Objetivos (estão ligados à reflexão sobre temas/questões específicas a partir das quais o grupo define subtemas).
P R E P A R A R	Roda de Conversa ou Atividade de aquecimento, e/ou de sensibilização e problematização do subtema a ser abordado.	30 a 45 minutos	1) Promover a interação, os vínculos grupais; 2) Sensibilizar para a atividade seguinte, 3) Problematizar as questões a serem abordadas.
T R A B A L H A R	<i>Tema ou Tarefa do dia:</i> Os subtemas escolhidos pelo grupo serão abordados através de recursos lúdicos e/ou reflexivos, combinados a palestras interativas e outras formas de sistematização de informação e reflexão.	60 a 90 minutos	1) Desenvolver a reflexão sobre o subtema; 2) Promover a reflexão sobre o tema; relacionado à própria experiência; 3) Promover mudanças de crenças, atitudes e relações; 4) Promover a operatividade das informações, reflexões e as atitudes de superação de dificuldades.
A V A L I A R	<i>Momento de avaliação:</i> sistematizar, fazer combinados, dar idéias, etc.	30 minutos	1) Valorizar a realização do grupo; 2) Organizar as atividades dos próximos encontros; 3) Avaliar como o grupo está caminhando; 4) Propiciar um momento de confraternização.

10.1. 4 – Grupo de Mobilização Comunitária:

Objetivos: A partir do acompanhamento das famílias e de sua participação no Grupo Sócio-Educativo, no Grupo de Desenvolvimento Familiar (convivência) e no Grupo de Reflexão, algumas

famílias poderão participar da formação de um grupo que tratarão de questões vinculadas à mobilização e ação comunitária. Este grupo – constituído a partir das demandas e da participação das famílias – funciona em torno de questões da organização, liderança, distribuição de tarefas, busca de informação, ou seja, ações voltadas para trabalhar questões mais amplas da comunidade.

Aspectos formais: Os aspectos formais do grupo de mobilização, tais como periodicidade, número de participantes, fluxo, funcionamento aberto ou fechado, tempo dedicado a cada encontro, etc., são determinados pelo próprio grupo, em função da realização de seus objetivos. O grupo deve ser orientado para melhor se organizar diante da tarefa proposta. Prioritariamente, trata-se de um grupo de ação, mas pode buscar informações e refletir sobre questões específicas, se achar necessário para o desenvolvimento de seus objetivos.

Aspectos dinâmicos: os técnicos da assistência acompanham o grupo, mas este deverá ter sua própria coordenação e assumir suas próprias tarefas diante de seus objetivos. É um grupo que deve buscar a autonomia e a efetiva participação dos seus membros, além da mobilização das famílias e da comunidade para a resolução de suas questões e a realização de seus objetivos.

O Grupo de Apoiadores Comunitários, formado por moradores da área de abrangência do serviço e constituído por ocasião da implantação do equipamento NAF/CRAS pode ser um exemplo materializado dessa modalidade. Seus objetivos são convergentes, ou seja, estão voltados para a ação na comunidade, criando um fluxo de informação e interrelação desta com os serviços da Proteção Social Básica local, seja através de reuniões periódicas ou com a utilização de outros instrumentais. Sua metodologia de ação se diferencia de acordo com a especificidade de cada território, mas os objetivos deverão permear a interrelação comunitária.

10.1.5 – Grupo Multifamílias

Conceito: grupo que reúne famílias com vivências semelhantes para que encontrem referências mútuas, utilizando-se de instru-

mentos diversos como técnicas de intervenção no grupo, palestras, depoimentos, etc. Busca equilibrar as dimensões da reflexão e da convivência.

Fundamentação: perspectiva sistêmica, examinando as inter-relações no grupo.

Procedimentos: reunir as famílias com vivências semelhantes para que encontrem referências mútuas. Apresentação da coordenação e da proposta de trabalho. Elucidar os motivos que cada um dos participantes sustenta para fazer parte do grupo, juntamente com seus temas de interesse. Articular as famílias na perspectiva dos direitos de cidadania. Fomentar a formação de grupos e associações independentes na comunidade, utilizando instrumentos tais como técnicas de grupo, palestras, depoimentos, etc. Caberá ao profissional escolher a melhor estratégia (discussão de temas, troca de experiências, uso de técnicas de grupo, etc.) ao longo do trabalho. Estabelece-se, idealmente, 01 (hum) encontro semanal de, no máximo, 02 (duas) horas de duração, num total de 08 (oito) encontros.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS TIPOS DE GRUPOS/OFFINAS DE ACORDO COM OS SEUS ASPECTOS FORMAIS E DINÂMICOS

Tipo de Grupo	Aspectos formais	Aspectos dinâmicos
GRUPO SÓCIO-EDUCATIVO	<ul style="list-style-type: none"> - Até 50 pessoas - "Rotativo e aberto" - Encontros "independentes" - Mensais 	<ul style="list-style-type: none"> - Centralização da coordenação - Ênfase na informação - Recursos lúdicos - Temas: matriz relacionada ao programa e sugestão das famílias.
GRUPO DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR (OFICINA DE CONVIVÊNCIA)	<ul style="list-style-type: none"> - Até 30 pessoas - Pode ser "aberto", mas com pouca rotatividade e de preferência "fechado". - Encontros subseqüentes em um conjunto de encontros. - Semanal ou Quinzenal - Desenvolvimento de habilidades sociais e comunicativas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Interatividade, comunicação, participação, autonomia. - Temas: Escolhas do grupo, - Horizontalidade na relação coordenação/grupo. - Foco aberto: convivência, desenvolvimento de habilidades pessoais, <i>interpessoais</i>, sociais. - Pode haver uma atividade principal.
OFICINA DE REFLEXÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Até 15 pessoas - "Fechado", Encontros "seqüentes". - Semanal ou Quinzenal - Tema de reflexão escolhido junto ao grupo, com subtemas de seu interesse. 	<ul style="list-style-type: none"> - Interatividade, comunicação, participação, autonomia. - Temas: Escolhas do grupo com a coordenação, - Horizontalidade na relação coordenação/grupo - Foco: restrito ao tema de reflexão, capacidade de concentrar, problematizar e operacionalizar a reflexão.
GRUPO DE MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA	<p>Aspectos formais dependem da decisão do próprio grupo (número de pessoas, periodicidade, tempo de existência, etc.) em função da realização dos objetivos propostos pelo grupo. Estes objetivos estão relacionados a questões ou projetos comunitários a se realizar.</p>	<p>É o grupo "operativo", no rigor da definição deste: maior autonomia do grupo, maior participação dos membros na definição de seus objetivos, processos de decisão, escolha de lideranças, distribuição de papéis e tarefas e auto-avaliação.</p>
GRUPO MULTI-FAMÍLIAS	<p>01 encontro semanal ou quinzenal, de no máximo 08 encontros e com duas horas de duração para cada encontro. A coordenação do grupo é de responsabilidade dos técnicos do NAF/CRAS e os temas são escolhidos a partir de levantamento de dados sobre a convergência de assuntos por um número significativo de famílias.</p>	<p>É um grupo reflexivo que utiliza de técnicas diversas para a sua operacionalização. É formado por famílias que se mobilizam em torno de temas em comum. Fundamenta-se na abordagem sistêmica.</p>

10.2 – Atividades Comunitárias

Conceito: atividades desenvolvidas com indivíduos, grupos e famílias na comunidade, nas quais se utilizam metodologias diversas, visando o encaminhamento e orientação de suas demandas, o desenvolvimento da socialidade e a promoção de formas de organização comunitária de acordo com os princípios de solidariedade e do associativismo. As modalidades são reuniões comunitárias, eventos, redes sociais e palestras.

Procedimento:

- Identificação de demandas e grupos relacionados;
- Identificação de parceiros, mobilização e organização de grupos de apoio;
- Planejamento e definição de responsabilidades, periodicidade, estratégias de divulgação e reflexão, sensibilização da comunidade e definição do público;
- Divulgação e dinamização de processos reflexivos;
- Acompanhamento de ações, procedimentos e resultados;
- Prestação de contas à comunidade, devolução de resultados;
- Monitoramento e avaliação dos resultados.

10.2.1 – Reunião Comunitária

Conceito: encontro de diversas pessoas da comunidade para reflexão e discussão de questões compartilhadas.

Procedimentos: São encontros semanais, quinzenais ou mensais tendo como diretriz que ocorra em mesmo dia da semana, que ocorram em tempo máximo de 60 minutos, e que seja realizado tendo um ou cinquenta participantes. Vale ressaltar que essa reunião é breve, informativa sobre um determinado tema escolhido a partir de dados do próprio NAF/CRAS percebidos a partir da demanda que chega ao equipamento. Por exemplo, informações sobre cursos profissionalizantes. A condução do grupo sempre é de responsabilidade de um técnico do equipamento, não impedindo que outras pessoas possam ser chamadas para agregar à reunião informações pertinentes e novas.

10.2.2 – Eventos

Conceito: formas coletivas de lazer e/ou comemoração, com recursos culturais, lúdicos e/ou esportivos, realizados de forma unitária, visando promover a socialidade, a reflexão, a convivência e a mobilização da comunidade. São exemplos: festas, torneios esportivos, ruas de lazer, exposição de artes, apresentação de filmes, vídeos, etc.

Procedimentos: como em Atividades Comunitárias.

10.2.3 – Redes Sociais

Conceito: trabalho com grupos de famílias, grupos de técnicos representantes de OG e ONG, que se reúnem em torno de um objetivo comum, com prazo determinado, que deverá ser realizado não apenas através de reuniões, mas também de atividades extra-grupo, envolvendo todo o grupo ou parte dele e, eventualmente, podendo receber colaborações de pessoas não pertencentes à rede.

Fundamentação: o termo Rede traz a noção de entrelaçamento de atores e ações, cuja malha apresenta pontos de sustentação e espaços ainda por construir, e por isso mesmo, formam uma estrutura em movimento, conforme as diferentes ações que vão desfazendo e refazendo o tecido inicial. É um conceito cunhado para captar a flexibilidade, a conexão e a descentralização das ações na sociedade. Segundo a definição de Olivieri:

“Redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins. Estruturas flexíveis e estabelecidas horizontalmente, as dinâmicas de trabalho das redes supõem atuações colaborativas e se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional para a estruturação social” (OLIVIERI, 2003, p. 1).

A mesma autora afirma que “redes são comunidades de sentido...” e ainda,

“... uma comunidade é uma estrutura social estabelecida de forma orgânica, constituída a partir de dinâmicas coletivas e historicamente únicas. Sua própria experiência e cultura definem a identidade comunitária. A convivência entre os seus integrantes será definida a partir de pactos sociais ou padrões de relacionamento. Esse reconhecimento deve ser coletivo e será fundamental para os sentidos de pertencimento dos cidadãos e de desenvolvimento comunitário” (OLIVIERI, 2003, p. 2).

As redes podem ser pensadas como macro rede social e micro rede social-pessoal. Trata-se de sistemas dinâmicos, que mudam através do tempo e pela ação dos participantes. A macro rede social é formada pela comunidade, levando-se em consideração o seu contexto cultural. Já a micro rede social articula as relações sociais que se estabelecem na comunidade. Pode acolher, reconhecer e promover a identidade do indivíduo, bem como apoiá-lo em processos de mudanças.

Dentre as principais características das redes, citamos: o tamanho (número de relações incluídas), a densidade (qualidade das relações), a composição ou distribuição (como essas relações estão localizadas do ponto de vista social e pessoal), dispersão (distância geográfica), homogeneidade e heterogeneidade (identificações e diferenças internas, expressando tensões e possibilidades).

Autores como Sluzki (apud Aun, 1999) atribuem funções às redes sociais, tais como: a companhia, apoio emocional, guia cognitivo e de conselhos, regulação ou controle social, ajuda material e de serviços, acesso a novos contatos. Para compreender a efetividade dessas funções, há que se perguntar pela história da rede, suas prioridades, versatilidade, reciprocidade, compromisso e frequência de contatos.

Tanto o conceito de redes quanto o trabalho social com redes receberam contribuições de disciplinas diversas. Para definir especificamente o que é rede, o antropólogo John Barnes (apud AUN, 1999) escreveu que rede pode ser entendido como um campo social onde as pessoas estão sempre em contato uma com as outras mesmo que de forma indireta, algumas delas entre si.

Esta definição de influência antropológica ressalta o caráter associativo e intersubjetivo das redes. É importante complementar com um aporte tomado da sociologia, para consideração da existência de determinações socioculturais na constituição, desenvolvimento e resolução das redes. Como mostra Marques (1999), em uma perspectiva sociológica:

“(...) o social é estruturado por inúmeras redes de relacionamento pessoal e organizacional de diversas naturezas. A estrutura geral e as posições dos atores nessas redes moldam as suas ações e estratégias (constrangendo inclusive as alianças e confrontos possíveis), ajudam a construir as preferências, os projetos e as visões de mundo (já que esses ‘bens imateriais’ também circulam e se encontram nas redes) e dão acesso diferenciado a recursos de poder dos mais variados tipos, que em inúmeros casos são veiculados pelas redes (desde status e prestígio até recursos mais facilmente mensuráveis, como dinheiro e informação)” (MARQUES, 1999, p. 46)

Para compreender as redes é preciso somar a análise das interações entre os atores do contexto com a análise dos processos macro-sociais que, não raramente, reabsorvem e ressignificam as ações desenvolvidas no âmbito micro-social. No trabalho em redes existe uma tensão necessária entre as ações desenvolvidas no âmbito micro-social (entre os moradores de uma comunidade, por exemplo) e aquelas pertencentes às decisões macro-sociais (as políticas sociais, por exemplo). Em vez de invalidá-lo, essa tensão

realça a sua importância para os processos participativos nas políticas sociais.

As redes sociais instalam novas oportunidades de trabalho com a sociabilidade, mas não oferecem respostas fáceis, pois também são permeadas por jogos de interesse e poder, bem como pelas capacidades de comunicação e influência dos atores envolvidos. As redes de cooperação são propostas, neste sentido, com a expectativa de reunir aqueles que estão implicados em um processo de mudança e referidos a uma questão central nesse processo. Por isso mesmo, a rede deve ser construída sobre os princípios de responsabilidade; capacidade operativa e solidariedade.

Segundo consta no documento do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Proteção Social Básica – Orientações Técnicas para CRAS, 2006, os objetivos do trabalho com redes sociais são: favorecer o estabelecimento de vínculos positivos através da interação entre os indivíduos; favorecer a reflexão, a troca de experiências e a busca de soluções para problemas comuns; estimular o exercício da solidariedade e da cidadania; mobilizar pessoas, grupos e instituições para utilizar os recursos da própria comunidade; fortalecer os vínculos comunitários e estimular o protagonismo social.

O trabalho com redes sociais no NAF/CRAS pode se dar em três vertentes:

a) Redes de Cooperação Mútua: mobilização e organização de moradores e/ou grupos de moradores em torno de um objetivo comum e prático, gerando ações e interações entre os participantes e promovendo a reflexão, a convivência e a solidariedade diante de problemas comuns. Esta rede tem objetivos definidos, regras de funcionamento e um período de funcionamento, conforme acordado entre seus participantes.

Procedimentos: após a definição de um problema a ser trabalhado com a participação da comunidade, moradores serão convidados para compor a rede, a partir de seu envolvimento inicial com o problema ou com as pessoas nele implicadas. Um mapa de rede será traçado para orientar o processo de convocação e acom-

panhar a participação de cada membro. Um primeiro encontro apresenta os participantes, o problema e promove, na seqüência, a discussão dos objetivos, metas, ações e contribuições de cada um. Os encontros de toda a rede são periódicos, mas os participantes podem se encontrar em grupos menores, nos intervalos, para dialogar ou atuarem juntos diante de seus objetivos.

A rede deve eleger seus coordenadores e definir metas para o período combinado. Nesse sentido, podem funcionar sem coordenação profissional, como resultado de sua própria auto-organização e auto-mobilização. O apoio dos NAF/CRAS às redes se dará na mobilização e constituição, bem como na sugestão quanto ao uso de materiais necessários, palestras e outros.

O NAF/CRAS poderá, eventualmente, auxiliar a coordenação da rede no sentido de incentivá-la e contribuir para a sua organização e manutenção, mas não deverá substituir a coordenação comunitária da mesma. Exemplos: (1) Familiares de pessoas com deficiência que se organizam para prestar apoio mútuo em situações relativas ao cuidado com os seus filhos e a organização familiar. Podem se revezar para cuidar dos filhos e permitir tempo para demais atividades, ou trocar conhecimentos sobre estimulação das crianças, confecção de brinquedos artesanais, etc. (2) Rede de contadores de história na comunidade: constituída por interessados de todas as idades, que atuam em diversos locais na comunidade, de acordo com planejamento feito junto ao NAF/CRAS. Os participantes podem, além das atividades da rede, se reunir para trocar experiências e compartilhar habilidades.

b) Redes de Cooperação em torno de um Caso: mobilização e organização de moradores e/ou grupos de moradores em torno de um caso que precise do apoio da família e da comunidade, gerando ações e interações entre os participantes da rede, promovendo a reflexão, a convivência e a solidariedade diante do mesmo. Essa rede de cooperação tem objetivos definidos, regras de funcionamento e um período de funcionamento, conforme acordado entre seus participantes.

Procedimentos: o caso a ser trabalhado é apresentado aos participantes da rede, seja em reuniões menores ou com todos os

interessados. Em seguida, são feitos acordos sobre como cada um poderia ajudar a desenvolver e solucionar os problemas. Estabelece-se uma agenda de atividades, formas de participação entre os membros e um próximo encontro, (do tipo assembléia) é marcado, ocasião em que todos os envolvidos possam avaliar o que foi realizado e propor novos objetivos e estratégias. Serão distribuídas funções entre os participantes da rede, tanto no que diz respeito ao acompanhamento do caso a ser solucionado quanto à integração e acompanhamento da própria rede. Marca-se nova assembléia de avaliação e proposição, após um tempo de trabalho até completar o tempo combinado entre os membros.

Nesse ínterim, poderá haver encontros parciais entre os participantes, dependendo da necessidade para cumprir suas funções. O NAF/CRAS poderá assumir um papel de co-organização da rede junto à comunidade no intuito de contribuir para a resolução dos problemas enfrentados. Exemplo: organização de rede para promover o trabalho de apoio familiar a uma adolescente grávida. A rede pode incluir membros da família extensa, vizinhos, amigos, educadores, lideranças religiosas, entre outros.

c) Redes Intersetoriais: mobilização e organização dos diversos atores sociais sejam eles públicos, privados ou representantes de ONG que planejam, executam e avaliam ações inter-relacionadas, objetivando o cumprimento de suas condicionalidades e a observação das diretrizes por parte de cada um desses atores envolvidos.

Procedimentos: a situação a ser trabalhada é apresentada aos participantes da rede, seja em reuniões menores ou com todos os interessados. Em seguida, são feitos acordos sobre como cada um poderia ajudar a desenvolver e solucionar os problemas. É combinada uma dada agenda de atividades e formas de participação entre os membros e marcado um próximo encontro em que reunirão todos os envolvidos para avaliar o que foi realizado e propor novos objetivos e estratégias.

Serão distribuídas funções entre os participantes da rede, tanto no que diz respeito ao acompanhamento do caso a ser soluçiona-

do quanto à integração e acompanhamento da própria rede. Nas áreas de abrangência dos NAF/CRAS cabe a este a coordenação dessa rede. Exemplo: O colegiado local do Programa BH Cidadania, o Colegiado Local dos serviços de base local da Política Municipal de Assistência Social.

10.2.4 – Palestra:

Conceito: exposição oral e/ou audiovisual a respeito de um tema dirigido a um grupo de pessoas, seguida de debate. Na palestra ressalta-se a natureza educativa do trabalho, a transmissão de informações e o debate, explorando a reflexão do grupo.

Procedimentos: definição de tema de interesse da comunidade; ampla divulgação na área de abrangência; planejamento e organização do evento (infra-estrutura, convites, metodologia e tarefas); apresentação dos participantes no início do evento; avaliação do evento com os participantes, equipe e palestrante (conteúdo, pertinência, clareza, metodologia, frequência, participação, adequação da infra-estrutura, entre outros); levantamento de outros temas de interesse para novas atividades.

11 – AÇÕES DE GESTÃO

Conceito: atividades dirigidas à organização e à realização do serviço do equipamento propriamente dito, bem como à articulação entre as organizações governamentais e não governamentais, incluindo projetos e ações de interface, intersetorialidade e parceria. As reuniões internas para planejamento e avaliação das atividades do NAF/CRAS são exemplos de atividade de gestão.

Procedimentos: Depende da ação em foco (planejamento, avaliação).

11.1 – Reunião

Encontro com trabalhadores sociais, de organização governamental ou não governamental, para discussão de questões relativas aos serviços, planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades.

11.2 – Elaboração de Documentos

Preenchimento de formulários, relatórios, construção de textos relacionados às atividades do NAF/CRAS.

12 – OUTRAS DEFINIÇÕES RELACIONADAS AO ATENDIMENTO NAF/CRAS

12.1 – Acolhida:

Dimensão essencial da atividade de atendimento que consiste em escuta, diálogo, problematização das demandas apresentadas, de acordo com os objetivos do NAF/CRAS.

“Princípio básico de um atendimento humanizado em que são considerados os seguintes aspectos: ética do trabalhador social, condições de institucionais para a realização do atendimento e comprometimento com a busca da resolutividade” (BELO HORIZONTE, Dicionário, 2006, p. 5)

12.2 – Apoio:

Consiste em definir com a família as suas necessidades e demandas, acessar os recursos e alternativas possíveis que contribuam para o seu processo de organização, seu protagonismo e a superação de suas vulnerabilidades e riscos, promovendo os direitos e o cuidado de seus membros.

12.3 – Demanda Espontânea:

Demanda apresentada espontaneamente, pelo usuário, ao equipamento, sem mediação de terceiros.

12.4 – Problematização:

Procedimento de reflexão com a família, de forma dialógica, sobre suas demandas, prioridades, estratégias, objetivos e meios

de mudança, para ampliar o seu protagonismo e superar suas vulnerabilidades e riscos.

12.5 – Entrevista:

Procedimento realizado pelo técnico durante o atendimento no equipamento no qual é estimulada a expressão do usuário. A entrevista pode ser livre, semi-estruturada, ou estruturada a partir de um roteiro ou instrumental pré-definido.

“A ênfase deve ser o levantamento de dados sobre as condições de vida e vulnerabilidade da família e a avaliação junto com ela sobre o risco de violação de direitos” (Guia de Orientação Técnica – SUAS nº 1, 2005.)

12.6 – Instrumentais:

Técnicas e ferramentas de coleta e sistematização de dados durante o atendimento a indivíduos e/ou grupos.

12.7 – Recepção:

Conceito: Escuta e registro de demandas visando à identificação de sua natureza e a pertinência de seu atendimento pelo NAF/CRAS, associado à pelo menos um dos objetivos do serviço: encaminhamento, fortalecimento dos vínculos familiares, fortalecimento dos vínculos comunitários.

Procedimento: diante das demandas que poderão ser apresentadas – de forma espontânea, por busca ativa e/ou algum tipo de encaminhamento – ao NAF/CRAS e, uma vez identificadas a sua natureza, os usuários serão atendidos pelo equipamento ou receberão informações para que possam buscar outras instâncias.

Referência

Bibliográfica

AFONSO, Lúcia (org). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2000, p. 2.

AFONSO, Lúcia et al. Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003, p. 255.

AUN, Juliana Gontijo. A proposta de Rede no atendimento em saúde mental. Mimeo, 1999. Trabalho apresentado no IX Congresso Mineiro de Psiquiatria, Belo Horizonte, 1999.

Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social. Prefeitura de Belo Horizonte. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Belo Horizonte, agosto de 2006.

Guia de Orientação Técnica – Sistema Único de Assistência Social Nº 1 – Proteção Social Básica da Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, outubro de 2005.

MARQUES, Eduardo C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. Rev. bras. Ci. Soc. V.14 n.41. São Paulo, out. 1999, p. 46, 47.

OLIVIERI, Laura. A importância histórico-social das Redes. Segunda versão do texto escrito para a publicação impressa Manual de Redes Sociais e Internet do Centro de Direitos Humanos. www.cdh.org.br acessado em maio de 2006.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p. 181.

Política Nacional de Assistência Social. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, novembro de 2004.

Parte 2

**METODOLOGIA DE TRABALHO COM
FAMÍLIAS E GRUPOS DE FAMÍLIA NO
EIXO ORIENTAÇÃO - SOSF/PBH**



Prefácio

Este texto apresenta a proposta de reformulação metodológica para o eixo “orientação” do Serviço de Orientação, Apoio e Proteção Sócio-Familiar (SOSF) da PBH. Foi elaborado com base no Manual do SOSF, em reuniões com a Equipe de Acompanhamento Sistemático e com as equipes técnicas do SOSF, baseado no trabalho similar desenvolvido pela Associação Municipal de Assistência Social (AMAS) e em documentos internos ao serviço. Processo iniciado em setembro de 2004 e finalizado em abril de 2005. Foi revisto para utilização em capacitação durante o segundo semestre de 2005 e primeiro de 2006, visando avaliar a pertinência das propostas na prática do serviço.

O presente texto COMPLEMENTA o manual do SOSF, devendo ser a ele incorporado. A inclusão do texto no Manual do SOSF será feita oportunamente após avaliação técnica do produto da consultoria, o que inclui o acompanhamento de sua aplicação na prática do serviço, ao longo do primeiro semestre de 2006.

O trabalho de consultoria focalizou o aprofundamento e a construção de conceitos e da abordagem teórico-metodológica do eixo “orientação”, com especificação dos seus procedimentos e em sua articulação com os eixos de “apoio” e “proteção”.

FICHA TÉCNICA METODOLOGIA DE TRABALHO COM FAMÍLIAS E GRUPOS DE FAMÍLIA NO EIXO ORIENTAÇÃO SOSF/PBH

Coordenação:

Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social - GPAS
Léa Lúcia Cecílio Braga

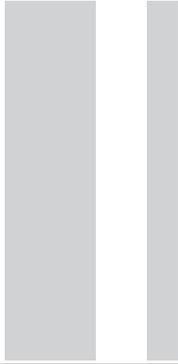
Gerência de Promoção e Proteção Especial - GPES
Eliane Quaresma Caldeira Araújo

Gerência de Proteção Especial - GEPRE
Mônica de Cássia Barbosa

Equipe de Elaboração:

Adriana Dania Nogueira
Carla Maria P. Vasconcelos Lanna
Cláudia Maria Ferreira Silva
Débora Maria David da Luz
Geralda Luiza de Miranda
Lúcio Luiz Tolentino
Luiz Guilherme de Moraes Silva
Maria Ângela de Amorim Côrrea
Tânia Ferreira Amaral
Vilma Aparecida Ferreira

Sumário



I. O Trabalho com Famílias no SOSF.....	64
1. Conceito de Família	66
2. Definição do eixo “orientação” no SOSF	68
II. O Trabalho com os Vínculos Familiares e a Superação de Violações de Direitos de Crianças e Adolescentes	71
1. Dimensões do Vínculo	71
1.1. Âmbito jurídico.....	72
1.2. Âmbito sócio-cultural	73
1.3. Âmbito psicológico	78
III. A Violência nas Relações Familiares.....	83
1. Diferenciando e relacionando concepções	83
2. Definições de “violência” na discussão dos direitos das crianças e adolescentes	85
2.1. Violência Doméstica	85
a) Violência Física	86
b) Violência Psicológica	87
c) Abuso Sexual	88
d) Negligência	90
2.2. Trabalho Infantil e/ou Mendicância	90
2.3. Trajetória de vida nas ruas.....	92
3. Sentidos possíveis e múltiplos da violência nas relações familiares.....	93
3.1. Ausência de meios para suprir as necessidades das crianças e adolescentes.....	94
3.2. O estresse da vida cotidiana.....	95
3.3. A violência como resposta à exclusão social	96
3.4. Repetição de representações e práticas culturalmente aprendidas e toleradas.....	97
3.5. Recurso à violência como forma de manter hierarquias e regras.....	98
3.6. Dificuldades no exercício do papel parental e/ou de responsável	99
3.7. Eleição de “bode expiatório” para as tensões e conflitos do grupo familiar.....	100

3.8. A criança como “mensagem” ou “campo de batalha” do grupo familiar	101
3.9. A violência como uma reação a um conflito intrapsíquico.....	102
3.10. Situações específicas.....	105
4. Causas múltiplas e correlacionadas e efeitos que viram causas.....	106
IV. O trabalho no SOSF como intervenção psicossocial.....	108
V. O acompanhamento de cada família	114
1.A dialética do “Foco” e “Campo” no acompanhamento do grupo familiar.....	114
2. Fatores para o estudo de caso e indicadores de avaliação	116
3. Etapas do acompanhamento às famílias no SOSF.....	116
3.1. Inserção do caso da família no serviço.....	116
3.1.1. Análise da aplicação da medida pelo órgão encaminhador.	117
3.1.2. Identificação e contato com a família, para marcar a primeira entrevista.....	117
3. 2. Acompanhamento da família.....	118
3.2.1. Entrevistas preliminares.....	118
(a)Acolhimento.	118
(b) Investigação diagnóstica.....	118
(c)Elaboração de plano de ação com cada família.....	119
3.2.2.Implementação.....	119
(a) Implicação e problematização	119
(b) Elaboração e construção	120
3.2.3. Auto-avaliação e Plano de desligamento.120	
3.3. Avaliação interna e finalização do caso em acompanhamento.....	120
4.Fases do grupo familiar em acompanhamento	121
4.1. Reconhecimento do grupo familiar.	121

4.2. Negação/Compromisso.....	122
4.3. Queixa/Barganha.....	122
4.4. Aceitação/Crise.....	123
4.5. Responsabilização/Elaboração	123
4.6. Autonomia/Protagonismo.....	124
5. Articulação das fases da ação técnica com as fases da família em acompanhamento.....	124
6. Associação do acompanhamento da família às atividades de grupo.....	125
6.1. Critérios de encaminhamento a grupos e redes sociais.....	125
VI. Trabalho com grupos e redes sociais no SOSF	126
1. Objetivos do trabalho com grupos no SOSF	126
2. Atividades de grupo no SOSF.....	130
3. Tipos de grupos: definição, fundamentação e procedimentos	132
4. O processo de grupo e o manejo do grupo no SOSF	144
4.1. Procedimentos básicos e acompanhamento do processo grupal	144
4.2. Atuação da Coordenação: Co-pensar, Co-operar e Co-construir o grupo	145
4.3. Fases do processo grupal e o papel da coordenação.....	147
4.4. O uso de técnicas e recursos lúdicos e reflexivos.....	147
5. Como avaliar um trabalho de grupo?	152
5.1. A realização dos objetivos do grupo.....	152
5.2. Avaliação do processo grupal.....	153
VII. Síntese da proposta, fluxo e integração	154
1. Síntese....	154
2. Fluxo.....	154
3. Integração das ações no SOSF.....	154
4. Organização da oferta de Oficinas em cada regional....	155

5. Perfil dos Técnicos do SOSF.....	157
6. Os estagiários no SOSF.....	157
7. Caráter interdisciplinar do trabalho com famílias no SOSF.....	157
8.Capacitação das Equipes Técnicas	158
Referência Bibliográfica	160
Anexos	171

I O TRABALHO COM FAMÍLIAS NO SOSF

A metodologia do SOSF parte do princípio de que as famílias têm o direito de ser apoiadas pela sociedade e pelo Estado para que tenham acesso às condições necessárias ao dever de sustento, guarda e educação de suas crianças e adolescentes, visando o fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários, desenvolvendo as suas competências e promovendo os direitos.

Com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Assistência Social busca se instaurar no campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, estando a proteção social articulada às demais políticas do campo social que estão voltadas para a garantia dos direitos e das condições dignas de vida.

A família e a centralidade da política social na família são consideradas básicas para a inclusão e a identidade sócio-cultural, bem como para a proteção e a socialização dos indivíduos, em especial, aqueles sujeitos a vulnerabilidades associadas às fases da vida ou condições especiais.

O direito das crianças e adolescentes deve estar articulado ao acesso de suas famílias às denominadas “seguranças básicas”: sobrevivência (rendimento e autonomia) e de acolhida (provisão das necessidades humanas como alimentação, vestuário e abrigo).

Esse direito é colocado em risco por situações diversas de desigualdade, violência e exclusão social; por acidentes ou desastres naturais, ou pela existência de relações violentas no próprio grupo familiar.

A proteção social básica objetiva o desenvolvimento das potencialidades e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários com vistas à superação de vulnerabilidades decorrentes de pobreza, exclusão e violência social, bem como da fragilização dos vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social. São famílias nas quais os vínculos estão preservados.

A proteção especial pretende enfrentar situações de risco nas quais os vínculos foram seriamente ameaçados ou rompidos, com vistas a restaurar direitos violados e oferecer condições dignas de vida. É dividida entre proteção especial de média complexidade e de alta complexidade.

A proteção especial de média complexidade alcança as famílias com direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários se encontram em situação de risco, embora não tenham sido rompidos, requerendo atenção especializada e acompanhamento sistemático em programas de orientação, apoio e proteção das famílias em seus contextos familiar e comunitário. O SOSF pode ser entendido dentro dessa categoria.

A proteção especial de alta complexidade busca a proteção integral para famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou em situação de ameaça grave nos contextos familiar e/ou comunitário.

O direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária deve ser garantido e promovido através dos programas sociais nos diferentes níveis e de maneira integrada com a rede de serviços e com a rede de defesa dos direitos da infância e da adolescência. É condição necessária para o trabalho em rede que o Estado assuma o seu papel de coordenar e articular os diversos agentes envolvidos com vistas à integralidade do atendimento. Também as distintas esferas de governo devem assumir sua responsabilidade de financiamento e monitoramento do atendimento em função dos seus níveis de complexidade.

1 Conceito de Família

A definição de “família” torna-se importante ferramenta teórica nessa proposta metodológica. A Constituição Brasileira de 1988 define no Art. 226, parágrafo 4: “(...) entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”.

E o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 25, entende “por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”.

Tais definições apontam para uma ampliação da compreensão dos vínculos familiares, fundamentada no texto legal que atribui iguais direitos e responsabilidades para o pai e a mãe. Direito ao estado de filiação, reconhecimento de responsabilidades e direitos iguais nas situações de adoção, dentre outros aspectos.

Nessas definições a ênfase recai sobre a existência de vínculo legal de filiação (natural ou adotiva) ou de guarda legal entre adultos e crianças/adolescentes, dando um norte para as ações de apoio e proteção legal aos vínculos em risco.

Entretanto, o trabalho com famílias e com crianças e adolescentes em situação de risco social pode se deparar com arranjos familiares muito diversos, necessitando-se ampliar a compreensão de “família”, em seu contexto sócio-cultural.

Nessa dimensão sócio-antropológica:

“A família é um grupo de pessoas, vinculadas por laços consangüíneos, de aliança ou de afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero”.

Resulta daí o reconhecimento de uma pluralidade de arranjos familiares, com fases e vulnerabilidades distintas, dependendo das idades, capacidades e condições de seus membros.

A atribuição de responsabilidade, de apoio e de proteção tem base na lei. Por outro lado, pensar a relação de parentesco com base em consangüinidade, aliança, afinidade e/ou afeto e solidariedade permite uma maior flexibilidade no trabalho de fortalecimento dos vínculos, principalmente nas situações de dispersão e fragilidade - como no caso de crianças e adolescentes sem referência familiar de pai, mãe ou responsável legal e que necessitam reconstruir seus laços, buscando referências na família ampliada e/ou na comunidade. Tomada em sua acepção mais ampla, e levando em conta as referências morais e afetivas das crianças e adolescentes, a família pode ser pensada como “uma rede de vínculos que promove o cuidado, a socialização, o afeto e a proteção de suas crianças e adolescentes”. Esta definição não tem uma base legal, mas sim antropológica e servirá para aprofundamento da compreensão das relações familiares e comunitárias, contribuindo para o apoio, a orientação e a proteção do grupo familiar e de suas crianças e adolescentes.

Para maior clareza e coerência, é preciso levar em consideração a diferença entre “família”, enquanto rede de vínculos, e “domicílio”, como base territorial da família. Se o domicílio é referência para localizar a família e os seus componentes, é necessário admitir que existem vínculos que definem obrigações legais entre pessoas que não moram no mesmo domicílio e que assim também são reconhecidas e se reconhecem como “família”, como no caso de crianças e adolescentes que não residem com pelo menos um de seus pais.

O trabalho de fortalecimento dos vínculos familiares engloba o apoio, a proteção e a orientação das famílias objetivando a sua reorganização nas dimensões estrutural, funcional e relacional; a prevenção de riscos, a promoção dos direitos e o desenvolvimento das competências e potencialidades do grupo familiar no cuidado de seus membros. A “dimensão estrutural” refere-se à situação sócio-econômica do grupo familiar e à inclusão de seus membros na rede de atendimento; a “dimensão funcional” define-se como a organização do cotidiano, atribuição e exercício dos papéis e das

funções no domicílio e na família; a “dimensão relacional” refere-se ao conjunto de vínculos da família, entendida como rede de relações¹: as relações de geração e de gênero, autoridade e afeto; valores, representações e práticas de cuidado e socialização; convivência e participação na comunidade.

No SOSF, a superação de violações de direitos das crianças e adolescentes é um resultado do fortalecimento dos vínculos e da qualidade da organização familiar, articulada com o apoio e a proteção à família. Nesse sentido, o SOSF procura ainda a inclusão social e comunitária das famílias², visando o suporte e a sustentabilidade das mudanças nas relações familiares e comunitárias das crianças e adolescentes.

2 Definição do Eixo Orientação no SOSF

O acompanhamento das famílias no SOSF parte da integração de três dimensões de ação: apoio, proteção e orientação. Esses três eixos se complementam, formando uma unidade do atendimento no SOSF. Apresentamos uma versão resumida das definições encontradas no Manual do SOSF e, em seguida, exploramos o eixo

Orientação:

1. A dimensão de **Apoio** visa à melhoria das condições econômicas das famílias, através de repasse temporário de benefícios (transferência de renda) e da melhoria de sua inserção no mercado de trabalho ou de geração de renda, com a participação dos adultos em programas de qualificação profissional e dos adolescentes maiores de 16 anos em programas de trabalho protegido. As ações de apoio têm por finalidade criar condições a curto e longo prazo para a sustentabilidade material das famílias, facilitando o seu esforço de superação das violações e aumentando a efetividade das ações de orientação.

¹ Essa rede inclui pessoas que não moram no mesmo domicílio, mas que são consideradas “parentes”, seja por consangüinidade (avós, tios, etc); aliança (parentes de cônjuges ou companheiros), ou afinidade com base legal (parentes por adoção, guarda legal, etc).

² Essa rede inclui vizinhos, amigos, lideranças comunitárias, relações entre grupos comunitários, etc.

2. A dimensão de **Proteção** busca garantir os direitos sociais básicos da família, conforme as diretrizes apontadas na LOAS - o que inclui o encaminhamento com acompanhamento a rede de serviços e bens governamentais e não-governamentais. Nesse sentido, as ações de proteção potencializam a família para o cumprimento de suas obrigações diante de suas crianças e adolescentes, ampliando e qualificando o seu acesso a bens e serviços.

Dada as finalidades do SOSF, as ações de proteção incluem também a contínua interlocução com os órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, encaminhamentos e Medidas de Proteção. Assim, as ações de proteção destinam-se também a intervir em situações de risco para impedir novas violações de direito e criar condições de preservar os vínculos familiares e trabalhar com eles nas ações de orientação.

3. A dimensão de **Orientação** refere-se ao trabalho sócio-educativo com as famílias enquanto sujeitos sócio-culturais, com suas histórias e projetos, com quem se desenvolve uma reflexão sobre seu cotidiano e suas formas de organização. Objetiva a superação da violação de direito constatada no processo de encaminhamento da família ao SOSF e de outras violações identificadas ao longo do acompanhamento. É um processo que parte da compreensão da realidade das famílias, buscando a superação de suas vulnerabilidades e de riscos sociais, bem como a potencialização³ de suas capacidades e competências, seu *protagonismo*⁴, sua autonomia⁵ e sua cidadania⁶.

Parte-se do pressuposto de que a superação das violações deve ser o resultado do fortalecimento e da qualificação dos vínculos

³ Trabalho no sentido de identificar, compreender, valorizar e fortalecer a família, considerando sua história, seus vínculos, valores, crenças e práticas cotidianas, especialmente relacionadas ao cuidado, proteção e cidadania de seus membros.

⁴ Participação das famílias na compreensão de sua realidade familiar e social, na definição de seus objetivos, em seus processos de decisão, e na elaboração de referências para avaliar seu processo de transformação familiar e social.

⁵ Capacidade da família de se sustentar, organizar e gerir, dentro de seu contexto social e a partir de um conhecimento sobre seus vínculos intrafamiliares, comunitários e sociais.

⁶ Conforme definição dos direitos de cidadania na Constituição Federal, na LOAS e no ECA.

familiares, justamente para que uma cultura de defesa dos direitos da infância e adolescência possa ser consolidada.

As ações de orientação são desenvolvidas através de atividades e procedimentos de informação e formação, Os métodos⁷ incluem o acompanhamento de cada grupo familiar com atendimento individualizado ao grupo familiar e/ou a seus membros, atendimento das famílias em grupos e encaminhamento à rede.

A definição do eixo Orientação requer o aprofundamento de conceitos e procedimentos. Serão discutidos, a seguir, os conceitos de (1) vínculos familiares, (2) violência nas relações familiares, (3) a concepção psicossocial do trabalho com as famílias para o fortalecimento dos vínculos familiares e a superação da violência.

⁷ Serão especificados mais adiante, neste trabalho.

II O TRABALHO COM OS VÍNCULOS FAMILIARES E A SUPERAÇÃO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O trabalho psicossocial com famílias no SOSF é voltado para o fortalecimento dos vínculos familiares com o pressuposto de que esse fortalecimento, associado a uma qualidade das relações, possibilitaria (*empoderamento*) à família melhor desempenho de sua função de proteção, cuidado e socialização de seus membros.

O trabalho de fortalecimento de vínculos deve interligar as relações internas ao grupo familiar (trabalho sócio-educativo) e as relações deste com a comunidade, a sociedade e o Estado (apoio e assistência).

Entretanto, em um serviço como o SOSF, pergunta-se se o principal objetivo é o fortalecimento dos vínculos ou se é a superação da violação contra crianças e adolescentes. Nesse texto, procuramos avançar nessa questão através da discussão sobre vínculos e violência na família.

O texto está dividido em partes, que buscaremos articular e integrar na conclusão. A partir desta, exploraremos algumas idéias para o trabalho sobre vínculos e violência na família, que possam ser articuladas com a metodologia proposta.

1 Dimensões do Vínculo

Um ponto de partida simples, mas necessário, é a pergunta: “o que é vínculo”? Nossa primeira resposta também deve ser simples e baseada nos significados inscritos na cultura e sistematizados no Dicionário da língua portuguesa⁸ (FERREIRA, 1999):

⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa / Aurélio Buarque Holanda Ferreira. – 3.ed. totalmente revista e ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pág. 2074.

“Vínculo [do lat. Vinculu]

1. Tudo o que ata, liga ou aperta;
2. Nó, liame;
3. Fig. Ligação moral;
4. Gravame, ônus, restrições;
5. Relação, subordinação;
6. Nexo, sentido.”

Uma primeira leitura mostra a amplitude do conceito e suas possíveis contradições e ambivalências – unir e subordinar, ao mesmo tempo; restringir e dar sentido ou nexo, ao mesmo tempo – provavelmente refletidas nas relações culturais. Um vínculo protege, mas ao mesmo tempo restringe, é união e ao mesmo tempo é ônus. Nesse sentido, os vínculos não são unívocos. Para uns, pode carregar um significado de agravo, para outros de atribuição de sentido à própria vida. Pensemos nos vínculos familiares nessa perspectiva, contendo em si mesmos as possibilidades que deverão ser compreendidas e orientadas em um trabalho sócio-educativo, no qual os sentidos restritivos ou emancipatórios possibilitados nos e pelos vínculos terão de ser submetidos a uma lógica dos direitos.

Assim, é preciso proceder, ainda que de forma breve, a uma revisão mais ampla dos significados dos vínculos, enfocando as dimensões jurídica, social, cultural e psicológica.

1.1. Âmbito jurídico

Um vínculo é uma relação jurídica entre pessoas. Pessoa, no Direito, é o sujeito de obrigações e direitos. Portanto, o vínculo pressupõe uma relação entre sujeitos com obrigações e direitos mutuamente implicados. O vínculo tem um caráter normativo, pois vem da norma social introduzida no plano do Direito, e preside a posição de cada um no enlace de direitos e deveres. O vínculo pressupõe obrigações e, para caracterizá-lo, há que se ter a definição dos interesses em jogo. Para pensar os vínculos familiares, é preciso acrescentar que, para o Direito, a família é um instituto social e jurídico. Como instituto jurídico, é um aglomerado de nor-

mas e princípios que tem uma organização interna, disciplinando realidades que têm aspectos comuns ou similares. No Brasil, os princípios basilares dessa disciplina são dados pela Constituição Federal (1988) e pelo Código Civil, tanto quanto pelas leis que enfocam sujeitos e relações específicas como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Plano Nacional do Idoso (PNI). Pensando a família dentro de um programa de assistência social, é necessário acrescentar a regulação introduzida pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Os vínculos familiares, pensados a partir das definições jurídicas, são relações de obrigações e direitos entre as pessoas reconhecidas como família⁹. O fortalecimento desses vínculos está relacionado ao seu esclarecimento, delimitação, cumprimento (e apoio para o cumprimento) das obrigações pressupostas e gozo dos direitos definidos¹⁰.

1.2. Âmbito sócio-cultural

Do ponto de vista sócio-cultural, a família é uma instituição, cuja diversidade de formas deve ser compreendida na relação com o contexto. Os arranjos familiares diversos não devem ser analisados por comparação a um modelo normativo, mas sim por seu modo de se organizar, de cumprir suas funções ou instaurar novas significações e relações. A família se configura como uma organização de funções, papéis, representações, relações e práticas, que é preciso entender dentro da sua história. Os papéis sociais – e por extensão os papéis familiares – são um conjunto de expectativas socialmente instituídas para o desempenho de um dado ator em uma dada instituição. Mas o papel também apresenta um caráter relacional e simbólico, e possibilidade de *resignificar* e inovar as práticas e as representações a eles associadas.

⁹ Remontar à nossa discussão do que é “família”.

¹⁰ Veremos que, aqui, já se aproximam as noções de protagonismo (no caso, busca pelos direitos) e sustentabilidade (permanência dos direitos e desenvolvimento do sistema de acesso) que reencontramos nas concepções social, cultural e psicológica dos vínculos.

Os vínculos familiares, nessa dimensão, são vínculos associados aos papéis desempenhados pelos integrantes da família – pai, mãe, filho, filha, etc. – suas representações e suas relações. Ter vínculos é ter um lugar, uma função, um papel, ser reconhecido e pensado em um conjunto de relações. É poder estar incluído em um conjunto de obrigações e direitos que a rede de vínculos familiares pressupõe e que aloca para cada integrante conforme a sua relação na rede. É poder contar com expectativas sobre o comportamento do outro com quem se faz par e ter de responder a expectativas conforme a sua posição no conjunto de relações. A definição destas posições se faz também em referência à ordem jurídica que organiza a instituição social. Mas uma ordem exterior às relações não seria suficiente para criar uma instituição. Os vínculos precisam ser aceitos como legítimos e desejáveis, precisam estar revestidos de legitimidade e investidos de afetividade para que sejam “reais” e a instituição exista enquanto tal, em especial uma instituição como a família, onde as dimensões do afeto, da sexualidade, da identidade e das crenças se misturam.

○ que se passa, então, com a dinâmica dos vínculos em momentos em que a instituição se diz “em crise”, ou seja, quando as expectativas de desempenho, as crenças e a coerência da ação se vêem fragmentadas, dispersas e sem legitimação? É preciso entender como se dá a dinâmica dos vínculos entre os sujeitos no contexto da instituição.

Discutindo a questão do sujeito social, Touraine¹¹ identifica o enfraquecimento dos princípios de integração da sociedade com uma crise que atinge igualmente as instituições, dentre elas a família, e as identidades pessoais. Touraine contesta as saídas voltadas tanto para a negação dos sujeitos quanto para o individualismo. Para ele, devemos nos implicar na construção de novas referências éticas e políticas onde os vínculos sociais sejam possíveis, um mundo compartilhado onde haja ao mesmo tempo respeito ao sujeito (à liberdade, à autonomia) e ao cidadão (à Lei, à identidade).

¹¹ TOURAINE, Alain. Poderemos viver juntos? Iguais e Diferentes. Petrópolis: Vozes, 1999.

Para Touraine:

“(...) o sujeito não é uma ‘alma’ presente no corpo ou o espírito dos indivíduos. Ele é a procura, pelo próprio indivíduo, das condições que lhe permitam ser o ator de sua própria história. E o que motiva essa procura é o sofrimento da divisão da perda de identidade e de individuação”.

Contribuem sobremaneira para esse sofrimento: (1) a exclusão social, tanto em seu aspecto de inacessibilidade aos bens materiais quanto nos aspectos de desenraizamento de uma cultura; de não-pertencimento a um conjunto de valores e práticas compartilhados em um grupo social; de desfiliação das instituições e das visões de mundo; e (2) a inclusão autoritária, onde o sujeito não encontra possibilidades de expressão e de comunicação fora da regra, quer seja esta comunitária ou social e, assim, mesmo “incluído” e “pertencente”, mesmo gozando de uma “identidade” social, não pode imprimir a esta o seu cunho singular, nem fazer ouvir o seu desejo através das formas instituídas.

É necessário ressaltar a importância dos vínculos sociais para que o sujeito possa, ao mesmo tempo, desenvolver um sentimento de pertencimento e de identidade e, através “da comunicação de sujeito a sujeito”, possa encontrar a sua possibilidade de expressão e individuação.

Mas Touraine faz diferença entre o sujeito (como desejo, negação da ordem, possibilidade de instituir a diferença, força de libertação) e o ator social. “Este (o ator social) supõe a definição de papéis, de estatutos, de formas de organização e autoridade, portanto, de normas” (Touraine, 1999, p.100). “Sujeito” e “ator” seriam, então, duas dimensões presentes tanto nos indivíduos quanto nos grupos sociais, sendo uma dimensão articulada à outra e dependente da outra para existir.

Existe aqui uma dialética permanente. A relação (o vínculo) entre atores reitera a instrumentalidade da sociedade, as identificações

diante do que já está instituído e os projetos comuns dentro da ordem social, ou seja, repousa sobre a necessidade de pertencimento e de identidade dentro de uma ordem social. A igualdade que pode resultar daí é a igualdade da necessidade de inscrição na cultura e na sociedade.

Mas a relação (vínculo) entre sujeitos tem por base o desejo comum de se constituírem como sujeitos (de serem reconhecidos em sua diferença e ouvidos em suas demandas singulares). A igualdade que resulta daí é a igualdade da necessidade de ser reconhecido como diferente.

O vínculo social, ou o vínculo que une os indivíduos em grupo, está marcado por essa dialética: é identificação e, ao mesmo tempo, negação; é a busca de um projeto ou ideal comum, ao mesmo tempo em que é a expressão diferenciada de várias versões desse mesmo ideal ou projeto; é o reconhecimento do desejo de se pertencer a um grupo, e gozar de uma identidade social; ao mesmo tempo que um desejo de ser reconhecido na sua diferença com o grupo – aquilo que, apesar de tudo, subsiste e insiste em se fazer ouvir.

Por isso mesmo, diz Touraine, não há possibilidade de construção do sujeito fora da ação coletiva. Não há também possibilidade de sua construção em uma ordem social injusta e autoritária – seja o autoritarismo político, o autoritarismo das instituições ou o das relações comunitárias ou grupais onde não há espaço para a reflexão, a comunicação, a negociação, a mobilização, as diferenças e a própria mudança.

A família, como grupo social, e mais ainda como instituição, pode ser pensada dentro desta mesma lógica. Os vínculos que constituem a rede de relações familiares precisam criar para os seus componentes um sentimento de pertencimento, de identidade, a definição de papéis e a constituição de um todo razoavelmente integrado de crenças, valores e práticas cotidianas. Mas devem também abrir a possibilidade para a individuação, a comunicação e a negociação, inclusive para que seja possível, se assim for necessário ou desejável, transformar o instituído em novas formas de existência em comum.

É importante frisar que no vínculo, o aspecto instituído se alimenta das identidades sociais e que o “sujeito”, nesses casos, é uma força de mudança que está tanto na família como um grupo, quanto em cada um de seus integrantes.

Encontramos pontos de vista semelhantes na sociologia dos pequenos grupos e na teoria dos processos grupais, na psicologia social. Tomando essas referências, podemos dizer que o trabalho sócio-cultural com os vínculos familiares pode ser pensado como:

- A presença no grupo de identidade grupal e ideais comuns, principalmente conectados à percepção e narrativa da própria história;
- O sentimento de coesão interna ao grupo, que não deve ser tão rígida que impeça as trocas com a sociedade e nem tão frágil que não alimente o sentimento de identidade de seus membros;
- O sentimento de pertencimento de cada um dentro do grupo, o que inclui a identificação, ainda que parcial, com o grupo e com seus ideais;
- O sentimento de identidade de cada membro, relacionado à identidade do grupo, mas com flexibilidade para o reconhecimento das diferenças individuais;
- O sentimento de responsabilidade mútua e comprometimento de cada um com os ideais do grupo;
- As possibilidades de desenvolvimento de cada um (individualização) e do grupo como um todo (grupalização);
- As possibilidades de comunicação, negociação, formação e revisão de regras e ideais;
- As possibilidades de definição e divisão de papéis, funções e tarefas equilibrando as necessidades cotidianas e as diferenças individuais;
- As possibilidades de pensar e definir suas dificuldades e potencialidades bem como encontrar soluções viáveis no contexto levando em conta o grupo e seus membros;
- As possibilidades de enraizamento cultural, de pertencimento e identidade social do grupo familiar, levando em conta a sua história e a história de seus grupos de pertencimento (família extensa, grupos étnicos, etc);

- As possibilidades de trocas ativas e criativas com o contexto
- enfatizando igualmente a comunidade e a sociedade – visando tanto a resolução de problemas no cotidiano quanto a convivência, a expansão da aprendizagem (mundo de informações), da comunicação e da expressão do grupo e de seus membros.

1.3. Âmbito psicológico

Para Enrique PICHÓN-RIVIÈRE, o vínculo é *“a maneira particular pela qual cada indivíduo se relaciona com outro ou outros, criando uma estrutura particular a cada caso e a cada momento”* (1988, p.3) e, ainda *“uma relação particular com o objeto¹², que implica em uma pauta de conduta, que tende a se repetir, tanto na relação interna¹³ quanto na relação externa¹⁴ com o objeto”*.

Segundo o mesmo autor, o vínculo é constituído de dois “campos” psicológicos, entre os quais se estabelecem diversas relações: interno e externo. Também os objetos são internos e externos, com os quais podemos estabelecer relações.

Pichón-Rivière enfatiza que o vínculo é sempre social, mesmo que a relação que estabelecamos seja apenas com uma pessoa. Através da relação com essa pessoa repete-se uma história de vínculos determinados em um tempo/espaco determinados. Por essa razão, o vínculo se relaciona, no campo social, com as noções de papel, status, e comunicação. Mas, se no âmbito jurídico e sócio-cultural foi possível ignorar as implicações emocionais e afetivas do vínculo, no âmbito psicossocial e psíquico é impossível desconhecer a presença do afeto como elemento importante para co-fundar e co-manter os vínculos sociais (e dentro destes, os vínculos familiares).

Por outro lado, torna-se mais fácil compreender os vínculos psicológicos dentro da família, por uma condição *“in-machina”*, isto é, por ser a família a instituição onde se dão as relações primárias

¹² “Objeto”, no sentido psicológico, é um termo correlato ao alvo e suporte da pulsão, podendo ser uma pessoa, um objeto real ou fantasioso, um ideal, etc.

¹³ Relação entre componentes psíquicos: conflitos, representações, etc.

¹⁴ Interação.

e fundamentais de cuidado e proteção da criança. Esse reconhecimento pragmático e empírico não deve nos cegar para o fato de que os vínculos dos quais falamos podem ser – e não raramente o são – desenvolvidos também em outros contextos que não a família natural, e nem mesmo no contexto de relações familiares, como é o caso muitas vezes das crianças que crescem em instituições, em grupos de amigos, entre outros.

Essa observação é necessária dentro de um programa social que busca trabalhar não apenas com as famílias (grupos concretos), mas também com os vínculos sociais e afetivos de crianças e adolescentes, buscando a superação de situações de abandono e violência. As relações dentro dos grupos familiares, em suas diversas modalidades, as relações que se estabelecem por solidariedade ou afeto, enfim todas aquelas relações que se erigem como “interpessoais” têm a potencialidade aqui analisada com o nome de “vínculo”.

No âmbito psicológico, parece ser um pouco mais difícil do que no âmbito jurídico ou social explorar o que queremos dizer com a expressão: “João/Maria tem um vínculo com o seu pai/mãe”. A análise das relações familiares introduz a questão dos vínculos, porém corre o risco de se limitar aos aspectos instituídos (papéis, regras, crenças, identidades, etc.) e ignorar o potencial de produção e transformação contido na psicologia dos sujeitos unidos pelos vínculos. Uma abordagem da dimensão psíquica do vínculo pode ser entendida como parte do sistema familiar, em uma visão dialética (e não mecânica) desse sistema.

Ademais, em um programa social onde se objetiva não apenas o fortalecimento dos vínculos familiares, mas também a superação da violação dos direitos de crianças e adolescentes é preciso analisar de vários ângulos as possibilidades de ação, do grupo ao indivíduo e do indivíduo ao grupo.

Vamos então analisar os componentes do “vínculo” enquanto uma *relação*, que implica *escolhas conscientes e inconscientes*, que *pode ser de apoio e/ou de identificação*, que delimita um apego, que requer um *investimento psíquico*, e por fim que pode ser tam-

bém entendida através do conceito de *transferência*. Assim, ao se trabalhar o vínculo, estaremos trabalhando com esses “componentes”.

Quando falamos em “relação de objeto” é preciso associá-la a outros conceitos que a delimitam e explicam. A relação de objeto indica também uma eleição, na forma de escolha ao mesmo tempo consciente e inconsciente, de um tipo de relação com um tipo de objeto. Freud apresenta dois tipos básicos de escolha de objeto: por apoio¹⁵ (anaclítica) e por identificação (narcísica). No primeiro, a pessoa escolhida representa a resposta, o apoio e acolhimento às necessidades do sujeito, seguindo um modelo - real ou imaginário - das figuras parentais. No segundo, a escolha é guiada pelas identificações¹⁶ entre o sujeito e o objeto, como um espelho para o seu narcisismo. A diferenciação é usada para se estabelecer uma relação e uma oposição entre as pulsões sexuais e as de *autoconservação* e não para estabelecer uma fronteira rígida ou cisão absoluta entre as duas.

É interessante enfatizar que o termo “ternura”, um sentimento tão valorizado no âmbito das relações familiares,

“(…) designa, em oposição à ‘sensualidade’, uma atitude para com outrem que perpetua ou reproduz a primeira modalidade da relação amorosa da criança, em que o prazer sexual não é encontrado independentemente, mas sempre apoiado na satisfação das pulsões de *autoconservação*” (LAPLANCHE e PONTALIS, 1994, p.504).

Na relação adulto-criança, a ternura se expressa através do cuidado, da possibilidade de acolhimento, do investimento narcísico que os pais fazem na criança, vendo-se nela e *cuidando-se* nela,

¹⁵ Termo que designa a relação primitiva das pulsões sexuais com as pulsões de *autoconservação*; as primeiras se apóiam sobre as segundas, nelas encontrando uma fonte, uma direção e um objeto; apoio também designa a escolha do objeto das pulsões de *autoconservação* como objeto de amor (Laplanche e Pontalis, 1994:30).

¹⁶ “A identificação é um processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações” (Laplanche e Pontalis, 1994:228). A identificação é um processo que apresenta complexidades e diversidades. Na questão da violência, alguns aspectos serão valiosos tais como o da “identificação com o agressor”.

assim revivendo ou obtendo por reparação, os cuidados parentais, reais ou imaginários, de sua própria história. A repetição desses cuidados com os filhos ou o resgate, real ou imaginário, daquilo que “nunca se recebeu” promove uma reparação emocional que é tão prazerosa para o adulto quanto para a criança. O enterrecimento conjunto cria momentos de troca dessa reparação tão necessária à vida emocional no cotidiano. É por este mecanismo psicológico que uma criança pode ser investida como aquela que tem o potencial de realizar os seus pais e que estes poderão buscar vencer dificuldades percebidas no contexto sócio-cultural para lhes (se) assegurarem tais realizações, ou realizações substitutas.

O vínculo, no sentido psicológico, designa também o apego entre pessoas (o desejo de conviver), o sentimento de responsabilidade pelo outro, que está ligado ao desempenho dos papéis e à identidade social de cada um. O comprometimento mútuo que reencontra aqui a revivência não apenas dos ideais em comum, mas também do afeto que embasou o surgimento e a manutenção desses ideais. Reencontramos o entrelaçamento das histórias individuais passadas, presentes e futuras, que sustentam as identificações e dá o sentimento de pertencimento e de identidade.

Finalmente, é importante enfatizar o vínculo enquanto relação de transferência. Em todas as relações, há a possibilidade de se estabelecer alguma forma e intensidade de transferência – revivência de conflitos e demandas associadas ao passado em uma relação atual. Se pensarmos nas famílias em situação de risco social, ou com medidas de proteção, podemos compreender o movimento que suas crianças e adolescentes muitas vezes têm de fazer entre adultos responsáveis, entidades de abrigos, famílias acolhedoras e mesmo nos casos de adoção. Os novos vínculos a serem estabelecidos, ou vividos em uma temporalidade instável, terão de ser calcados sobre alguma forma de apoio, identificação e/ou transferência¹⁷.

¹⁷ Nesse sentido, o fenômeno transferencial será diferente daquele de um tratamento individual psicanalítico, mas envolve também a sua consideração e, por vezes, a sua explicitação, como no caso da criança que precisa saber que voltará a viver com a sua família de origem e que se separará da família acolhedora com quem já “estabeleceu vínculo”.

Uma vez pensado o vínculo em diferentes dimensões, é preciso prosseguir a reflexão sobre o trabalho com os mesmos no fortalecimento dos vínculos familiares e na superação das violações de direitos de crianças e adolescentes. Precisaremos, então, investigar as relações entre o vínculo e a agressividade, bem como entre vínculo e violência nas relações familiares.

III A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Para iniciar uma reflexão sobre a “violência” nas relações familiares, é preciso partir do reconhecimento da historicidade do conceito. Ou seja, a atual legislação, na seqüência de um movimento histórico de revisão e instituição dos direitos da infância e adolescência, inova na definição de violência. A mudança cultural não acompanhou a legislação no mesmo ritmo e intensidade. O que poderia ser considerado normal ontem, hoje é considerado uma violação de direitos. Assim, as famílias têm que se haver com normas que tem um poder e uma função de instaurar novas concepções em um contexto cultural onde ainda existem concepções tradicionais, contraditórias com aquelas que se quer instaurar. É preciso não esquecer, então, que a família é uma instituição em crise com a própria questão da violência e da mudança cultural sobre o que seja a violência na família.

Algumas distinções podem ser úteis à análise. É preciso diferenciar a violência da “agressividade” e do “poder” nas relações familiares e, depois, é preciso designar e discutir o que se entende por violência, com a ajuda do texto legal e na referência dos direitos das crianças e adolescentes.

1. Diferenciando e relacionando concepções

A confusão entre agressividade, violência e poder leva não apenas a algumas incoerências teóricas, mas também a atropelos na prática do atendimento a famílias.

No dicionário da língua portuguesa, “agressividade” pode designar desde dinamismo até hostilidade e disposição para agredir. Nesse sentido, é uma força

que tanto pode levar a uma atitude empreendedora quanto resultar em agressões a si mesmo ou a outrem. No primeiro sentido, está presente desde cedo no desenvolvimento humano e em todos os seres e relações humanas. Porém, se a pensamos como fundamento da agressão, voltada para prejudicar o outro ou mesmo destruí-lo, podemos vê-la como uma força de desagregação¹⁸. Assim, uma relação onde existe “agressividade” não leva necessariamente a uma violação de direitos. Na família, a agressividade faz parte do conjunto de relações que, mesmo se não desejáveis, perpassam o cotidiano e se expressam na luta pelos interesses de cada um dentro do grupo, pela necessidade de construir e negociar regras, etc. Os grupos sociais usualmente têm regras implícitas e explícitas sobre o tipo e a extensão da agressividade neles aceita sem a recorrência a sanções.

Porém, quando recebe uma significação sócio-cultural e é compreendida em um conjunto de regras e relações, envolvendo atores e resultados determinados, a agressão passa a ser compreendida como “violência”.

Para Bobbio e Pasquino, violência é a intervenção física e voluntária de alguém sobre um outro, no sentido de ofender ou destruir este outro, podendo ser direta ou indireta. A violência pode se dar com agressividade, mas também com indiferença ou frieza. Enquanto a violência é o uso da força para alcançar um dado objetivo, o poder modifica também a conduta de um indivíduo ou grupo, porém não necessariamente a partir da violência. O poder pode ser exercido através da violência, mas também através do convencimento, da negociação e do contrato de obrigações mútuas. O poder que necessita da violência para ser instituído ou mantido é justamente aquele ao qual falta credibilidade e legitimidade. Na família, o exercício do poder e da autoridade conferidos aos papéis sociais goza de legitimidade desde que esteja coerente com as representações dos atores envolvidos e de suas relações.

As estreitas relações entre agressividade, violência e poder na família fazem com que seja melhor definir a violência dentro de uma

¹⁸ Laplanche e Pontalis, p. 14.

visão estrita da violação de direitos. Assim, podemos nos apoiar no texto legal para compreender a violência¹⁹ como abuso físico, psicológico ou sexual, abandono ou negligência.

A violência pode surgir na família, como resultado das assimetrias de poder, da ilegitimidade do poder ou da autoridade, do esforço para manter as relações de poder e de dominação e, também, pode surgir como resultado de uma agressão ligada aos mais variados fatores.

A violência faz parte das relações familiares, mas não como um fenômeno “normal” que se deva aceitar passivamente, e sim como sinal de um funcionamento conflituoso no qual o poder e a autoridade estão sendo ameaçados ou contestados, e os conflitos relacionais fazem eclodir a agressividade. O importante é notar, nessa ótica, que a violência não é necessariamente oposta à existência de vínculos, nem mesmo oposta à existência das relações de autoridade, de amor e de comunicação. Mas, certamente terá com esses elementos uma relação que precisa ser compreendida e analisada caso a caso: conflitos, alternâncias, negação, ganhos secundários... A violência pode ter um papel nas relações familiares de desagregação, mas também de agregação perversa, de anulação do outro, como também de manutenção do vínculo... Por isso, devemos ter o trabalho de entendê-la antes de tentar qualquer movimento em direção à sua superação na dinâmica da família. Vamos, a seguir, apresentar as definições de violência com base no SIPIA, no contexto da discussão dos direitos das crianças e adolescentes e, em seguida, explorar alguns dos sentidos possíveis que essa violência pode ter nas relações familiares, com a finalidade de embasar as intervenções no serviço SOSF.

2. Definições de “violência” na discussão dos direitos das crianças e adolescentes²⁰

2.1- Violência Doméstica

¹⁹ Ver Manual do Usuário do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA (1977)

²⁰ Esse item (número 3) foi transportado do item 5 do Manual do SOSF, sem alterações.

A violência doméstica constitui-se em “Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra criança e/ou adolescente – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”²¹.

A violência doméstica manifesta-se através da violência física, violência psicológica, violência sexual e da negligência. Essas manifestações de violência podem ser encontradas juntas ou isoladamente no ambiente familiar.

Violência física, psicológica e sexual são definidas no Manual do Usuário do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA (1977), conforme segue. Os indicadores que apontam para a possibilidade de existência do fenômeno foram organizados utilizando-se a literatura especializada, indicada no item “Bibliografia” e a experiência profissional acumulada de técnicos dos programas anteriores e do SOSF.

É importante ressaltar que nem todos os indicadores apontados para cada violação necessariamente têm que estar presentes em cada família ou criança/adolescente acompanhados.

a) Violência Física:

Conceito: “Faz-se referência aos atos praticados por terceiros que violem a integridade física de crianças e adolescentes”²², tais como:

- Agressão ao corpo da criança ou adolescente com tapas, espancamentos, queimaduras, fraturas, cortes ou qualquer ação que provoque dor ou lesões corporais;

²¹ AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane Nogueira Azevedo. Curso de Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. USP/PSA/LACRI: 2002. Módulo 1A/B, p. 12.

²² Manual 003 – SOSF (Glossário). Observar o art. 17 do ECA: O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

- Agressões com objetos contundentes;
- Supressão da alimentação com caráter punitivo;
- Tortura.

Indicadores:

Na criança e/ou adolescente

- Físicos: presença de lesões físicas não compatíveis com a justificativa apresentada: marca de queimaduras, fraturas, contusões corporais; marcas de dentadas; ferimentos produzidos por fricção de corpos, sugerindo que criança e/ou adolescente foi amarrada; avaliação médica indicando enfermidades psicossomáticas.
- Comportamentais: medo de adultos, em especial dos pais; estado de tensão constante; resistência em voltar para casa; agressividade.

Na família: descrição da criança como má e desobediente; defesa de disciplina severa; expectativas irreais sobre a criança e adolescente; imputação aos filhos da culpa por problemas em todas as dimensões da vida familiar; relatos de que o nascimento dos filhos não foi desejado; ocultamento das lesões da criança/adolescente ou justificativas não convincentes ou contraditórias.

b) Violência Psicológica:

Conceito: “Traduz-se em atos que resultam em dano à saúde mental da criança e adolescente, ferindo sua integridade psíquica”.²³

“A violência psicológica pode assumir duas formas básicas: 1ª) a negligência afetiva, que consiste numa falta de responsabilidade, de calor humano, de interesse para com as necessidades e manifestações da criança; 2ª) a rejeição, que se caracteriza por manifestações de depreciação e agressividade para com a criança”²⁴.

²³ Manual 003 – SOSF (Glossário)

²⁴ BELO HORIZONTE. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Violência doméstica e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Belo Horizonte: CMDCA, 2000.

Podem se manifestar das seguintes formas²⁵:

- Ameaça de morte;
- Humilhação pública ou privada: casos em que crianças e adolescentes são alvos de vexame, castigos públicos, xingamentos e outras atitudes;
- Tortura psicológica, infundindo medo à criança ou adolescente, ameaçando-os de confinamento, impedindo-os de brincar, isolando-os etc.;
- Exposição indevida da imagem da criança e adolescente: através de fotos em jornais, ou ainda, uso não autorizado de fotografias para fins comerciais, ideológicos ou políticos.

Indicadores:

Na criança e/ou adolescente:

- Físicos: avaliação médica indicando enfermidades psicossomáticas, por exemplo, obesidade, afecções da pele, problemas digestivos;
- Comportamentais: Problemas de aprendizagem; comportamento destrutivo ou autodestrutivo, de agressividade ou timidez extremas; distúrbios de sono; baixo conceito de si; depressão e apatia; gagueira; comportamentos regressivos: urinar na roupa ou cama, chupar o dedo.

Na família: expectativas irreais sobre a criança/adolescente; rejeita-os; ignora-os; aterroriza-os; isola-os; corrompe-os; descreve-os como “maus” e diferentes dos outros.

c) Abuso Sexual:

Conceito: “Todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos (parentes e responsáveis) – ou mesmo adolescentes mais velhos²⁶ - e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou uti-

²⁵ Manual 003 – SOSF (Glossário). Observar o art. 18 do ECA: É dever de todos velar pela dignidade da criança e adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

²⁶ Nota adicional baseada em definição proposta por ABRAPIA. Abuso sexual contra crianças e adolescentes. 3a edição – Petrópolis, RJ: Editora Autores & Agentes & Associados, 2002.

liza-la para obter estimulação sexual própria ou de outra pessoa. Quando a violência sexual ocorre de pais ou responsáveis para com a criança, essa relação é denominada incestuosa²⁷.

Indicadores:

Na criança/adolescente:

- Físicos: dificuldades em caminhar e sentar; avaliação médica apontando para violação (dor, inchaço, lesões ou sangramento nas áreas genitais ou anais; infecções urinárias ou penianas); baixo controle de esfíncteres; gravidez precoce ou aborto; DST/AIDS; avaliação médica indicando enfermidades psicossomáticas.
- Comportamentais: depressão; tentativas de suicídio; resistência em voltar para casa; adoção de comportamentos incompatíveis com a idade; timidez excessiva; erotização precoce; fugas constantes de casa; uso de álcool e/ou drogas; distúrbios de sono e apetite; medo do escuro; medo do abusador indicado; insegurança; agitação extrema; acessos de raiva; práticas de atos infracionais.

Na família: possessividade em relação à criança/adolescente, negando-lhe contatos sociais normais; acusações de promiscuidade e sedução sexual à criança/adolescente; agente violador com histórico de agressão sexual na infância; crença de que o contato sexual é forma de amor familiar; responsabilização de outro agressor, que não o indicado, com a finalidade de proteção a membro da família; crença de que a criança/adolescente tenha atividade sexual fora de casa; uso de álcool e/ou drogas. Famílias incestuosas, de maneira geral, relacionam-se pouco com sua família extensa ou vizinhança; os pais mostram-se autoritários e as mães submissas.

²⁷ AZEVEDO E GUERRA (1989) IN BELO HORIZONTE. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Violência doméstica e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Belo Horizonte: CMDCA, 2000.

d) Negligência:

Conceito: “É ato de omissão do responsável pela criança ou adolescente em prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento”²⁸.

O abandono é considerado uma forma extrema de negligência. Esta pode significar omissão em termos de cuidados básicos como: privação de medicamentos, cuidados necessários à saúde e à higiene; ausência de proteção contra as inclemências do meio (frio, calor etc.); não provimento de estímulo e condições para a freqüência à escola²⁹.

A identificação da negligência em nosso meio é complexa devido às dificuldades sócio-econômicas da população, o que leva, muitas vezes, ao questionamento da existência de intencionalidade. No entanto, independente da intenção do responsável, é necessária uma atitude de proteção em relação à criança e ao adolescente.

Indicadores:

Na criança/adolescente:

- Físicos: avaliação médica indicando enfermidades psicossomáticas; padrão de crescimento deficiente; uso de vestes inadequadas ao clima; higiene comprometida; desenvolvimento inadequado à idade; enfermidades não tratadas; fadiga constante.
- Comportamentais: apatia ou agitação extremas; adoção de responsabilidades incompatíveis com a idade; impulsividade.

Na família: apatia e passividade; baixa auto-estima; pode haver sofrimento psíquico e/ou comprometimento mental; despreocupação aparente com a situação da criança; desleixo com higiene e aparência pessoal; atribuição à criança/adolescente de responsabilidades incompatíveis com a faixa etária; abuso de álcool e drogas.

2.2. Trabalho Infantil e/ou Mendicância

²⁸ ABRAPIA, 1997. In Manual 003 – SOSF (Glossário).

²⁹ Manual 003 – SOSF (Glossário).

Consideram-se aqui como trabalho infantil, as atividades que têm como objetivo principal a geração de renda ou ganhos materiais.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu artigo 424, determina: “É dever dos responsáveis legais de menores, pais, mães ou tutores, afastá-los de empregos que diminuam o seu tempo de estudo, reduzam o tempo do repouso necessário à sua saúde e constituição física, ou prejudiquem a sua educação moral”³⁰.

“No Brasil, é considerado proibido o trabalho infanto-juvenil exercido por criança ou adolescente com idade inferior a 16 anos. A aprendizagem³¹ a partir dos 14 anos é permitida, desde que as atividades educativas superem as produtivas”³².

A UNICEF estabelece alguns critérios para a caracterização do trabalho infantil, que envolve a exploração da criança e adolescente, entre os quais destacamos³³:

- Atividade que impeça o acesso à educação, comprometa a dignidade e auto-estima (escravidão e exploração sexual);
- Atividade e vida nas ruas;
- Atividade prejudicial ao pleno desenvolvimento social, psicológico, físico e cognitivo.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) faz diferenciação entre as atividades laborais de risco imediato e as de risco a longo prazo. Como exemplos de trabalhos de risco imediato são encontradas crianças e adolescentes nas seguintes situações:

- Na agricultura, utilizando maquinários e produtos químicos;
- Nas indústrias de vidro;
- Na construção e tecelagem;
- Nas ruas: como catadores de lixo; vendedores ambulantes, sob a ameaça de gangues de rua; e exploração sexual.

³⁰ Cosendey, Elvira M. V. de Mello (2002, pp. 49-50).

³¹ O artigo 428 da CLT (com alterações dadas pela Lei 10.097/00), define o que vem a ser o contrato de aprendizagem: “... é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e ao menor de dezesseis anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias à sua formação” (Castro, João Antônio & Castro, Dayse Starling. 2002, p. 66).

³² Cosendey, Elvira M. V. de Mello (2002, p.50).

³³ Manual 003 – SOSF (Glossário).

São caracterizadas como atividades de risco, a longo prazo, todas as que ameaçam o desenvolvimento físico, psicossocial, ético e moral de crianças e adolescentes ou as que afetam seu futuro.

Em áreas urbanas, sobretudo em grandes metrópoles, é mais comum a participação de crianças e adolescentes no setor informal, como vendedores ambulantes, que no mercado formal, em indústrias ou comércios. Um número cada vez maior de crianças e adolescentes são aliciados para o trabalho em atividades ilícitas como o tráfico de drogas e exploração sexual.

Indicadores:

Na criança/adolescente:

- Físicos: padrão de crescimento deficiente; fadiga constante; avaliação médica indicando enfermidades psicossomáticas.
- Comportamentais: infreqüência ou baixo desempenho em atividades escolares ou de socialização infanto-juvenil; adoção de responsabilidades incompatíveis com a idade; permanência por várias horas fora de casa, inclusive em períodos noturnos; posse habitual de dinheiro; sentimento de auto-suficiência; receio/resistência em voltar para casa; hábito de pedir “qualquer coisa em qualquer lugar”.

Na família: apatia e passividade; não percepção do trabalho infantil como violação de direitos, conferindo-lhe “valor educativo”; atribuição à criança/adolescente de responsabilidades incompatíveis com a faixa etária; abuso de álcool e drogas; lazer pouco valorizado; autoridade paterna/materna comprometida em decorrência do amadurecimento precoce da criança/adolescente; subemprego ou desemprego crônicos, associados à baixa qualificação profissional; isolamento em relação à família extensa; genitor paterno ausente ou pouco contributivo financeiramente.

2.3. Trajetória de vida nas ruas:

Conceito: Crianças e Adolescentes que vivem nas ruas utilizando-as como espaço de moradia e sobrevivência, sem a companhia de família ou adulto responsável³⁴.

³⁴ Conceito produzido pelas equipes do Centro de Abordagem do Programa Miguilim.

Indicadores:

Na criança/adolescente:

- Físicos: dependência química; negligência com a saúde e aparência física.
- Comportamentais: infreqüência/evasão escolar; agressividade; transgressão da lei; organização temporal relacionada aos eventos da rua; desarticulação verbal; dificuldade na capacidade reflexiva; dificuldade de organizar a vida sem o uso de drogas; vínculos frágeis com a família; sentimento de auto-suficiência.

Na família: grande número dessas famílias são chefiadas por mulheres; padrões agressivos de relacionamento, sendo comum a presença de violência doméstica (física, psicológica, sexual ou negligência); diálogo incipiente entre os membros; arranjos familiares freqüentemente reconstituídos (padrasto, filhos de genitores diferentes etc.), com seus membros exercendo papéis indefinidos ou com a atribuição à criança/adolescente de responsabilidades incompatíveis com sua idade; condições econômicas precárias; subemprego ou desemprego crônicos, associados à baixa qualificação profissional; situação habitacional em condições precárias, gerando risco, falta de privacidade e de espaço para atividades lúdicas.

3. Sentidos possíveis e múltiplos da violência nas relações familiares

Quando procuramos pelos “sentidos” que a violência pode ter nas relações familiares, nem de longe estamos propondo qualquer argumento para sua aceitação ou legitimação. Pelo contrário, buscamos um meio mais efetivo para a sua superação. Assim, a humanização desta abordagem – compreender os motivos humanos, os limites, as questões relacionadas – pretende contribuir para a superação da violência. Trata-se de compreender porque e em que circunstâncias os adultos que deveriam cuidar das suas crianças e adolescentes, as agredem de forma eventual ou recorrente, mode-

rada ou grave, sistemática ou impulsivamente, de forma mesclada ou não a outras formas de relação mais afetuosas.

Explorando os sentidos da violência e as formas de se trabalhar sua mudança, lembramos que:

- As causas contextuais, relacionais e intersubjetivas estão separadas às vezes para um efeito didático, mas de fato elas não são mutuamente exclusivas, podendo ser superpostas ou complementares;
- Não raramente a gênese de uma forma de violência está ligada à de outra, assim como o seu deslocamento e/ou substituição;
- Muitas vezes a abordagem de uma forma de violência tem um efeito “cascata” de fazer aparecer outras formas de violência que estavam articuladas na mesma dinâmica familiar.

Prosseguindo, e tentando fazer uma correlação com a teoria dos vínculos aqui apresentada, discutimos os fatores associados à violência, iniciando por aqueles mais ligados à esfera sócio-cultural até a tentativa de definir fatores relacionais/grupais e psicológicos. Abaixo listamos dez fatores que nos pareceram abrangentes e úteis para uma ação de orientação do grupo familiar para a superação da situação de violência tanto quanto para o fortalecimento dos vínculos familiares.

3.1 Ausência de meios para suprir as necessidades das crianças e adolescentes

Um estudo recente do IPEA (2005) apontou que mais da metade das crianças e adolescentes que se encontram, hoje, em regime de abrigo, no Brasil, têm famílias. Um grande percentual destas famílias não conta com uma renda mínima que lhes permita suprir as necessidades básicas de seus filhos. A acusação de negligência – todavia involuntária³⁵ – é a primeira a aparecer nesta situação:

³⁵ No Art., o ECA determina que a ausência de renda não é razão suficiente para perda de pátrio poder, devendo as famílias serem encaminhadas para programas de transferência de renda, com a finalidade de serem apoiadas pelo Estado e pela sociedade, em suas responsabilidades diante de suas crianças e adolescentes.

não há comida, higiene básica, roupas, etc. Essa negligência é considerada involuntária, pois a família se encontra em situação de exclusão social e tem o direito a ser apoiada pelo Estado, no acesso às garantias básicas de sobrevivência: rendimentos, alimentação, convivência familiar e comunitária. O encaminhamento da família a programas de transferência ou de geração de renda tem não apenas a finalidade de cessar a violação de direitos, mas também a de criar condições objetivas para a reorganização das relações da família, um processo a ser levado a cabo de maneira participativa e dialógica.

3.2 O estresse da vida cotidiana: insurgência da violência contra crianças/adolescentes

O segundo ponto a ser lembrado é a relação existente entre condições altamente estressantes do cotidiano, sua interferência sobre as competências e relações familiares, especialmente diante das demandas de crianças e adolescentes e outros membros em situação de vulnerabilidade (idosos, portadores de deficiências, doentes). Podemos listar, dentre essas condições, o desemprego, as jornadas de trabalho acrescidas do tempo dedicado ao transporte e às tarefas da vida cotidiana, os salários baixos, a violência urbana, a ausência de lazer, a presença de demandas múltiplas a satisfazer (cuidados simultâneos com idosos, crianças, portadores de deficiência, doentes), entre outras, acarretando dificuldades de encontrar e decodificar informações e de efetivar o acesso aos serviços de apoio às competências familiares.

A emergência da violência como reação ao estresse da vida cotidiana põe em relevo a fragilidade da criança, a dificuldade de satisfazer as suas necessidades de desenvolvimento, de lhe dedicar tempo e cuidados, a premência de fazê-la “comportar-se”, calar-se, despir-se de demandas, receber cuidados adicionais se doente, entre diversas situações. O cruzamento entre demanda e impossibilidade de cuidados não raramente explode em frustração, exaustão e violência. Não é à toa que as crianças mais atingidas

são justamente as mais novas, as que têm comprometimento de saúde ou aquelas com problemas de atenção e concentração. Dessa forma, a orientação se baseia no conhecimento da vida da família, seu contexto, acesso a serviços, dentre outros elementos, com a finalidade de buscar mapear o apoio necessário para que possa reorganizar o seu cotidiano de forma a contemplar as necessidades das crianças e adolescentes e superar as situações de violência.

O apoio nesse caso pode ir desde a inclusão em programas de transferência de renda, à reorganização da economia doméstica, à facilitação de acesso a serviços de saúde e educação, à inclusão em programas de esporte e cultura, dentre outros.

3.3 A violência como resposta à exclusão social

Há famílias que vivem situações variadas de exclusão social, não necessariamente ligadas à renda, mas também às deficiências, à doenças, aos transtornos mentais, ao racismo e outras. Sofrem com o isolamento social e com o estigma que lhes é atribuído. Maneiras de responder a esta exclusão incluem (1) o “fechamento” defensivo do grupo, aumentando o isolamento e alternando apoio entre os integrantes com tensão e ressentimento mútuo; (2) a diminuição da vitalidade do grupo, com manifestações de depressão e desânimo; (3) o enfraquecimento da comunicação e da intimidade no grupo, gerando um afastamento entre as pessoas ainda que, morando na mesma casa e diminuindo também a sua tolerância e o cuidado mútuo; (4) o aumento das exigências sobre crianças e adolescentes, pressionados a se comportar dentro de um alto padrão de desempenho ou, ao revés, uma retirada de investimento e de projetos, levando à negligência, etc. As dificuldades de participação nas atividades comunitárias, e mesmo junto à família extensa podem diminuir substancialmente as possibilidades de lazer e trocas simbólicas e afetivas. A violência pode ser uma forma catártica diante dessas tensões, uma quebra eventual do controle exigido para manter a situação do grupo estabilizada, etc. As crianças e

adolescentes são vítimas dessa situação, quer sejam o alvo do estigma social, quer sejam apenas membros do grupo estigmatizado, compartilhando a sua “tensão” ou “depressão”, circunstância em que as suas demandas de cuidado e desenvolvimento podem ser recebidas como ameaça ao equilíbrio precário do grupo.

3.4 Repetição de representações e práticas culturalmente aprendidas e toleradas

Nossa cultura ainda aceita a prática, que nomeia “castigo físico”, de bater em alguém, em especial em crianças e adolescentes, como forma disciplinar ou punitiva, para “coibir” comportamentos indesejáveis. Muitas palavras que designam os processos disciplinares são ambigualmente empregadas como sinônimos de bater: “corrigir”, “educar” e “ensinar”. Nosso passado escravocrata e violento sobrevive nos termos utilizados. A agressividade contida nessas expressões é bastante óbvia, indicando que mais do que uma concordância com estas práticas, os supostos educadores delas extraem certo prazer adicional embutido na linguagem e na previsão do ato.

É importante notar que as práticas culturais contam com limites explícitos ou tácitos dentro dos quais são permitidas ou excluídas. Em vários relatos de violência contra a criança e o adolescente é possível reconhecer uma forma de “excesso” (ou a “falta”) cometido pelos responsáveis, a partir de um comportamento que seria aceito como “normal” no contexto cultural. É o caso do “castigo” que passou do “limite”. Torna-se importante conhecer o contexto cultural das famílias, suas concepções e crenças sobre a educação das crianças e dos adolescentes, os valores da tradição que suportam e aqueles que são contraditórios com os direitos. Torna-se importante suprir as famílias com informações sobre o desenvolvimento infantil, articulando-as quando possível ao conhecimento desenvolvido na cultura. A compreensão das fases do desenvolvimento poderia, por exemplo, dar à família melhores condições de lidar com comportamentos infantis que usualmente são punidos, tidos como mera desobediência e desafio à autoridade dos adultos.

○ trabalho de prevenção e estancamento da violência precisa centrar-se sobre a transformação das práticas e crenças culturais, mas também deve estar atento ao “ganho secundário” que os agressores podem alcançar em sua perpetuação.

Esse trabalho de crítica de uma “normalidade” deve estar entremeadado a um outro, mais delicado: buscar perceber e apontar, nas falas, os “ruídos” indicadores de ressonâncias emocionais de “satisfação”, “compensação”, “descontar a raiva”, descrição prazerosa do sofrimento do outro, e outras formas que os adultos responsáveis demonstram ao conversar sobre as suas crenças no “castigo corporal”. Muitas vezes é só depois que se consegue trabalhar neste nível que as crenças se tornam passíveis de mudança.

○ trabalho de crítica das representações pode ser desenvolvido através de informações novas, transmitidas de maneira lúdica e dialógica, através de histórias, relatos de vida, jogos, informação sobre a psicologia do desenvolvimento infantil e adolescente.

3.5 Recurso à violência como forma de manter hierarquias e regras

Em qualquer grupo social, há momentos nos quais as hierarquias e as regras são questionadas por não serem compartilhadas ou por não responderem a interesses/necessidades de seus membros. Em grupos de funcionamento democrático, há possibilidades de revisão de valores e regras, dentro de limites também acordados pelo grupo. Se faltar legitimidade ao funcionamento do grupo, se as figuras de autoridade forem frágeis (faltando-lhes a articulação entre valor e afeto para o exercício da autoridade e segurança no desempenho da mesma), a tendência é uma oscilação entre a tolerância mínima (repressão das demandas que surgem ou punição rigorosa dos problemas disciplinares) e a dispersão do grupo (o relaxamento total das regras, a negligência em relação às necessidades do grupo e de seus membros, desqualificando-as para que não caracterizem uma ameaça à autoridade, que continua a existir por inércia). Em uma família isso significa a alternância de violência e negligência diante de demandas de desenvolvimento das

crianças que não são suportadas dentro do grupo ou das formas de desobediência, transgressão das normas, etc.

O trabalho com as representações, valores, papéis e limites é necessário, por meio de conversas individuais/grupo, histórias, jogos e formas diversas de comunicação e de reflexão.

3.6 Dificuldades no exercício do papel parental e/ou de responsável; dificuldades com a relação de autoridade e de afeto, baixa auto-estima dos pais/responsáveis.

A dificuldade no exercício de papel é evidenciada pela insegurança (não saber o que fazer) tanto quanto pela ausência total de flexibilidade para lidar com as necessidades do dia a dia embutidas no papel (rigidez e cristalização de regras e comportamentos). Pode estar relacionada a um sentimento do indivíduo de não identificação com o grupo ou com o ideal do grupo, tanto quanto à dificuldades do grupo, como um todo, de definição de seus papéis, ideais, tarefas e funções. As relações entram em estresse cotidiano, com um esforço constante para manter o grupo em funcionamento ao mesmo tempo em que as frustrações se acumulam e um vazio de sentido pode se instalar. Pode haver alternância de rigidez e de anomia, de permissividade e de agressão. As demandas das crianças e adolescentes, seus comportamentos que desafiam e questionam a coerência do grupo familiar são vividas como ameaçadoras pelos adultos, que podem reagir com agressividade e violência. Os adultos podem ter dificuldade não apenas de expressar normas e regras, mas também de acreditar nelas e de se ver como alguém capaz de exercer a autoridade (mas não de exercer a violência). A anomia - ou vazio de regras e de sentidos - gera uma tensão no grupo. O apelo à violência "resolve" aparentemente o problema, na pretensão de que o ato violento está calcado na autoridade, e protege o grupo da ansiedade de ter que elaborar regras e sentidos.

As confusões de papel e ausência de regras (com sentidos compartilhados) estão presentes, por exemplo, nos casos de pais/mães adolescentes que se sentem inseguros para lidar com suas crianças,

na confusão de papéis entre pais e padrastos, no caso da mãe/pai que negligencia a criança porque, em outros momentos, sente-se, ela(e) própria, infantilizada(o) e carente de cuidados;

○ trabalho com essas dificuldades pressupõe o resgate da história de vida do grupo familiar e dos indivíduos, a revisão dos papéis e divisão de tarefas, a potencialização para o exercício do papel, a mudança de regras no grupo para melhor atender às necessidades de seus membros, a responsabilização dos adultos responsáveis e criação de novos sentidos para sustentar as relações cotidianas. Note-se que as situações de convivência são importantes na medida em que aumentem a auto-estima, promovam a comunicação, o lazer, a criatividade e as trocas afetivas.

3.7 Eleição de “bode expiatório” para as tensões e conflitos do grupo familiar

Grupos sociais que se vêm às voltas com tensões internas que geram muita ansiedade podem escolher, consciente e/ou inconscientemente, um “bode expiatório”, a quem todos culpam, a quem atribuem as dificuldades do grupo e a quem, reiteradamente, castigam como forma de “expurgar” seus problemas ou “expiar” suas faltas. Trata-se, é claro, de um mecanismo de intolerância para com os próprios problemas, mas que o grupo não consegue enfrentar, escolhendo um membro a quem possam culpar, promovendo uma catarse dos sentimentos no grupo, sem necessariamente ter de refletir sobre isto. Infelizmente, por serem indefesas diante do poder dos adultos, as crianças são freqüentemente colocadas nesta posição no conjunto das relações familiares. Adultos que são normalmente cuidadosos e carinhosos com algumas das crianças, podem se mostrar particularmente cruéis com aquela escolhida como “bode expiatório”.

A escolha do bode expiatório nem sempre está relacionada a uma característica de personalidade da criança, e isto pode se tornar um círculo vicioso em que é impossível dizer se ela é assim por ocupar uma dada posição, ou, se ocupa esta posição por ter tais características. ○ mais importante nessa dinâmica familiar é

abordá-la como um todo, revendo todas as relações e não apenas aquelas que envolvem o “bode expiatório” ou “criança-problema”. A possibilidade de rever tensões e realocar dificuldades, repartindo e compartilhando responsabilidades pelos problemas da família, alivia a necessidade de se ter um “bode expiatório” e pode dar a essa criança a possibilidade de desenvolver novas relações no grupo.

3.8 A criança como “mensagem” ou “campo de batalha” do grupo familiar.

Na família, é comum que o grupo se divida em subgrupos, mais freqüentemente duplas ou triângulos segundo as relações de afinidade e identidade. Se há rivalidade entre esses subgrupos, seja uma rivalidade constante, seja mesclada com relações de afinidade, essa rivalidade pode ser expressa através de comportamentos hostis a um membro do subgrupo ou a um terceiro. Também nesses casos, as crianças ocupam um lugar de desvantagem. Não é incomum em um casal, por exemplo, que um hostilize o filho preferido do outro, para feri-lo de maneira indireta, ou para lhe mandar uma mensagem: veja o que eu posso fazer... Isso pode acontecer também entre irmãos adultos em relação a crianças: veja como eu me vingo nele de tudo o que você me fez... E outros jogos semelhantes: uma mãe que se sente culpada por estar impaciente com seu filho portador de deficiências, irrita-se sobremaneira com outro filho por qualquer travessura; uma criança angustiada com a briga dos pais atrai sobre si a cólera de um deles para proteger o outro ou para se livrar da angústia dessa briga... A criança é feita de “mensagem” ou mesmo de “campo de batalha”. Podem ser encontradas aí diversas formas de comunicação truncada, duplos sentidos, comunicação do tipo “duplo vínculo”, etc. A identidade de gênero da criança, sua posição na ordem do nascimento, o fato de ser filho de ambos os pais ou apenas de um deles, dentre outras características, podem contribuir para esses jogos de poder na família.

Aqui, é preciso reconhecer que os conflitos pertencem ao grupo como um todo, redimensionar o conjunto de relações, tornar o grupo mais consciente de suas preferências, identificações e dificul-

dades, contextualizar os conflitos e criar possibilidades de lidar com eles.

3.9 A violência como uma reação a um conflito intrapsíquico já existente e que é mobilizado pela interação atual.

Pensemos em situações nas quais a interação provoca conflitos que parecem descompassados com o grau de complexidade da própria situação. Uma mãe chega em casa, por volta de 20hs e o filho de 2 anos lhe pede para brincar com o vizinho. A mãe nega com grande irritação e, diante da insistência, espanca duramente a criança. Nos dias que se seguem, a própria mãe se dirige ao Conselho Tutelar, relata o fato e pede ajuda. Ela mesma não conseguia entender a sua reação, que não atribuía ao cansaço do dia, nem ao comportamento da criança, nem a uma crença no valor educativo da surra, mas era “uma coisa que aparecia dentro dela” naquela situação. A mãe foi incluída em uma “oficina de socialidade”, onde pode começar um trabalho de recontar sua história, valores, problemas cotidianos que a deixam descontrolada, etc.

Podemos pensar em exemplos, mas é importante enfatizar que os subitens abaixo apenas exploram aspectos diversos e que mais de um aspecto pode estar envolvido em cada caso. É também importante dizer que não se trata de “repetições” simples de comportamentos passados, mas sim, de retorno de conflitos não resolvidos que são mobilizados na situação atual:

- a) *O adulto associa a criança a situações ou lembranças “indesejáveis”*: foi uma criança indesejada, nasceu logo depois de uma morte, parece-se com alguém, etc.;
- b) *Reação do adulto a uma situação (atual) que provoca revivência de situação do passado, gerando sofrimento, conflito e tensão*. Por exemplo, uma mãe que foi abandonada quando criança pode se sentir ambivalente ao cuidar da filha recém-nascida, pois esse cuidado lhe provoca sentimentos ambivalentes. Por um lado, traz a possibilidade de reparação, por outro revive os sentimentos dolorosos, produz ciúmes e medo. A negligência pode

ser uma forma reativa de desconhecer o conflito emocional, não “enxergando” ou desqualificando as demandas do bebê;

c) *Reação do adulto a uma frustração ou a uma (sua) demanda de amor não correspondida ou, ainda a uma situação que ameaça sua auto-estima e/ou narcisismo. Dificuldade do adulto em atender uma demanda que o angustia, e que ele interpreta como sendo “rebeldia” ou “agressão” por parte da criança.* Por exemplo, o adulto espera que a criança cumpra um determinado ideal, o que esta não realiza; o adulto espera que a criança o compense por tudo o que “lhe dá”; ou no caso de uma criança que chora muito e os pais não conseguem acalmá-la, passando do carinho à irritação; adolescente que expressa sexualidade e pais que não conseguem compreender e lidar com situação; criança hiperativa que não responde aos esforços educativos dos pais.

d) *Repetição de relações que deixaram “marcas” no passado ou reações a conflitos inconscientes e revivência do conflito na situação atual e reação pela violência* - Pai que foi filho mais velho e era cobrado por isto coloca excesso de pressão sobre filho mais velho (ou outro). Essa repetição de comportamento não é da mesma natureza que a repetição culturalmente aprendida. É uma forma reativa de tentar apaziguar o conflito através de uma atuação (“meu pai me batia e isso foi bom para mim”, ou “deixe-me ver como uma criança reage quando é colocada na mesma situação que eu vivi”). É uma forma de criar um “espelho” através da criança e poder tomar contato com os próprios sentimentos, ao mesmo tempo em que se ignora o sentimento da criança. Usualmente se compara dizendo “na minha época era muito pior” e, portanto, a criança “não tem do que reclamar”. Em alguns casos, a indignação por não poder bater reflete a inveja da criança, agora protegida, quando “na época” do adulto, este foi maltratado – revolta por ser a “geração que foi violada e não pode violar (revidar, descontar)”;

e) *Situações de “deslocamento” da violência* (pode haver crítica consciente e repetição inconsciente da violência sofrida) – Por

exemplo, um adulto que foi maltratado e hoje, temendo repetir o abuso físico, passa a ser negligente ou repete o abuso, mas de maneira verbal;

f) *Situações de perdas significativas no grupo familiar e de transtornos pós-traumáticos – o grupo familiar está abalado por perdas (morte, divórcio, desemprego, etc) ou por eventos traumáticos (incêndio, desabamentos, grandes mudanças).* As demandas da criança e os conflitos protagonizados por ela podem ser tratados com negligência ou com tolerância mínima.

Toda a gama de situações citadas nesse item não é dependente de uma situação sócio-cultural definida. Mas a melhoria das condições de vida da família pode colaborar para a sua disponibilidade de reorganizar suas relações e refletir sobre ela, implicando-se em processos de elaboração. Já a reflexão e a elaboração dos conflitos psicológicos e relacionais precisa do trabalho com:

- Resgate e reflexão sobre a história de vida da família e de seus membros;
- Resgate e reflexão sobre a identidade do grupo familiar e de seus ideais dentro da família extensa, da comunidade e da sociedade;
- Resgate do lugar da criança no grupo familiar, das dificuldades e dos projetos associados a ela, da possibilidade da família se reorganizar justamente para proteger a criança (valor positivo) e mesmo das possibilidades de reparação para o grupo familiar, na medida em que dá conta de cuidar de suas crianças e elaborar projetos (função esperança);
- *Empoderamento* da família através do acesso, decodificação e discussão de informações necessárias para empoderar a família para lidar com as questões de seu cotidiano (por exemplo, sobre as fases do desenvolvimento infanto-juvenil e sobre as leis e os direitos);
- Reflexão sobre os papéis familiares, funções, normas, divisão de tarefas, organização do cotidiano e temas semelhantes;
- Reflexão sobre a identificação dos indivíduos com os seus papéis e com os ideais da família;

- Reflexão sobre a comunicação na família, possibilidade de expressão dos sentimentos e das diferenças individuais, possibilidade de projetos individuais e interpessoais, etc.;
- Reflexão sobre as identificações na família, os ideais do grupo e de cada um, as dificuldades de comunicação, as dificuldades e preferências interpessoais e as implicações para os vínculos e para a emergência ou superação da violência;
- Implicação dos sujeitos em seu processo de reflexão (reflexividade), responsabilização pelos seus vínculos legais e sociais, retificação subjetiva de suas posições nas relações visando a sua potencialização para o exercício dos papéis e para a sua realização no grupo familiar;
- Oportunidades de comunicação e de trocas afetivas e simbólicas, associadas a situações de lazer, culturais e de reflexão em grupo;
- Exploração das potencialidades e da criatividade do grupo familiar para criar soluções e/ou administrar seus conflitos e dificuldades no cotidiano.

3.10 Situações específicas envolvendo indivíduos com transtorno mental, dependência de álcool e drogas ou envolvimento com criminalidade

A violência pode resultar da ação específica de um indivíduo na família que apresenta transtornos mentais ou dependência química. A ação dessa pessoa pode ser sustentada pela dinâmica familiar, mas também pode acontecer que a família simplesmente não consiga evitar a violação, dependendo de todos os fatores envolvidos. A situação pede que se organize o apoio necessário ao grupo familiar (transferência de renda, proteção jurídica, etc), o encaminhamento a serviços de saúde, e a orientação do grupo familiar para sua reorganização.

4. Causas múltiplas e correlacionadas: efeitos que viram causas

Como visto, a violência na família é um fenômeno complexo que resulta de fatores econômicos, sociais, culturais, interpessoais e psicológicos. Na medida em que é incorporada à dinâmica familiar, a violência pode inclusive passar a ser causa de outros fenômenos, em uma relação circular de causa-efeito, ou de correlação múltipla, tão presente nos fenômenos psico-sócio-culturais.

Finalmente, é preciso considerar a dinâmica da violência na vida cotidiana das famílias.

Embora pareça, de uma maneira geral, haver uma coerência entre crenças, valores e práticas na vida cotidiana, as ações dos sujeitos nem sempre são consistentes com as suas crenças, especialmente porque as ações também resultam de um complexo de emoções e relações. Por exemplo, existem adultos que acreditam na efetividade do castigo físico, mas o evitam por razões afetivas bem como, existem aqueles que não acreditam, mas agredem quando sem controle das suas emoções.

Quando a agressão resulta de crenças estabelecidas (para tal comportamento indesejado existe tal punição), a violência encontra uma racionalização dentro das crenças sobre a vida cotidiana e a sua superação envolve a revisão crítica dessas crenças e a elaboração de novos sentidos para a criação dos filhos. Este trabalho pode ser menos árduo do que aquele que envolve emoções contraditórias. Desde que preservada a autoridade parental e os vínculos familiares, as famílias podem aprender novas formas de lidar com os problemas de seus filhos, ampliarem a sua compreensão e suas competências educativas.

Isso não quer dizer que as emoções devam ser desconsideradas na elaboração pois podem estar sendo “racionalizadas”, “acobertadas” mesmo, pelos valores culturais que permitem agredir as crianças e os adolescentes.

Quando a agressão resulta de ações impulsivas (os adultos que se “descontrolam” e agredem) sem uma relação direta com as cren-

ças, ou mesmo de ações compulsivas (adultos que agridem continuamente por um motivo qualquer, muitas vezes vitimizando a mesma criança), o trabalho exige uma elaboração das emoções e das relações familiares .

Por tais razões, o trabalho deve ser desenvolvido sempre considerando os eixos de apoio, proteção e orientação, articulando os diversos fatores envolvidos em cada caso. O recurso ao acompanhamento do grupo familiar, as técnicas lúdicas e de reflexão, os jogos educativos, a participação em grupos podem constituir um “campo de intervenção” suficientemente rico para a reflexão e a elaboração dessas questões. Podem-se considerar, em adição, o encaminhamento de membros do grupo familiar para atendimento psicoterápico e, ainda, ações de proteção em casos de risco pronunciado de novas agressões ou violações de direito. O Quadro 1 (ver ANEXO 1) orienta a ação técnica diante dos fatores de violência nas relações familiares.

IV O TRABALHO NO SOSF COMO INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL

A presente proposta caracteriza-se como uma forma de intervenção psicossocial com famílias na proteção social de média complexidade, de acordo com as definições do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e da organização da assistência social na Prefeitura de Belo Horizonte.

A abordagem psicossocial busca analisar e intervir na construção mútua entre sujeitos e sociedade. Nesta proposta, articulam-se três dimensões (ou focos de atuação):

1. Sociedade, cultura e comunidade: são relações “coletivas” em uma dimensão sócio-cultural, que se embasa e dá origem a vínculos sociais. Trabalha-se em um âmbito mais amplo, com informação e representações sociais, através de atividades informativas e educativas, tais como palestras, filmes, ruas de lazer, cartilhas, campanhas, etc. As relações são coletivas, e não necessariamente personalizadas ou “face a face” e a reflexividade incide mais sobre as formas simbólicas do que sobre a identificação e avaliação da experiência. Na metodologia do SOSF, essa dimensão corresponde às atividades coletivas;

2. Instituições, Grupos e Redes Sociais: são relações interpessoais em uma dimensão psicossocial. Trabalha-se com os valores, representações, práticas e identidades sociais, propiciando uma reflexividade sobre a experiência e a maneira de compreendê-la dentro e a partir das relações de sociabilidade. O trabalho privilegia as formas grupais, associando-as ou não a formas coletivas, e as relações “face a face”, tais como oficinas de sociabilidade, grupos

multifamílias e redes sociais. Na metodologia do SOSF, essa dimensão corresponde às atividades de grupo;

3. O “caso” singular: abordagem de sujeitos e grupos cujas relações e vínculos precisam ser trabalhados, considerando a sua singularidade tanto quanto a sua relação com o contexto, em uma dimensão sócio-reparadora. Considerando que os vínculos que unem os sujeitos na sociedade são ao mesmo tempo de natureza simbólica e afetiva e considerando que a ruptura dos vínculos está associada a um processo de exclusão social, a instância sócio-reparadora busca a reconstrução dos vínculos na referência dos direitos e da cidadania. Para tal, trabalha com o grupo familiar e relações familiares, em suas singularidades, buscando problematizar cada caso, compreender seus limites e potencialidades, construir formas de apoio e orientação, fortalecer o protagonismo e a autonomia do grupo familiar, a inclusão social e a reconstrução de vínculos na referência dos direitos. Na metodologia do SOSF, essa dimensão corresponde às atividades de “atendimento” da família (individualizada).

Em cada uma dessas “dimensões”, o trabalho apresenta vertentes articuladas:

1. Normativa: o trabalho se desenvolve na referência dos direitos das crianças e adolescentes, das leis e princípios éticos vinculados à sua promoção, garantia e defesa; Essa dimensão está presente como “enquadre” necessário em todo o trabalho do programa;

2. Educativa: transmissão, reflexão, dinamização e co-construção da informação e da aprendizagem demandada pela reconstrução de vínculos e mudanças nos grupos familiares visando a promoção e direitos de suas crianças e adolescentes; Essa dimensão se articula com a reflexão sobre a experiência, trazendo possibilidades de ampliação de horizontes, construção de novas formas de percepção e interpretação das relações, revisão de atitudes na família, etc;

3. Intersubjetiva (ou clínica): a reflexividade dos sujeitos singulares sobre as suas maneiras de pensar, sentir e agir e sua im-

plicação com a reorganização das relações e práticas familiares, necessária à superação das violações e à promoção dos direitos de suas crianças e adolescentes. Essa dimensão propicia aos sujeitos a percepção de suas dificuldades para compreender e assimilar novas informações, construir relações solidárias, se ver como sujeitos de direitos, etc.

A abordagem psicossocial é fundamentalmente interdisciplinar e busca articular conhecimentos diversos – em especial na área das ciências humanas – para a intervenção em um “campo” de intervenção, um problema e/ou proposta. Nesse sentido, a presente proposta traça procedimentos metodológicos básicos que permitem a associação com teorias da família e do sujeito, desde que dentro de princípios dialéticos e dinâmicos. A abordagem considera as vulnerabilidades, riscos e potencialidades do grupo familiar, tomando-o como protagonista e não como produto passivo do seu meio ou de intervenções externas. Assim, o movimento de mudança é um movimento para se fazer com a família e para a família, sempre na referência dos direitos.

Uma vez incluída no programa, cada família terá um acompanhamento individual e participará de atividades grupais segundo suas necessidades e demandas. O fluxo desse acompanhamento será construído com cada família, buscando respeitar tanto os objetivos do programa quanto as especificidades de cada família, seu ritmo de mudança, sua dinâmica e identidade.

O trabalho com as famílias se articula em três eixos interligados: apoio, proteção e orientação. Nesse sentido, constitui-se como intervenção psicossocial, diferenciando-se da abordagem psicoterápica³⁶ e aproximando-se de uma concepção de clínica do

³⁶ Terapia – tratamento, terapêutica. “Parte da medicina que estuda e põe em prática os meios adequados para aliviar ou curar os pacientes” (Novo Aurélio – século XXI Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999: 1946). Psicoterapia – “Método de tratamento psicológico das doenças psíquicas que utiliza como meio terapêutico a relação entre o médico e o paciente, sob a forma de uma relação ou de uma transferência” (Roudinesco, E. e Plon, M. Dicionário de Psicanálise, Rio de Janeiro: Zahar, 1998). O termo “psicoterapia” generaliza-se a partir do final do século XIX, com o desenvolvimento das psicologias, da psicanálise e da psiquiatria e como prática a elas associada, com diferentes embasamentos e técnicas. Segundo Roudinesco, em 1995, podia-se, no ano de 1995, contar 500 escolas de psicoterapias no século XX.

social, pela qual se alcança uma dimensão terapêutica associada ao trabalho educativo, ampliando as possibilidades de ação consciente do sujeito no mundo, seu protagonismo e autonomia.

De fato, a possibilidade de existência de uma dimensão “terapêutica” está associada a uma concepção de “sujeito”, com atributos e processos, que seria movido e transformado por métodos, estratégias ou ações. Nessa concepção, o sujeito humano é dotado de capacidade de transformação e transcendência, não como estados absolutos, mas como processos que o levam de uma a outra condição de existência. A capacidade de transformação implica tanto ser transformado por ação de uma instância externa quanto se transformar por ação de processos internos. Já o processo de transformação implica desde logo uma interação entre instâncias externas e internas que têm como efeito uma mudança no e do sujeito e de sua relação consigo mesmo e com o mundo.

A dimensão clínica da intervenção psicossocial tem sua base:

1. Relação com o outro – sendo este “outro”, um outro ser humano ou, de forma mais ampla, a linguagem, a cultura, o simbólico, a história, as forças sociais, as instituições, ou “outros” concebidos como entidades espirituais, ainda que sua existência possa ser imputada como imaginária, uma vez que no psiquismo tem realidade de outro ou de terceiro, com quem se dialoga ou interage. Assim, a relação com o outro é desde sempre dialógica – um diálogo que pressupõe conflitos, tensões, identidade, dissensos e consensos, desejo e rejeição, amor e ódio;

2. Relação do sujeito consigo mesmo como se fosse um “outro” a quem é preciso reconhecer, ressignificar e reintegrar de maneira constante, sendo a própria noção de identidade, uma noção de “trabalho” e “práxis” do sujeito consigo mesmo na interação com os outros que lhe são significativos. Identidade e alteridade são indissociáveis em estado e processo. Da mesma forma, há uma dinâmica constante entre a estabilidade do ser e o seu movimento de transformação, pois ambos são necessários para o seu reconhecimento, a sua ressignificação e reintegração. Indo além, podemos afirmar que o próprio trabalho de reintegração

implica em mudança contínua e em nova necessidade de reconhecimento e assim por diante.

3. O processo resulta da interação entre as instâncias de mudança que agem sobre, com e para o sujeito, exigindo, portanto, mais do que a sua participação passiva, a sua participação ativa ou *protagonismo* – que se repositone diante de seu conjunto de relações, reconhecendo faltas e limites, mas também trazendo seu aporte de significações e potencialidades.

Vista dessa maneira, a dimensão clínica não é prerrogativa apenas de práticas ou relações historicamente produzidas (como a “sessão de terapia”), mas é resultado de um dado trabalho do sujeito, consigo mesmo e com o mundo, em uma variedade imensa de situações e práticas. Isto se e quando, nestas situações e práticas, é capaz de deslanchar um processo de autonomia e transformação.

Esse efeito pode ser produzido através da relação do sujeito com elementos da cultura e da linguagem (um poema, um filme, um texto religioso, um ritual, etc), pela comunicação com outros sujeitos, pela relação com a própria angústia ou prazer; pelas relações de responsabilidade, cuidado, pactos, e outras, que estabelecem com outros sujeitos em um contexto de construção comum, na qual consensos e dissensos precisam ser continuamente negociados. Assim, na experiência do grupo, da comunidade e da sociedade, inúmeras são as possibilidades de alienação ou transcendência com as quais o sujeito se depara e das quais se utiliza em seu trabalho de ser. Pois, para cada ação que empreende e para cada significado produzido, o sujeito precisa se reconhecer e se “reinventar”, não apenas no sentido de obter continuidades e descontinuidades na sua organização interna, mas no sentido radical de ter que produzir uma nova lógica que engloba tanto um novo conhecimento de si quanto um novo desconhecimento de si.

Esse processo de construção/desconstrução/reconstrução ou, melhor ainda, de invenção radical, não é isento das *sobredeterminações* do sujeito, tomado em sua natureza biológica e social-histórica, mas tampouco lhe é inteiramente circunscrito, pois se faz

justamente com e a partir das condições dadas de existência e das formas encontradas para se trabalhar com estas condições buscando a realização de seus desejos, limites e potencialidades.

É esse processo que se destaca em uma metodologia participativa, composta de um acompanhamento de cada família, em sua singularidade e do trabalho através de grupos de famílias e redes sociais.

V O ACOMPANHAMENTO DE CADA FAMÍLIA

Na primeira parte desse relatório, foi discutido o conceito de “família”, de “vínculos” e de “violência nas relações familiares”. Também foi sugerido um conjunto de objetivos para o trabalho de fortalecimento dos vínculos familiares. Trata-se, agora, de saber COMO proceder para trabalhar com estes objetivos, identificando-os na dinâmica interna de cada grupo familiar.

1. A dialética do “Foco” e do “Campo” no acompanhamento ao grupo familiar

O trabalho no SOSF é orientado para o acompanhamento a famílias com violação de direitos das crianças e adolescentes. Portanto o FOCO do trabalho é a superação da violação com o fortalecimento dos vínculos e a mudança dos fatores que contribuem para estas violações. Entretanto, todo FOCO está contido em um CAMPO de relações onde pode ser observado, vivido e trabalhado. O conjunto³⁷ das relações familiares é o campo da atuação.

³⁷ A esse “conjunto” podemos denominar “sistema”, “magma”, “estrutura”, etc. O importante é compreender essa noção como “dialética” no sentido de que seguem as leis da dialética: (1) o todo é mais do que a soma das partes; (2) as partes têm relação entre si no todo; (3) mudanças em uma parte afetam o todo; (4) mudanças no todo afetam a relação entre as partes; (5) a coesão ou dispersão do todo é relacionada tanto ao conjunto interno de suas relações quanto às relações que este mantêm com outros sistemas e com o universo; (6) as fronteiras do todo são definidas tanto por suas relações internas (grau de coesão/dispersão) quanto por suas relações externas; (7) o todo precisa de um equilíbrio de trocas entre o seu interior e o seu exterior, para que possa continuar em movimento, (8) o movimento do todo pressupõe mudanças, (9) as mudanças no todo são causadas tanto por contradições e tensões internas quanto por pressões e contradições externas, (10) cada parte tem um potencial de afetar o movimento do todo. Quando tratamos de realidades sociais, é necessário pensar os organizadores do todo a partir de uma certa noção de sujeito e de social. No caso, pensar o papel das relações de poder e saber bem como o papel da subjetividade e da intersubjetividade na constituição e movimento (história) do todo. Nesse sentido, a história de cada

A abordagem da família como grupo, ou sistema, pressupõe que as intervenções focais provocam impactos no conjunto das relações familiares e que o trabalho com o grupo familiar como um todo tem efeitos de mudança em várias de suas relações.

É essencial trabalhar o “campo” a partir de um “foco”, pois este organiza a nossa percepção do campo, a identificação dos pontos principais para a intervenção e a avaliação das possíveis mudanças promovidas. A idéia de um foco não retira o movimento do conjunto de relações, mas exige que se organize uma percepção de conjunto em torno do mesmo, inclusive com a identificação de pontos de sustentação, de entrave, dentre outros.

Por exemplo, a percepção do campo será diferente se o foco é o trabalho infantil ou se é o abuso sexual. No primeiro caso, o trabalho infantil tem maior chance de estar ligado a variáveis como renda e crenças culturais. No segundo caso, ainda que a renda continue sendo uma variável importante a se pesquisar, é preciso buscar conhecer melhor a organização das crenças, papéis e relações concernentes a gênero e sexualidade na família. Ou seja, dependendo do foco, o conjunto de relações é trabalhado de maneira diferenciada. É preciso enfatizar a possibilidade de que, ao longo do processo de uma mesma família, na medida em que a sua dinâmica passa a ser mais bem compreendida, novos focos e campos sejam abordados no seu acompanhamento.

um, os desejos e identidades em interação promovem um movimento (história), mas não o fazem por si só e sim no contexto sócio-cultural o que muitas vezes modifica o vetor da mudança e impacta de maneiras variadas suas intencionalidades. Assim, uma mudança planejada de “dentro” pode sofrer modificações no contexto. Da mesma maneira, mudanças provocadas de “fora” podem ter resultados inesperados nas relações “de dentro”. Daí a importância da participação e do protagonismo dos sujeitos no conjunto de suas relações. Mas é importante perceber que muitas vezes o impacto dessa participação está restrito ou é reincorporado em um conjunto mais amplo de relações sociais de poder. Além disso, concepções como “explícito/implícito”, “consciente/inconsciente”, “racionalidade/discursos”, e outras, quando incorporadas à noção do sistema dialético podem implicar em diferenças teóricas, sem necessariamente perder o caráter dialético da análise e da intervenção. Assim, podemos ter – com base em uma abordagem dialética – diversas visões teóricas das relações familiares. Para uma melhor compreensão da abordagem dialética ver: (1) KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981 (Coleção Primeiros Passos, texto muito acessível); e (2) LEFEBVRE, Henri. Lógica formal e lógica dialética. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975. Este livro é mais denso e explica em maiores detalhes e de maneira crítica e reflexiva, as características destas “lógicas”.

Observar o sistema familiar a partir de um foco implica em identificar, a partir de um conjunto de relações, pontos principais e pontos secundários que se entrelaçam. O trabalho com estes pontos visa o grupo familiar como um todo, de maneira estratégica, onde se busca um movimento do particular (problema vivido) para o geral (conjunto de relações) e de novo do geral para o particular, onde se busca redefinir, com a família, a sua dinâmica de relações internas (intrafamiliares) e externas (sociedade e cultura).

O estudo de caso de cada família incluirá, portanto: (1) a definição dos elementos a se observar, (2) as etapas do atendimento às famílias no programa; (3) uma concepção do ritmo e das etapas de mudanças das famílias atendidas, e (4) a articulação com outros serviços e programas.

2. Fatores para o estudo de caso e indicadores de avaliação

Este item está trabalhado no QUADRO 2 (Ver ANEXO 2a), em que são apresentados os elementos da família, em suas dimensões, aspectos a se explorar, referências para a ação técnica e encaminhamentos.

É importante assinalar que estes elementos constituem o ESTUDO DE CASO, mas nem todos eles serão incorporados como “indicadores” na avaliação final da família. A escolha de indicadores deve selecionar dentre os elementos mais importantes, pontuar a diferença de importância dentre eles, e oferecer uma “operacionalidade” (isto é, o serviço deve ser capaz de influenciar os indicadores, transformando a situação da família).

Assim, uma “FOLHA de AVALIAÇÃO” da família (ver ANEXO 2b) acompanha o Quadro 2, incluindo critérios para inclusão, acompanhamento e desligamento da mesma no SOSF.

3. Etapas do Acompanhamento às Famílias no SOSF

3.1. Inserção do caso da família no serviço.

Como estabelecido no Manual do SOSF, essa etapa se inicia antes do contato do técnico com a família. Nessa fase, os contatos

são em sua maioria internos ao sistema de garantia de direitos e aos serviços da assistência social. A identificação da família é seguida do contato com a mesma.

3.1.1. Análise da aplicação da medida pelo órgão encaminhador

A equipe discute se é ou não caso do SOSF e dá prosseguimento ao acompanhamento, segundo os critérios já descritos no Manual.

3.1.2. Identificação e contato com a família, para marcar a primeira entrevista.

Do ponto de vista do serviço, trata-se de *conhecer e identificar* o grupo familiar da criança e do adolescente: que pessoas, que tipo de vínculo (jurídico, sócio-cultural e psicológico) têm com a criança/adolescente, e as responsabilidades associadas. Do ponto de vista da família, trata-se de *reconhecer-se e identificar-se* como “vinculada” à criança/adolescente e à sua problemática. A diversidade dos arranjos familiares deve ser considerada, bem como a referência tanto ao domicílio quanto à rede de vínculos que constituem a família e que vão além do domicílio. Às vezes, o pai/mãe/responsável legal está presente e é preciso dar igual importância às figuras materna e paterna e/ou substituto legal, ainda que um deles não more com a criança/adolescente. Deve-se buscar o envolvimento de toda a família, a começar pelas referências dos vínculos legais e do domicílio, incluindo outras formas de parentesco e vinculação que possam ser úteis para a condução do caso. Às vezes, a criança/adolescente conta apenas com um parente consanguíneo ou com uma pessoa que tem com ela um vínculo (não legalizado) de afinidade ou de solidariedade. É importante buscar a cooperação dessa pessoa para o acompanhamento do caso, prevenir o abandono da criança/adolescente, promover a legalização do vínculo e/ou o seu fortalecimento para garantir à criança/adolescente o apoio e a convivência familiar e comunitária. Note-se que a identificação de novas referências pode ser necessária ao longo do processo de acompanhamento.

3.2. Acompanhamento da família³⁸

3.2.1. Entrevistas preliminares

Incluem de maneira seqüencial ou integrada, dependendo da família:

(a) Acolhimento

Nessa fase, a família é acolhida pelo técnico que busca construir com ela um vínculo de confiança e empatia; informa a família sobre seus direitos e deveres; convida e motiva a pensar como conseguir os seus direitos, superar suas dificuldades e cumprir com seus deveres. É possível que a família tenha a sensação de que a situação é “irreal” (sentimento de desrealização), pois está diante de uma nova realidade cultural (a lei, os direitos) que até aquele momento não existia ou não alcançava. Ajudar a família a contextualizar a situação e contar a sua versão da história, explicar as diferenças dessa versão com a da lei, entender e explicitar com ela as diferentes lógicas, sempre reafirmando a possibilidade de apoio e orientação para a mudança.

(b) Investigação diagnóstica

O técnico busca, junto à família e com a participação desta, configurar o foco do caso, identificado à violação de direito; o conjunto de relações da família, suas vulnerabilidades, riscos e potencialidades; entender a dinâmica do foco (a violação) no conjunto das relações; configurar pontos nodais de intervenção conforme a sua proximidade e relevância para com o foco e para com a reorganização do todo familiar; ajudar a família a contextualizar e

³⁸ É importante lembrar que cada família apresenta um ritmo próprio, sendo muitas vezes distinto do ritmo da instituição. A apresentação destas fases é um recurso didático e teórico para acompanhar, todavia de maneira flexível, o trabalho do técnico. Há que se ter ainda uma concepção dialética destas fases, no sentido de que a fase posterior sempre engloba a anterior (por exemplo, a 2ª engloba a 1ª), ao mesmo tempo superando alguns de seus elementos e incorporando novos, de forma que traços de uma fase podem surgir nas seguintes e mesmo necessitar de serem trabalhados novamente. “Regressões” podem ocorrer principalmente em momentos de crise onde cisões se revelam e avanços pouco consolidados são estremecidos, mas o que é mostrado de maneira “regredida” já é algo diferenciado de quando se apresentou pela primeira vez.

contar a sua história, explicar a intervenção no âmbito legal, entender e explicitar as diferentes lógicas, reafirmando a possibilidade de apoio e orientação para superação da violação; identificar ações emergenciais de proteção a crianças e adolescentes.

(c) Elaboração de plano de ação com cada família

Unir as observações feitas através da investigação diagnóstica em uma proposta a ser construída e negociada com a família e da qual se configurará um “plano de ação”. Com cada família, o seu plano de ação será revisto de quatro em quatro meses, para ajustes necessários e avaliação constante do andamento do trabalho. Isso permitirá que o técnico e a família estabeleçam objetivos a curto, médio e longo prazo, podendo auferir resultados e manter um ritmo de mudança dentro das possibilidades da família.

3.2.2. Implementação – que se divide em duas subfases correlacionadas:

a) Implicação e problematização

O técnico busca trabalhar com a família suas responsabilidades, transformando as “queixas” em “demandas”, pela identificação de problemas, potencialidades e projetos. Acolhe ao mesmo tempo em que reflete sobre a implicação da família em seus problemas e possíveis soluções. Aciona ações pertinentes aos eixos proteção e apoio de acordo com as necessidades de cada família e as exigências de proteção, inclusive na dimensão legal. Orienta para o enfrentamento de problemas da dinâmica interna do grupo familiar, mas ao mesmo tempo incentiva a sua autonomia para perceber e lidar com essa dinâmica. Usa de diferentes instrumentais para ajudar a reflexão da família e seu reposicionamento diante de seus problemas e responsabilidades. Encaminha as famílias para atividades de grupo e de redes sociais, conforme a necessidade percebida. Facilita a ressignificação dos problemas e potencialidades, promove a reunião do grupo familiar como um todo, mas também, atende se necessário, a subgrupos ou indivíduos. Planeja com a

família ações específicas de reflexão, lúdicas e de desenvolvimento de habilidades e competências.

b) Elaboração e construção

○ técnico leva a família a se implicar na situação, identificando pontos a serem fortalecidos e mudados na sua dinâmica, compreendendo melhor os direitos, as fases do desenvolvimento da infância e da adolescência, e revendo sua dinâmica interna para dar conta de suas responsabilidades. Integra a família em ações de apoio e proteção, se necessário, acionando a rede de defesa de direitos e acompanhando-a na rede de serviços. Incentiva e promove a sua participação em grupos de convivência e reflexão, e se necessário em redes sociais. Escuta a família e busca promover sua reflexão sobre suas dificuldades, repetições, entraves, resistências, defesas, contradições, desejos, capacidades e potencialidades. Dinamiza, com ou sem instrumentais técnicos, junto à mesma, o seu processo de revisão e de ressignificação de suas relações e de seu cotidiano. Faz perguntas, sugere associações, esclarece, oferece informações, promove reflexão através de instrumentais e técnicas diversas. Facilita para a família a percepção e avaliação de seus retrocessos e progressos.

3.2.3. Auto-avaliação e Plano de desligamento

○ técnico revê com a família o seu plano de trabalho. Provê ações de proteção e apoio necessárias para consolidar a autonomia da mesma. Avalia os progressos feitos e se esta deve ou não continuar no programa. Identifica, junto com a família, os recursos e formas de apoio em sua rede social para que possa promover o seu desligamento do programa. Planeja o desligamento considerando o tempo necessário e as ações a serem desenvolvidas ao longo desse tempo (participação em grupo, acompanhamentos individualizados cada vez mais espaçados, e outras estratégias de desligamento).

3.3. Avaliação interna e finalização do caso em acompanhamento

○ técnico avalia o caso, concluindo conforme os critérios de-

finidos de desligamento. A avaliação é discutida em equipe para se finalizar o acompanhamento no programa. É feita pela equipe seguindo critérios técnicos e indicadores de superação de violação, podendo ou não coincidir com a auto-avaliação da família. Por exemplo, uma família que evadiu do programa (e, conseqüentemente, não fará a etapa da auto-avaliação) pode ser desligada por esgotamento de possibilidades. Ou seja, nesta etapa, as decisões são internas ao programa.

4. Fases do Grupo Familiar em Acompanhamento

É necessário considerar a distância e proximidade do ritmo da instituição e do ritmo da família, permitindo potencializar um processo de mudança. Também se faz necessário compreender essas fases como uma espiral dialética, isto é: (a) há um contínuo movimento de ir e vir que faz parte do crescimento e da superação de dificuldades, revisão destas, reelaboração; (b) portanto, há possibilidade de regressão e retomada ao longo do processo; (c) há diferenças entre as famílias na forma de processar essas fases, o que não invalida nossa formulação como uma referência teórica que deve orientar o trabalho técnico, de maneira flexível. Abaixo, apresentamos as fases e suas principais características:

4.1. Reconhecimento do grupo familiar

Do ponto de vista da família, trata-se de reconhecer-se e identificar-se como “vinculada” à criança/adolescente e à sua problemática, nos diferentes âmbitos de existência dos vínculos (jurídico, sócio-cultural, psicológico/afetivo). Esta fase de “reconhecer-se e identificar-se” é um momento que introduz os valores e sentimentos diante da situação. A “família” pode se sentir ameaçada, solidária ou indiferente, dependendo de sua implicação jurídica, social e afetiva no caso. Resistências iniciais poderão aparecer tanto da parte de pessoas que têm responsabilidades legais diante do caso quanto daqueles que não as têm, mas são chamadas a colaborar por sua vinculação cultural ou afetiva. A violação de direitos pode ainda estar presente, o que exige atenção especial para o grau de

risco existente para as crianças e adolescentes na organização e dinâmica familiar.

4.2. Negação/Compromisso

Esse é um momento em que a família se sente “ameaçada” em seu funcionamento. Por mais que esteja disposta a colaborar, está sendo constrangida a promover mudanças, o que envolve esforço e disponibilidade. Podem ocorrer reações de alívio (de membros vitimizados, por exemplo) pela intervenção do Estado em uma situação insustentável ou solidariedade (por exemplo, de parentes que resolvem colaborar). Mesmo quando a violação de direito não teve relação com a violência intra-familiar, a situação é sentida como “de exceção” e o grupo se sente exposto e sob o julgamento de um terceiro.

O sentimento de exposição pode estar ligado aos sentimentos de vergonha e/ou de revolta pela “intromissão” da autoridade pública na vida privada. Pode haver a negação do problema e/ou de sua importância e relutância em assumir responsabilidades. Há culpa e medo misturados, muitas vezes apenas implícitos ou traduzidos em negação e raiva. Nesse contexto, pode haver condutas impulsivas e mesmo destrutivas que mostram o grau de fragilidade do grupo e de sua postura defensiva.

O processamento dessa fase depende do grau de confiança que a família passa a depositar no serviço e do “fator esperança”, ou seja, da sua crença de que conseguirá superar os seus problemas com a ajuda técnica. A atitude do técnico deve ser de acolhimento e esclarecimento da situação, de diminuição da ansiedade do grupo familiar e fortalecimento do vínculo com o serviço.

4.3. Queixa/Barganha

A família percebe o problema definido na sua relação com o serviço, mas ainda não se implica e não consegue assumir a sua parte de responsabilidade sobre ele. Vê-se como “vítima” mais do que como “protagonista”. Nessa situação ambivalente, faz “queixas” e pede auxílio e orientação, de forma ainda dependente, ou seja, quer que os seus problemas sejam resolvidos através de deci-

sões técnicas e externas à sua dinâmica. Tende a assumir os problemas materiais, mas não os relacionais. Nesse sentido, busca barganhar com os técnicos que a atendem – aceita mudanças em sua dinâmica em troca de benefícios materiais, simbólicos ou afetivos. Embora essas mudanças sejam superficiais, elas não podem ser desdenhadas, pois têm o potencial da “prática” – uma vez algumas mudanças efetivadas, elas podem servir de exemplos e referências para impulsionar e aprofundar novas mudanças. Dessa forma, o técnico tenta transformar a “queixa” e a “barganha” em “demanda” e “implicação”: construindo com a família a percepção de suas responsabilidades e necessidades, identificando possibilidades de ressignificação e de ação diante de seus problemas, ao mesmo tempo em que insere a família em ações de apoio e proteção.

4.4. Aceitação/Crise

A família aceita a situação, mas ainda pode alternar dependência e revolta. Começa a se perceber em “crise”, isto é, impactada por fatores externos e internos. A primeira reação pode ser de desesperança e desagregação. Nesse caso, é necessário promover o reconhecimento e desenvolvimento das suas potencialidades. O sentimento de desagregação pode levar a um ciclo de acusações mútuas e/ou autoculpabilização. O trabalho de resgate da história familiar, dos projetos, do sentimento de pertencimento é uma boa estratégia. A abordagem do conflito deve ser feita sem acirramentos, de preferência através de regras previamente combinadas no grupo (mediação de conflitos) e com recursos lúdicos e reflexivos.

Pessoas que não têm responsabilidade legal podem recuar diante da tarefa que havia assumido (colaborar com a criança/adolescente) e diante dos efeitos que ela pode ter sobre suas outras relações. Descobrir os efeitos positivos dessa mudança é uma boa estratégia para manter os propósitos iniciais.

4.5. Responsabilização/Elaboração

O grupo familiar começa a associar suas condições de vida e sua dinâmica interna à emergência e manutenção dos seus problemas. Começa a identificar tais dificuldades como passíveis de

mudanças, e suas potencialidades para mudar. Busca ajuda, mas agora de forma ativa. Consegue atribuir novos significados às suas relações e ao seu cotidiano. Entretanto, esse processo continua tendo os seus momentos de dificuldade. Em vez de se apresentar como uma contínua aquisição, o grupo avança através de retrocessos e progressos, de defesas e aberturas, de negação e reconhecimento. É preciso deixar o grupo expressar seus sentimentos, suas ambivalências e tensões para então ajudá-lo a encontrar saídas dentro do contexto.

4.6. Autonomia/Protagonismo.

A família consegue organizar uma narrativa coerente sobre sua dinâmica externa e interna, identificando pontos fortes e fracos e possíveis soluções para seus problemas, a partir de seus valores e na perspectiva dos direitos de cidadania. Consegue articular suas ações de maneira razoavelmente coerente com essa reflexão. Mudanças na vida familiar podem ser observadas na direção de maior autonomia, melhor comunicação de regras, sentimentos, valores e concepções, menor conflito na divisão de tarefas, maior espaço para diferenças e projetos individuais e melhor equilíbrio entre os momentos de convivência.

Observações: A concepção das fases em uma “trajetória” da família, como dito inicialmente, não pode se constituir em uma visão rígida e nem gerar uma prática compartimentada. Há diferenças peculiares a cada família na sua maneira de se vincular ao programa e processar mudanças. O serviço, durante todo o processo, deve estar atento às situações de violação de direitos. Caso não perceba transformação na situação da família, se esta abandonar o serviço ou não se implicar na superação da violação de direitos de suas crianças e adolescentes, os órgãos de defesa devem ser notificados para que se tomem as medidas cabíveis.

5. Articulação das fases da ação técnica com as fases da família em acompanhamento

Esse item está trabalhado no QUADRO 3 (VER ANEXO 3).

6. Associação do acompanhamento das famílias às atividades de grupo.

Após as entrevistas preliminares deve-se incluir a família nas atividades grupais. Todas as famílias serão encaminhadas à oficina sócio-educativa. A indicação de participação nas outras atividades grupais dependerá do processo vivido por cada família. Todas elas deverão participar de acompanhamento individual e de atividades coletivas. Mas nem todas precisam passar pelas mesmas atividades ou igual tempo nas mesmas. Abaixo, indicamos critérios gerais para esse encaminhamento.

6.1. Critérios de encaminhamento a grupos e redes sociais

a) A maturidade da família para participar de um processo grupal. **São indicadores positivos:** capacidade de atenção e escuta, capacidade de seguir regras e desejo de trocar experiências e idéias com outras famílias. **São indicadores negativos:** postura de agressão verbal ou acentuada hostilidade, depressão e/ou desagregação acentuada de idéias. Entretanto, a participação em um grupo pode ampliar as capacidades da família, prover identificação e suporte emocional, justificando o encaminhamento:

b) A contribuição que o grupo pode trazer ao processo de desenvolvimento da família;

c) A necessidade de trabalho com temas e/ou atividades específicos pela família. A participação em **oficinas de convivência** visa à necessidade de acolhimento, vínculos, lazer e trocas de experiência, humanizando o processo da família e tornando-a mais forte para enfrentar os seus problemas. A participação em oficinas de reflexão pode proporcionar uma reflexão mais sistemática e dar suporte para a mudança de atitudes e posturas. A participação em redes sociais desenvolve habilidades, a auto-estima e o enfrentamento de problemas, potencializando o protagonismo da família;

d) A vontade de participação da família e/ou aceitação de encaminhamento.

VI O TRABALHO COM GRUPOS E REDES SOCIAIS NO SOSF

1. Objetivos do trabalho com grupos no SOSF

O trabalho com grupos no SOSF faz parte de uma abordagem psicossocial que é, por definição, interdisciplinar, objetivando a articulação entre as ciências sociais e as teorias que abordam a subjetividade. Contempla, assim, 3 níveis de análise interrelacionados:

1. Comportamento social e subjetividade;
2. Relações intersubjetivas;
3. Grupos e processos coletivos.

A abordagem psicossocial se ocupa do “vínculo social”, as relações entre indivíduos e grupos, grupos e instituições, a dinâmica dos grupos sociais, as redes sociais e os processos de transformação social. A intervenção psicossocial é a prática correspondente a esta abordagem³⁹.

O trabalho com grupos e redes sociais busca oferecer uma metodologia participativa que promova os vínculos familiares e comunitários e a reflexão sobre a sua organização, suas relações internas e externas, dentro de um contexto sócio-cultural. Em vez de “não diretiva”, ou “diretiva”, a postura dos técnicos é co-participativa visando promover mudanças através de formas dialógicas e reflexivas, levando em conta os direitos de cidadania e o protagonismo do grupo familiar.

Trabalhar o processo de mudança implica em analisar a dinâmica interna e externa do grupo familiar, suas relações com a comunidade e a sociedade: suas estruturas, formas de comunicação, interações e vín-

³⁹ Ver o texto “o trabalho social com famílias” para uma compreensão da intervenção psicossocial com famílias e da chamada “clínica do social”.

culos. O trabalho com grupos está organizado em diferentes formatos, buscando as dimensões de reflexão e convivência.

Um grupo pode ser definido como:

“Grupo é um conjunto restrito de pessoas que, ligadas por constantes de tempo e espaço, e articuladas por sua mútua representação interna, se propõe de forma explícita ou implícita a uma tarefa, que constitui a sua finalidade, interagindo através de complexos mecanismos de assunção e distribuição de papéis.” (Pichon-Rivière, 1980).

O grupo é uma “rede de vínculos, comunicação e poder”. O que faz a diferença dentre os diversos grupos é justamente a forma como organizam os seus vínculos, processos de comunicação e de poder.

O grupo está sempre em relação com o seu contexto sócio-institucional, sendo influenciado e o influenciando, no que diz respeito ao pensar, sentir e agir no mundo. No grupo, as representações sociais, as formas de enfrentar os problemas, a identidade, e tudo o mais, estão em relação com as visões de mundo, os recursos sociais, e assim por diante. Existe uma relação dialética entre “campo grupal” e “campo social”. Trabalhar a família como grupo, ou trabalhar com grupos de famílias implica nesta dialética.

O apoio e a orientação ao grupo familiar precisam levar em conta sua singularidade, sua vulnerabilidade no contexto social, seus recursos culturais, simbólicos e afetivos, bem como sua disponibilidade para se transformar e dar conta de suas atribuições.

As relações das famílias estão construídas não apenas por condições materiais, mas também por crenças e concepções e matizadas por um complexo de emoções e relações intersubjetivas. Informar não basta nesse contexto: é preciso motivar, superar preconceitos, mobilizar afetos e relações. O trabalho com as famílias deve abranger o acesso aos direitos e serviços básicos, a sua inclusão em redes sociais de participação e solidariedade, a apropriação de informações e conhecimentos relacionados à sua capacidade de proteger os seus membros e defender os seus direitos. Esten-

de-se também à reflexão e elaboração das relações intersubjetivas que sustentam ou minam a relação de cuidado com seus membros e que estão na base do desenvolvimento de referências morais e afetivas. É importante compreender essas ações no contexto da política social como orientadas por uma ética dos direitos – seu eixo fundamental – e não como uma visão controladora e reguladora da vida privada.

Justamente por isso, é preciso pensar em estratégias que promovam a informação, a reflexão, a mobilização e a participação das famílias e da comunidade - formas de intervenção que promovam a reorganização das relações e a elaboração de referências morais e afetivas na família. Por exemplo, citemos o desenvolvimento de uma nova compreensão em torno da importância do brincar para a criança pequena, a superação de crenças de que o brincar é incompatível com outros valores familiares e/ou religiosos, a superação das dificuldades relacionais dos pais com as crianças no que diz respeito à aceitação e promoção de brincadeiras.

Em um desenho global, consideremos 3 dimensões inter-relacionadas de atuação:

1. Sociedade, cultura e comunidade: são relações “coletivas” em uma dimensão sócio-cultural, que se embasa e dá origem a vínculos sociais. Nesta dimensão, incluímos debates, palestras, promoções culturais, de arte e de lazer, através das quais se divulga informação e se promove a reflexão sobre os direitos das crianças, adolescentes e suas famílias. Na metodologia do SOSF essa dimensão corresponde às atividades coletivas;
2. Instituições, Grupos e Redes Sociais: são relações interpessoais em uma dimensão psicossocial, onde incluímos o trabalho direto com famílias, grupos de famílias, redes, visitas domiciliares, pelo qual se pode atingir – formar e eventualmente transformar - as representações e práticas a respeito dos direitos da criança e do adolescente. Na metodologia do SOSF, essa dimensão corresponde às atividades de grupo;
3. O “caso” singular: abordagem de sujeitos e grupos cujas relações e vínculos precisam ser trabalhados, considerando a

sua singularidade tanto quanto a sua relação com o contexto, em uma dimensão sócio-reparadora. Na metodologia do SOSF, essa dimensão corresponde às atividades de “atendimento” do grupo familiar (singular).

A atuação do SOSF é de “proteção”, isto é, desenvolve ações sócio-reparadoras. Porém, precisa também desenvolver atividades nas dimensões psicossocial (grupos) e sócio-cultural (atividades sócio-educativas) como formas integradas e complementares (promoção) ao seu trabalho principal (proteção). O fluxo de atividades do serviço mostra essa integração.

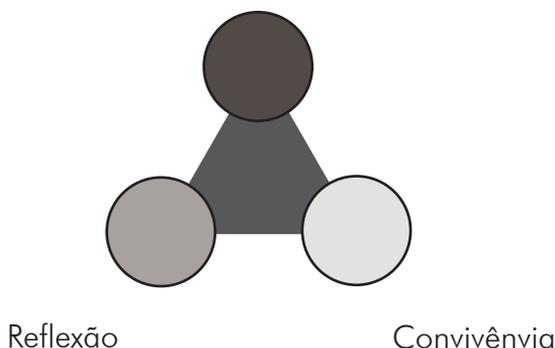
O SOSF atende aos casos das famílias, tomadas como unidades individuais, e abordadas como “grupo”, em sua especificidade. Além disso, outras abordagens em grupo são úteis, pois possibilitam a mediação de conflitos, o diálogo e a co-operação. Colaboram na reorganização das famílias, na revisão de valores e práticas, no combate ao preconceito/estigma, na difusão de informações, entre outros aspectos.

O objetivo de se trabalhar com grupos no SOSF é justamente o de potencializar as famílias desenvolvendo suas capacidades de “convivência” (compartilhar identidade, objetivos, ideais e estratégias de ações) e de “reflexão” (analisar e avaliar sua identidade, objetivos ideais e estratégias de ação).

Todos os grupos sociais funcionam ao mesmo tempo em duas grandes dimensões articuladas: (1) é um grupo voltado para conseguir um objetivo em comum; (2) é um grupo que precisa organizar a si mesmo para que possa alcançar esse objetivo. Todo grupo na medida em que busca realizar algo, precisa, também, estar atento às suas formas de comunicação, troca, aprendizagem, dentre outros aspectos, que lhe permitem essa realização. Essas duas dimensões, “reflexão” e “convivência”, são a base de todos os grupos sociais, não havendo grupo que atue em uma única dimensão. Justamente por isso, o grupo é uma instância de socialização dos sujeitos, através da ação e interação de seus membros. No grupo, a experiência de cada um pode ser comunicada e receber novos sentidos, as atitudes de cada membro podem ser repensadas e as

relações novas podem trazer a possibilidade de revisão e superação do que foi anteriormente vivido.

GRUPO



Na metodologia do SOSF, os grupos são definidos conforme articulem em seu processo, as dimensões de reflexão e convivência. O trabalho que se faz em cada grupo articula de maneira diferente a convivência e a reflexão, introduzindo possibilidades de informar, formar e produzir: educar (sentido amplo), a formação dos sujeitos (mudanças em sua maneira de relacionar), bem como o desenvolvimento de habilidades e atividades, possibilitando a articulação com grupos de produção fora do programa.

2. Atividades de grupo no SOSF

No SOSF, todas as atividades com grupos serão registradas como "atividade de grupo". Os tipos de grupo são: oficina sócio-educativa, oficinas de reflexão, grupo multifamílias, oficina de convivência e rede social.

Observação: o termo Reunião será reservado para o "Encontro entre trabalhadores sociais, de organização governamental ou

não governamental, para discussão de questões compartilhadas, planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades”, sendo relativo à “gestão” e não à metodologia do programa.

QUADRO DE ATIVIDADES – Eixo Orientação

OBJETIVO	DESIGNAÇÃO DA ATIVIDADE	DIMENSÃO DE INTERVENÇÃO	MODALIDADES DE ATIVIDADES
ORIENTAÇÃO	Atendimento	Sócio-reparadora	Entrevistas com ou sem uso de instrumental lúdico e cultural.
	Visita domiciliar		
	Atividade de grupo	Interações em grupo (psicossocial)	Oficinas, Oficinas de convivência; Oficinas de reflexão; Grupos Multifamílias, Redes sociais
	Atividade coletiva	Sócio-cultural	Oficina sócio-educativa, eventos e palestras.

DEFINIÇÕES BÁSICAS

ATENDIMENTO

Conceito: Atenção sistematizada prestada ao usuário ou à família na unidade de atendimento.

VISITA DOMICILIAR

Conceito: Atenção sistematizada prestada ao usuário ou à família em sua unidade domiciliar.

ATIVIDADE DE GRUPO

Conceito: Atividades desenvolvidas com grupos “face a face” e redes sociais de usuários e famílias, com diversidade metodológica, visando o fortalecimento da função protetiva do grupo familiar, a reflexão e a elaboração do cotidiano e da dinâmica familiar, a superação e transformação das condutas de violação.

ATIVIDADE COLETIVA

Conceito: Atividade desenvolvida com usuários, grupos e famílias, com diversidade metodológica, visando a informação e a formação de novos valores e práticas relativas ao cuidado e aos direitos das crianças e adolescentes.

3. Tipos de grupos: definição, fundamentação e procedimentos

1. Palestra – Exposição oral e/ou audiovisual a respeito de um tema, dirigida a um grupo de pessoas, seguida de debate. Na palestra é ressaltada a natureza educativa do grupo, a transmissão de informações e o debate.

Procedimentos: Definição de tema de interesse das famílias; Divulgação para as famílias (grupo regional, regional ou município); Planejamento e organização (infra-estrutura e metodologia); Apresentação dos participantes no início do evento; Avaliação do evento com os participantes, equipe e palestrante (conteúdo, pertinência, clareza, metodologia, frequência, participação); Levantamento de outros temas de interesse para novas atividades.

Utilização: A “palestra” é um recurso a ser utilizado quando o programa decidir promover a discussão de um tema aberto a todas as famílias de uma regional ou do município. As atividades regulares da “oficina sócio-educativa” não são chamadas de “palestras”.

2. Oficina sócio-educativa - Encontros periódicos com um conjunto de pessoas com o objetivo de transmitir informações e estimular a sua reflexão.

Fundamentação: Na oficina sócio-educativa, os encontros têm por objetivo a transmissão de informações e a oferta de situações de sociabilidade, onde, essas possam ser compreendidas e processadas pelo grupo. Assim, o grupo pode usar técnicas de dinamização bem como pode desenvolver atividades reflexivas e de convivência, tais como palestras, lanches coletivos, filmes e vídeos que venham a auxiliar o trabalho de transmissão de informações. As decisões sobre os temas e as atividades do grupo são de responsabilidade

da coordenação técnica, que poderá ouvir sugestões das famílias. Procedimentos: Em cada regional, a oficina sócio-educativa será composta da totalidade das famílias atendidas naquela regional. Os encontros serão bimensais e a frequência obrigatória enquanto a família estiver ligada ao programa. Este compromisso pode ser cumprido com a participação de diversos membros da família (e não apenas a mesma pessoa) e, os encontros podem ser abertos para mais de uma pessoa da mesma família, havendo possibilidade de tolerar até três faltas com justificativas que serão avaliadas pelo técnico de referência da família. Os técnicos se revezarão na programação de atividades e no acompanhamento do grupo. Deverá estar sempre presente uma dupla de técnicos.

3. Oficina de reflexão – Trabalho estruturado com grupo de usuários ou de famílias, com definição de uma questão sobre vínculos familiares e/ou comunitários que o grupo se propõe a elaborar, com recursos lúdicos, interativos e reflexivos que facilitem a reorganização de suas formas de pensar, sentir e agir diante de tal questão. A oficina de reflexão busca equilibrar as dimensões de reflexão e convivência. São exemplos: oficina de convivência familiar; de direitos da criança pequena; etc.

Fundamentação: O objetivo do grupo é refletir sobre uma questão relacionada à experiência dos participantes, especialmente vinculada ao trabalho do SOSF (dimensão de reflexão). Para tal, os participantes precisam trabalhar com suas relações com o tema, suas dificuldades e potencialidades (dimensão de convivência). Assim, a reflexão não se restringe a uma dimensão cognitiva, mas envolve o insight sobre a experiência e mudanças de postura no cotidiano. O trabalho se baseia na promoção da comunicação, permitindo a troca de experiências de forma não banalizada e pertinente ao contexto. A reflexão se articula com a convivência e pode eventualmente proceder à produção de algum produto no grupo. Mas, nesse grupo, tanto a convivência quanto a produção são relativas ao objetivo de “reflexão”. O grupo pode combinar, por exemplo, uma troca de receitas, e fazer salgados em um dia, sem necessa-

riamente se tornar um “grupo de produção”. Pode fazer um passeio sem que necessariamente se torne uma “oficina de convivência”. A Oficina de reflexão tem sua fundamentação teórica no Grupo Operativo, a partir da Metodologia de Oficinas de reflexão (Afonso, 2000 e 2002) que articulam três dimensões: (1) psicossocial (valores, crenças, representações e interações na vida cotidiana); (2) clínica (significados dessas relações e sua implicação emocional para cada sujeito envolvido em sua subjetividade e intersubjetividade); e (3) educativa (transmissão, reflexão, apropriação e criação de saberes para a elaboração dessas mesmas relações e práticas no cotidiano).

O planejamento da Oficina de reflexão é sempre um planejamento flexível, que leva em conta o contexto, o público, a demanda e os recursos disponíveis, em uma seqüência de procedimentos:

1. Escolha de tema e análise da demanda: A Oficina de reflexão deve ser um trabalho aceito pelo grupo e é importante se perguntar para quem e para quê é realizada. Podemos dizer que analisar uma demanda é interpretar uma necessidade dentro de uma situação, e responder a ela com uma proposta de ação. A demanda, então, não é um pedido estático e unilateral, mas resulta de uma negociação entre quem solicita e quem responde, num sentido dialógico, de esclarecimento e construção.

2. Pré-análise do tema, escolha de “foco”, “temas-geradores” e enquadre: A pré-análise inclui o levantamento de dados e aspectos importantes para se abordar a questão principal da Oficina. É um momento de diagnóstico, que vai delimitar um foco e, a partir dele, “temas-geradores”, que serão abordados em um planejamento flexível. Os temas-geradores, a exemplo das palavras-geradoras de Paulo Freire, são aqueles que mobilizam o grupo porque se relacionam à sua experiência e interesses.

Como a Oficina de reflexão é usualmente realizada dentro de condições sócio-institucionais dadas, é preciso definir também o seu “enquadre”, isto é, número e tipo de participantes, local, recursos, número de encontros e outros detalhes para organizar o trabalho. Vale lembrar que o trabalho pode ser de um só dia, semanal,

quinzenal, ou mesmo em módulos, que pode haver grupos abertos e fechados, pequenos e grandes, etc. O modelo aqui proposto não é uma “receita” fechada e sim uma estrutura que possa ser adaptada a diferentes contextos.

3. O planejamento flexível dos encontros e a avaliação contínua com os participantes: O planejamento de cada encontro resulta do desdobramento do foco através dos temas-geradores. O coordenador antecipa temas e estratégias, mas também aceita e desenvolve mudanças no planejamento inicial, adaptando-o às necessidades do grupo.

Cada encontro se dá em três momentos básicos: (1) um momento de “aquecimento”, que prepara o grupo para o trabalho do dia, (2) um momento intermediário que se inicia por uma sensibilização para o trabalho com a questão do dia (com ou sem o uso de técnicas lúdicas) e evolui para a comunicação no grupo, entre participantes e entre estes e a coordenação, bem como a reflexão sobre a questão, a partir da associação feita no momento de sensibilização; (3) um momento de avaliação e fechamento do trabalho do dia, com ou sem combinações para o encontro seguinte.

O uso equilibrado e selecionado de técnicas lúdicas favorece a sensibilização, a expressão e a comunicação, desde que seja um meio e não um fim, adaptadas ao contexto do grupo e aproveitadas em seu potencial dialógico. É desaconselhável usar técnicas esperando um “resultado pronto” e para provocar reações pré-determinadas. É preciso usar a técnica como elemento de reflexão e diálogo.

A avaliação da Oficina é um processo contínuo: ao final de cada encontro existe um momento de avaliação do dia e, ao final da seqüência de encontros, avalia-se o trabalho e seus desdobramentos, inclusive em sua articulação com outras ações de políticas sociais.

Estruturada de maneira a incluir momentos de sensibilização, de informação e de elaboração, a Oficina trabalha com a associação da informação à experiência. Utiliza-se de técnicas de animação, mobilização e comunicação em grupo, sempre contextualizadas.

Dentro dessa visão, o grupo não é um todo harmônico e nem se pauta sempre pelo consenso. Pelo contrário, é um movimento dialético que trabalha com as diferenças no sentido de construir a troca e a tolerância. É um método dialógico e participativo, visando à elaboração de questões.

Procedimentos: As famílias serão convidadas ou encaminhadas para participar de uma “oficina de reflexão” que terá suas regras e atividades escolhidas, no grupo, em ação conjunta coordenação-grupo.

Periodicidade: Semanal, podendo ser quinzenal conforme a disponibilidade dos técnicos e dos participantes.

Frequência: A oficina de reflexão requer que, se houver flutuação na frequência dos participantes, esta seja a menor possível. Sugere-se que não possa haver falta por mais de dois encontros seguidos, sem justificativa relevante, a ser analisada com o próprio grupo.

O grupo é definido com um número dado de participantes e a partir do terceiro encontro, qualquer nova inclusão será desencorajada. Convidados serão permitidos com a aquiescência prévia do grupo e da coordenação.

Número sugerido de pessoas: um mínimo de cinco e um máximo de quinze participantes, além da coordenação.

Tempo de duração do encontro: variável conforme combinação feita. Sugere-se 90 minutos, com um mínimo de 60 minutos. O tempo pode ser ampliado para atender a alguma atividade específica, como um passeio, um lanche, e outras. De qualquer forma, o tempo dedicado à discussão e reflexão deve ser bem equilibrado com a capacidade do grupo de concentração e sistematização.

Atividades: A atividade reflexiva será organizada em “temas geradores”, escolhidos pelo próprio grupo, dentro da questão geral que ele quer elaborar, como por exemplo, “convivência familiar”.

Número de encontros: Variável, conforme a temática do grupo e a avaliação das possibilidades dos técnicos e dos participantes no contexto. Em média, recomenda-se 08 encontros. Recomenda-se, ainda, que não haja mais de um tema por encontro. Um tema pode ser tratado em mais de um encontro para satisfazer à necessi-

dade de aprofundamento eventualmente demandada pelo próprio grupo.

Coordenação: A Oficina de reflexão será coordenada por uma dupla composta por dois técnicos ou por um técnico e um estagiário. Eventualmente, poderão ser convidadas pessoas que farão uma apresentação, um debate, etc. Nessas ocasiões, a coordenação do grupo continuará ativa, “integrando” a pessoa convidada como parte da programação, mesmo que delegando a ela as tarefas fundamentais do dia (uma palestra, uma atividade com o grupo, etc). O grupo terá muitas dificuldades de formar vínculos se a coordenação mudar sempre ou se ausentar com frequência. Assim, recomenda-se que para cada grupo, haja uma dupla estável de coordenadores.

4. Oficina de Convivência – Encontros periódicos com um conjunto de pessoas que vivenciam questões de interesse comum e que serão compartilhadas e refletidas coletivamente através de metodologias diversas. Tais oficinas maximizam a dimensão da convivência.

Fundamentação: O objetivo do grupo é conviver, e para tal precisa trabalhar as suas relações. No caso do grupo de convivência, conviver é praticamente organizar e experimentar as relações do grupo: organizar conversas, passeios, lanches, troca de habilidades, cuidados mútuos, promoções do grupo, etc. Esse trabalho pode – preferencialmente – envolver certo grau de reflexão sobre temas de interesse do grupo ou de produção de algum produto (objetos produzidos, habilidades desenvolvidas, etc), mas, nesse caso, tanto a reflexão quanto a produção são secundárias e relativas ao objetivo maior que é “convivência”. O grupo pode combinar, por exemplo, uma troca de receitas, e, fazer salgados em um dado dia, sem necessariamente se tornar um “grupo de produção”. Pode também discutir um determinado tema sem necessariamente se tornar um “grupo de reflexão”. O manejo do processo do grupo de convivência pode ser fundamentado em diferentes referências teóricas que trabalham com grupos.

Procedimentos: As famílias serão convidadas a participar de um “grupo de convivência” que terá suas regras e atividades escolhidas

em ação conjunta da coordenação com o grupo, em processo de construção coletiva.

Periodicidade: Semanal, podendo ser quinzenal/mensal conforme disponibilidade técnica e dos participantes.

Frequência: O grupo de convivência admite certa flutuação de frequência. Os participantes não precisam comparecer a todas as atividades. Sugere-se que não haja mais de 3 faltas seguidas para cada membro sem justificativa relevante, que deverá ser analisada junto com o grupo.

Grupo aberto de baixa rotatividade: núcleo de participantes e flutuação permitida.

Número sugerido de pessoas: núcleo de quinze com possibilidades de flutuação de até mais quinze visitantes por encontro, sendo que cada participante pode trazer um convidado.

Tempo de duração do encontro: variável conforme combinação feita, a atividade a ser vivenciada, etc. Sugere-se o tempo ideal de 90 minutos, com um mínimo de 60 minutos, podendo esse tempo ser ampliado conforme as atividades desejadas (uma palestra, um piquenique, etc).

Atividades: O grupo definirá e escolherá as suas atividades ao longo do processo. Essa escolha pode ser prévia ou acontecer no próprio encontro, dependendo da necessidade. O técnico pode fazer sugestões de atividades e temas, ajudar a organizar materiais, sugerir técnicas de dinamização de grupo, conforme as necessidades percebidas no contexto do programa. É importante que o grupo aceite, ainda que parcialmente, essas sugestões, para que sejam realizadas com proveito.

Coordenação: A Oficina de convivência será coordenada por uma dupla de técnicos ou de um técnico e um estagiário. Eventualmente, poderão ser convidadas pessoas que farão uma apresentação, um debate, etc.

Alternativa de Fundamentação das Oficinas de Convivência na metodologia dos “Grupos Multifamílias”: - Os “grupos multifamílias” são grupos reflexivos que reúnem famílias com vivências semelhantes para que encontrem referências mútuas. Utiliza instru-

mentos diversos como técnicas de grupo, palestras, depoimentos, etc. Tem sua fundamentação teórica na abordagem sistêmica, examinando as interações no grupo.

Procedimentos: Reunir as famílias com vivências semelhantes para que encontrem referências mútuas. Apresentar a coordenação e a proposta de trabalho. Trabalhar a razão de cada um estar no grupo e os seus temas de interesse. Trabalhar em conjunto os sentimentos surgidos no acompanhamento das famílias. Articular as famílias, na perspectiva dos direitos da cidadania Fomentar a formação de grupos e associações independentes na comunidade. Utilizar instrumentos diversos como técnicas de grupo, palestras, depoimentos, etc. Caberá ao profissional discernir a melhor estratégia (discussão de temas, falar de sentimentos, trocar experiências, usar técnicas de grupo, etc) ao longo do trabalho.

5. Redes Sociais:

Conceito: Trabalho com grupos de famílias que se reúnem em torno de um objetivo comum, com prazo determinado, que deverá ser realizado não apenas através de reuniões, mas também de atividades realizadas extra-grupo, envolvendo o grupo todo ou parte dele, e podendo eventualmente receber colaborações de pessoas não pertencentes à rede.

Fundamentação: Para compreender o trabalho com redes sociais no SOSF é preciso conceituar a totalidade das famílias atendidas como sendo potencialmente um tipo de “comunidade”. Além disso, cada família está referida a uma comunidade e redes de relações em seu contexto de vida. O SOSF pretende, então, trabalhar com as potencialidades deste contexto, na busca de potencialização da família, apoio ao seu processo de mudança e de superação da violação.

O termo “Rede” traz a noção de entrelaçamento de atores e ações, uma malha, onde há pontos de sustentação e espaços ainda por construir, e por isso mesmo, uma estrutura em movimento, conforme as diferentes ações vão desfazendo e refazendo o tecido inicial. É um conceito cunhado para captar a flexibilidade, a co-

nexão e a descentralização das ações na sociedade. Segundo a definição de Olivieri (2003):

“Redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins. Estruturas flexíveis e estabelecidas horizontalmente, as dinâmicas de trabalho das redes supõem atuações colaborativas e se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional para a estruturação social”.

Para Olivieri, ainda, “redes são comunidades de sentido...” e “... Uma comunidade é uma estrutura social estabelecida de forma orgânica, constituída a partir de dinâmicas coletivas e historicamente únicas. Sua própria experiência e cultura definem a identidade comunitária. A convivência entre os seus integrantes será definida a partir de pactos sociais ou padrões de relacionamento. Esse reconhecimento deve ser coletivo e será fundamental para os sentidos de pertencimento dos cidadãos e de desenvolvimento comunitário”.

As redes podem ser pensadas como “macro rede social” e “micro rede social-pessoal”, segundo definição de Carlos Sluzki. São, ambos, sistemas dinâmicos, que mudam através do tempo e pela ação dos participantes. A macro rede social é formada pela comunidade do indivíduo e/ou da família com seus valores e regras sociais, isto é, o seu contexto cultural. A micro rede articula as relações comunitárias e interpessoais (família, colegas de trabalho, grupos religiosos, etc). Pode acolher, reconhecer e promover a identidade do indivíduo bem como apoiá-lo em processos de mudanças.

Dentre as principais características das redes, citamos: o tamanho (número de relações incluídas), a densidade (qualidade das relações), a composição ou distribuição (como essas relações estão localizadas do ponto de vista social e pessoal), dispersão (distância

geográfica), homogeneidade e heterogeneidade (identificações e diferenças internas, expressando tensões e possibilidades).

Autores como Sluzki atribuem as seguintes funções às redes sociais: companhia, apoio emocional, guia cognitivo e de conselhos, regulação ou controle social, ajuda material e de serviços, acesso a novos contatos. Para compreender a efetividade dessas funções, há que se perguntar pela história da rede, suas prioridades, versatilidade, reciprocidade, compromisso e frequência de contatos.

Tanto o conceito de “redes” quanto o trabalho social com redes recebeu contribuições de disciplinas diversas. Para definir “rede”, o antropólogo John Barnes escreveu:

“(...) cada pessoa está, por assim dizer, em contato com certo número de pessoas, algumas das quais estão em contato direto entre si e outras não (...) Creio ser conveniente denominar de rede a um campo social deste tipo. A imagem que tenho é a de uma rede de pontos dos quais alguns estão unidos por segmentos de retas. As pessoas, ou às vezes, os grupos, seriam os pontos desta imagem e os segmentos de reta indicariam que interatuam entre si.” (apud AUN, J., 1999).

Essa definição, de influência antropológica, ressalta o caráter associativo e intersubjetivo das redes. É importante complementar com um aporte tomado da sociologia, para consideração da existência de determinações sócio-culturais na constituição, desenvolvimento e resolução das redes. Como mostra Eduardo C. Marques (1999), em uma perspectiva sociológica, “o social é estruturado por inúmeras redes de relacionamento pessoal e organizacional de diversas naturezas. A estrutura geral e as posições dos atores nessas redes moldam as suas ações e estratégias (constrangendo inclusive as alianças e confrontos possíveis), ajudam a construir as preferências, os projetos e as visões de mundo (já que esses “bens

imateriais” também circulam e se encontram nas redes) e dão acesso diferenciado a recursos de poder dos mais variados tipos, que em inúmeros casos são veiculados pelas redes (desde *status* e prestígio até recursos mais facilmente mensuráveis, como dinheiro e informação”).

Para compreender as redes, é preciso somar a análise das interações entre os atores no contexto com a análise dos processos macrossociais, os quais, não raramente, reabsorvem e ressignificam as ações desenvolvidas no âmbito microsocial. Uma tensão necessária entre as ações desenvolvidas no âmbito microsocial (entre os moradores de uma comunidade, por exemplo) e aquelas pertencentes às decisões macrossociais (as políticas sociais, por exemplo) existe no trabalho de redes. Em vez de invalidá-lo, essa contradição realça a sua importância para os processos participativos nas políticas sociais.

As redes sociais instalam novas oportunidades de trabalho com a sociabilidade, mas não oferecem respostas fáceis, pois também são permeadas por jogos de interesse e poder, bem como pelas capacidades de comunicação e influência dos atores envolvidos. As redes de cooperação são propostas, nesse sentido, com a expectativa de reunir aqueles que estão implicados em um processo de mudança e referidos a uma questão central nesse processo. Por isso mesmo, a rede deve ser construída sobre os princípios da responsabilidade, *operatividade* e solidariedade.

Os objetivos do trabalho com redes sociais são: favorecer o estabelecimento de vínculos positivos através da interação entre os indivíduos; favorecer a reflexão, a troca de experiências e a busca de soluções para problemas comuns; estimular o exercício da solidariedade e da cidadania; mobilizar pessoas, grupos e instituições para utilizar os recursos da própria comunidade; fortalecer os vínculos comunitários e estimular o *protagonismo* social.

O trabalho com “redes sociais” no SOSF pode se dar em duas vertentes:

- **REDES DE COOPERAÇÃO MÚTUA:** Mobilização e organização de grupos de famílias do SOSF, em torno de um objetivo prático em

comum, gerando ações e interações entre os participantes da rede, promovendo a reflexão, a convivência e a solidariedade diante de problemas compartilhados ou comuns. A “rede de cooperação” tem objetivos definidos, regras de funcionamento e um período de funcionamento, conforme acordado entre seus participantes.

Procedimentos: Após ser definido um problema com uma ou mais famílias, algumas serão convidadas para compor a rede, a partir de seu envolvimento inicial com o problema ou com as pessoas nele implicadas. Um “mapa de rede” será traçado para orientar os convites e acompanhar a participação de cada membro. Um primeiro encontro apresenta o problema, os participantes, e promove a discussão dos objetivos, metas, ações e contribuições de cada participante. Os encontros de toda a rede são periódicos mas os participantes podem encontrar-se, em grupos menores, nos intervalos, para dialogar ou atuar diante de seus objetivos. A rede deve indicar seus coordenadores para o período combinado e eleger metas para o período. O apoio dos SOSFs às redes se dará na constituição, mobilização, acompanhamento e apoio a ser combinado sobre materiais necessários, etc. Exemplo: (1) Rede de troca de habilidades: as famílias ensinam-se umas às outras as habilidades que possuem: bordar, cozinhar, etc.

- REDES DE COOPERAÇÃO EM TORNO DE UM CASO: Mobilização e organização de indivíduos e famílias em torno de um caso que precise de apoio familiar e comunitário, gerando ações e interações entre os participantes da rede, promovendo a reflexão, a convivência e a solidariedade diante do caso. Essa “rede de cooperação” tem objetivos definidos, regras de funcionamento e um período de funcionamento, conforme acordado entre seus participantes. Pode ser integrada pela família extensa, por amigos da família, por pessoas da comunidade, etc.

Procedimentos: O caso a ser trabalhado é definido e construído um “mapa de rede”, localizando as pessoas e grupos que poderiam ser solidárias, incluindo família extensa, amigos, pessoas da comuni-

dade, profissionais, etc. Essas pessoas são convidadas para uma reunião onde os objetivos do trabalho são apresentados. Preferencialmente, esta deve ser uma reunião com todos os participantes, mas considerando o contexto sócio-cultural serão aceitas reuniões menores com interessados. Em seguida, são feitos acordos sobre como cada um poderia ajudar a desenvolver e solucionar os problemas apresentados. É combinada uma agenda de atividades e formas de participação entre os membros e marcada um próximo encontro, do tipo “assembléia” que reunirão todos os envolvidos para avaliar o que foi realizado e propor novos objetivos e estratégias. Serão distribuídas funções entre os participantes da rede, tanto no que diz respeito ao acompanhamento do caso a ser solucionado quanto à integração e acompanhamento da própria rede. Nova assembléia de avaliação e proposição, após um tempo de trabalho e assim por diante até completar o tempo combinado entre os membros. Nesse ínterim, poderá haver encontros parciais entre os participantes, dependendo da necessidade para cumprir suas funções. O apoio dos SOSFs às redes se dará na mobilização e constituição da mesma em torno do caso, bem como em apoio a ser combinado sobre materiais necessários, palestras, etc. O SOSF poderá assumir um papel de co-organização da rede junto à comunidade no intuito de contribuir para a resolução dos problemas enfrentados. Exemplo: Organização de rede para promover o trabalho de apoio familiar a uma adolescente grávida. A rede pode incluir membros da família extensa, vizinhos, amigos, educadores, lideranças religiosas, etc, que combinem atuar em apoio à família e à adolescente e visando a integração familiar e comunitária, os cuidados, a orientação e a prevenção de riscos.

4. O processo de grupo e o manejo do grupo no SOSF

4.1. Procedimentos básicos e acompanhamento do processo grupal

O trabalho com grupos no SOSF deve ser, ao mesmo tempo:

Dinâmico – a interação e a comunicação promovem a reflexão e a criatividade no grupo;

Reflexivo – há elaboração de questões relacionadas tanto à vida familiar dos participantes quanto ao próprio processo do grupo;

Democrático – estimula-se a participação na definição dos temas, das atividades, a livre expressão e os processos comunicativos. Há respeito pela individualidade dos participantes e pelas diferenças de produtividade.

Para tal, busca-se em diferentes composições, estimular no grupo as dimensões psicossocial (as formas de liderança, divisão de tarefas, relação com o contexto, entre outras coisas), educativa (a transmissão, produção e circulação de informação) e intersubjetiva (a formação de novas representações, valores e posições nas interações). Serão expostos aqui alguns procedimentos básicos para a condução do processo grupal, entendendo-se que o grupo tem participação, que não é passivamente “conduzido”, mas sim que co-opera, co-ordena e co-constrói o seu processo.

4.2. Atuação da Coordenação: Co-pensar, Co-operar e Co-construir o grupo

Trabalhar com grupos no SOSF quer dizer entender e mobilizar os elementos da dinâmica grupal visando potencializar a informação, formação e transformação das famílias diante dos direitos de suas crianças e adolescentes.

Para potencializar e dinamizar a informação, formação e transformação no grupo, a coordenação se apóia em princípios e orientações técnicas que incluem:

- Incentivar o grupo na busca de INFORMAÇÃO relevante para seus objetivos e promove a REFLEXÃO sobre ela;
- Dinamizar as TROCAS DE EXPERIÊNCIA e a COMUNICAÇÃO no grupo, em tudo o que se refere à nova aprendizagem;
- Ajudar o grupo a formar e se necessário transformar as suas referências para a discussão dos temas, seu CONTRATO GRU-

PAL, suas regras, papéis, vínculos, crenças e adaptando-as de forma ativa ao seu contexto e ajudando a criar respostas para os problemas;

- Compreender as motivações do grupo, suas formas de cooperar e também as suas dificuldades e formas de resistência ao processo reflexivo, esclarecendo e contracenando com o grupo de forma a promover a sua auto-reflexão e auto-gestão ao longo de um PROCESSO de grupo em suas diferentes fases;

- Promover a PARTICIPAÇÃO de cada membro e do grupo como um todo, no processo de aprendizagem, procurando compreender a MOTIVAÇÃO de cada um e a sua forma de COOPERAÇÃO com o grupo;

- Sugerir e conduzir técnicas de DINAMIZAÇÃO (técnicas lúdicas, de reflexão, de comunicação, jogos, tarefas, etc) que possam facilitar (a) a aprendizagem, a comunicação e a elaboração dos problemas e potencialidades; (b) os processos do grupo que sustentam e dinamizam a aprendizagem e a comunicação;

- ACOLHER e RESPEITAR cada participante incentivando o seu sentimento de pertencimento ao grupo, compreendendo a sua problemática e incentivando ao mesmo tempo, dessa maneira, os seus movimentos de mudança;

- SENSIBILIZAR o grupo para questões relevantes, preparando-o para lidar com possíveis conflitos e desenvolvendo formas de COOPERAÇÃO;

- Utilizar INTERVENÇÕES diversas tais como: perguntas diretas sobre temas em discussão; devolução (feedback) aos participantes do que é percebido sobre a sua participação; ajuda a esclarecer e nomear os sentimentos relacionados ao tema em discussão; ajuda o grupo no esforço de compreensão de suas dificuldades e potencialidades, encontrando formas de lidar com os problemas da família, em suas diferentes dimensões;

- Cooperar com o grupo na busca de compreender e interpretar as suas FORMAS DE SENTIR, PENSAR E AGIR diante dos direitos de suas crianças e adolescentes e no contexto de sua própria história; e, nesse sentido, esclarece associações de idéias e sen-

timentos, crenças e representações, conteúdos ambivalentes e contraditórios, tensões sofridas, diferentes ângulos de percepção da experiência, capacidades, potencialidades, vínculos e projetos;

- Refletir sobre a sua **RELAÇÃO COM O GRUPO**: se e como os ideais, expectativas, dificuldades e capacidades tanto do grupo quanto da coordenação podem estar interferindo com o processo e necessitando de redirecionamento;

- Manter uma postura aberta para ouvir e aprender com o grupo, desenvolvendo o **DIÁLOGO** com o grupo e entre coordenadores (se trabalham em duplas), buscando resolver problemas e atuar de maneira coordenada.

4.3. Fases do processo grupal e o papel da coordenação

Para melhor explicar o papel da coordenação em face do processo grupal, introduzimos o **QUADRO 4** (em anexo). As fases do grupo são descritas em uma seqüência como uma estratégia didática. Na prática, é preciso lembrar que:

- Cada grupo tem especificidades de forma que, se não se afasta de uma “descrição geral”, também não é uma repetição literal da mesma. Cabe aos coordenadores “aplicar” o esquema compreensivo ao grupo;

- O processo grupal (como processo e não como “etapas”) acontece em um ritmo de progressão, regressão e nova progressão, e assim por diante. Os coordenadores devem contar com isto para compreender o grupo e poder colaborar com ele a construir um caminho de elaboração.

4.4. O uso de técnicas e de recursos lúdicos e reflexivos

As técnicas de grupo são como uma linguagem que auxilia no processo do grupo, desde que devidamente elaborada através da palavra. O lúdico é um recurso importante no trabalho com gru-

pos, sendo usado com critérios e parcimônia. O humor – quando associado a uma postura reflexiva - colabora na revisão das representações, pois diminui a ansiedade que as mudanças provocam e permite a criatividade. Além do humor, que aparece como uma forma de relação entre sujeitos, permitindo uma atenuação das tensões (desde que trabalhado dessa maneira pela coordenação), podemos nos referenciar, também, nas diversas formas lúdicas: jogos, desafios, brincadeiras, e tantas outras, inclusive, com expressão artística, como cantigas e rimas. O historiador Huizinga mostrou, em um livro chamado *Homo Ludens*, que o ser humano brinca, em todas as culturas e tempos da história. Não apenas as crianças, mas também os adultos brincam: com a linguagem, com jogos e em diversas formas de lazer.

Através das formas culturais, pensando os sujeitos em seu contexto, como seres da cultura e da linguagem, nos aproximamos do valor sociológico, psíquico e pedagógico que o lúdico tem. Mas, para isso, é preciso ser usado com tato e delicadeza no grupo.

As técnicas configuram estratégias e atividades que motivam a ação e comunicação, no sentido de facilitar, esclarecer e elaborar o processo grupal. Contudo, não fazem isso, magicamente, por si mesmas. Não basta brincar de alguma coisa para se ter um insight, uma compreensão de diversos significados das relações. As técnicas devem ser tomadas como meios (e não como fins) que servem para expandir o conhecimento no grupo e abrir possibilidades de interação. O coordenador pode planejar usar uma técnica, entretanto, deve desistir dela quando não for bem aceita pelo grupo. A coordenação não deve pressionar o grupo ou os participantes para executar uma técnica, pois esta, sozinha, é exatamente como uma palavra esvaziada de sentido. E, se forçamos o falante a falar essa palavra, podemos obter, em vez de um sentido esperado, uma série de defesas e de novos sentidos agregados à situação de embaraço.

Tomemos, por exemplo, a brincadeira do “telefone sem fio”. Uma frase é dita de pessoa a pessoa, em uma seqüência, na qual, cada pessoa que escuta a frase, sigilosamente, a repassa a outra pessoa do grupo, e assim sucessivamente. Ao final da seqüência

se verifica, na maioria das vezes, que a frase sofreu modificações substanciais. Se um grupo de famílias brinca de “telefone sem fio” sem qualquer propósito, pode tirar uma conclusão “lógica” da brincadeira: as fofocas distorcem as notícias. Porém, essa conclusão, não lhes dirá nada diretamente relacionado à sua experiência pessoal e não vai necessariamente sustentar uma reflexão. A brincadeira pode parecer “ilógica e vazia”, uma perda de tempo. Se o grupo foi constrangido a brincar, suas associações podem mesmo ser dificultadas pela indisponibilidade e pela resistência.

Se o mesmo grupo brinca de “telefone sem fio”, mas é solicitado a associar a brincadeira àquilo que acontece com a informação que recebe sobre a sua família, a técnica surte um efeito mais focalizado e contextualizado. Abre-se a possibilidade não apenas de um “raciocínio” como também de uma “reflexão” sobre a própria experiência. A coordenação do grupo tem um papel a desempenhar: colocar questões, instigar, associar, acolher, escutar e sistematizar. Porém, se a coordenação “atropela” o grupo com conclusões apressadas, na pressa de fazê-lo aceitar uma “moral da história” – antes mesmo que pensem em suas próprias histórias – a brincadeira “perde a graça”.

O uso de técnicas favorece a sensibilização, a expressão, a comunicação e a ressignificação das experiências através de uma estratégia simples: permite reorganizar a sua narrativa. Na medida em que se incrementam os processos de comunicação, abrem-se possibilidades de ressignificação. As novas narrativas surgem no campo grupal como um tesouro de significantes e significados. Trazem a possibilidade de sistematização e comparação dos pontos de vista, o trabalho com conflitos e diferenças. E aí, novamente, a atuação do coordenador é fundamental. Na medida em que aponta, indaga, associa, sugere etc., ajuda o grupo no trabalho de elaboração.

Vejamos um outro exemplo: um grupo de familiares de um adolescente em abrigo representa, nas três pétalas de uma flor desenhada em um papel, o que sente, o que pensa e o que faz diante do direito do adolescente à convivência familiar. Ao cumprir a tare-

fa, o grupo se permite “brincar”, mas ao mesmo tempo “trabalha”, separando os significados, escolhendo as palavras, ponderando as correlações e contradições entre pensar, sentir e agir.

Esta primeira etapa da brincadeira tem um efeito de sensibilização, evocação, mobilização de sentimentos e idéias, facilitando a sua expressão. Se, depois disso, os participantes mostram uns aos outros o que fizeram e conversam, trocam palavras e idéias, o processo reflexivo avança. Há possibilidades de rever os pontos de vista e buscar novas formas de compreensão; um “instrumento para pensar a própria experiência”.

As técnicas podem ser escolhidas conforme o foco do grupo e seu “momento”, buscando (1) sensibilização; (2) reflexão, (3) interação e comunicação, (4) mediação de conflitos, (5) encenação da ação para reflexão e decisão. Note-se que uma mesma técnica serve para os vários momentos. Um ditado popular – assim como vários outros recursos - serve para descontrair e também para refletir e finalizar.

Muitos coordenadores ficam tão envolvidos com o uso reflexivo das técnicas e seu potencial educativo que passam a se esquecer do trabalho com o grupo enquanto GRUPO. É bom que a coordenação sugira, com freqüência, técnicas que cuidam do grupo como uma rede de vínculos e não como um somatório de participantes que se limita a um esforço de aprendizagem. Para uma fácil referência, vamos interligar as fases do grupo, das quais já falamos, com a utilização de técnicas, como:

- 1) Formação do grupo e criação de sentimento de identidade – técnicas de interação, trocas com base na identificação, e de incremento do sentimento de grupo e dos vínculos;
- 2) Trabalho sobre as diferenças, formação de normas e objetivos: conhecer as diferenças para trabalhar os conflitos e medos que elas trazem e incrementar a riqueza que proporcionam para o diálogo: técnicas reflexivas e dialógicas, de resolução de problemas;
- 3) Luto e elaboração de fim do grupo – técnicas que favoreçam

a elaboração do trabalho de grupo, que reafirmem os vínculos, que facilitem a expressão de sentimentos em torno de “perdas e ganhos”.

A coordenação pode, eventualmente e de forma ligeira, participar de uma técnica. Isso se dará se, e apenas se, essa participação for intencionada como um estímulo à participação do grupo. Nesse caso, a coordenação deve evitar os depoimentos pessoais, declarações de crenças e envoltimentos sentimentais. Por exemplo, podemos brincar em uma brincadeira inicial de interação, para facilitar a participação de todos. Mas deve se resguardar dar a opinião pessoal em uma técnica reflexiva. No uso das técnicas é preciso (1) respeitar o ritmo do grupo; (2) evitar a ênfase em conflitos que não poderão ser trabalhados no grupo; (3) respeitar mesmo incentivando o nível de produção de cada um; (4) evitar o excesso de técnicas em um encontro, pois é necessário deixar tempo para o diálogo; (5) adaptar as técnicas para o uso do grupo.

Uma estratégia simples de adaptação de técnicas é a seguinte:

1. Tome uma atividade qualquer que envolva recursos variados (música, poema, desenho, pintura, argila, brincadeiras rítmicas, jogos, etc). Por exemplo, a brincadeira do “espelho”. Nela, os participantes, em dupla, imitam os gestos um do outro, como se um fosse a pessoa que está em frente ao espelho e o outro fosse a imagem no espelho. Analise os aspectos que essa brincadeira ou atividade oferece. No caso do “espelho”, podemos pensar nos sentimentos e idéias associados ao “ser modelo” para alguém e “copiar alguém”. Isto tem um valor sócio-cultural, subjetivo e pedagógico, tudo o que precisamos para trabalhar;
2. Reflita sobre o objetivo que a técnica terá segundo o processo do grupo, o momento, a questão a ser discutida, etc. Por exemplo, em um grupo, onde discutimos as dificuldades de seguir apoiar um adolescente no abrigo. Pense nas diversas dimensões que essa questão pode levantar: preconceitos, vergonha, etc.;
3. Associe as possibilidades da técnica (vista em 1) com os as-

pectos da questão (vistos em 2) e DÊ O FOCO. Por exemplo, sugira a brincadeira do espelho e em seguida converse um pouco sobre “ser modelo” e “ser cópia”, dar apoio e ser apoiado. Faça uma passagem para a situação de convívio social e use para refletir sobre as dificuldades específicas nessa situação. Como é para você ter um filho no abrigo? Sente vergonha? Culpa? Raiva? Quais são os direitos do adolescente? Como a família pode defender este direito? Etc.

O uso de diversos materiais lúdicos e educativos pode, assim, ajudar a dinamizar o grupo sem perder o caráter reflexivo, o respeito pelos sujeitos em seu processo e a busca pela transformação da postura da família e superação da violação.

5. Como avaliar o trabalho do grupo?

A avaliação de um trabalho de grupo deve levar em conta, em primeiro lugar, o tipo de grupo desenvolvido e suas ênfases na reflexão e convivência. A partir daí, a realização dos objetivos que o grupo se propôs a alcançar; e o crescimento que o grupo obteve em seu processo, considerando:

5.1. A realização dos objetivos do grupo

Uma Oficina feita para a elaboração de uma questão precisa trazer benefícios para cada um dos participantes no que diz respeito a esta elaboração. É importante definir alguns parâmetros para avaliar o progresso do grupo. Por exemplo, se a questão é “cuidados com as crianças”, se o grupo declara ter mais competência e autonomia nos cuidados físicos, na alimentação, no diálogo e na função materna/paterna de colocação de limites de forma a respeitar os direitos da criança. O conjunto desses elementos poderá constituir uma referência para se observar mudanças. Mas é preciso considerar que cada família tem um ritmo e que os ganhos conseguidos não serão restritos à participação em um grupo (ape-

nas), mas em todo o conjunto de atividades do programa.

5.2. Avaliação do processo grupal

Apesar de envolver muitos aspectos subjetivos, essa dimensão também encontra referências para sua avaliação (ver QUADRO 5 no ANEXO 5):

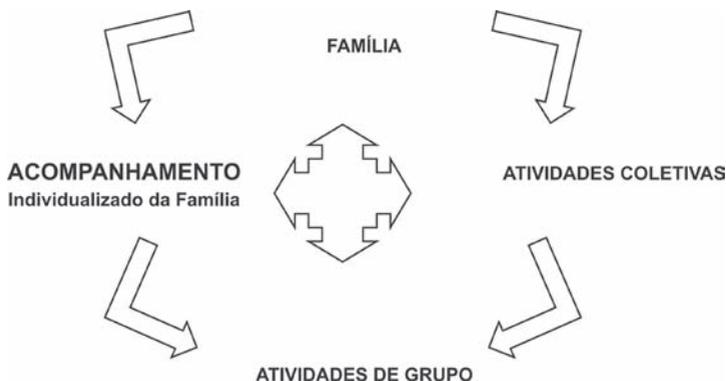
- a) Os vetores do processo grupal (segundo Pichon-Rivière, na teoria do grupo operativo);
- b) A atuação da coordenação;
- c) O impacto da Oficina em seu contexto sócio-institucional (este contexto inclui o próprio SOSF).

VII SÍNTESE DA PROPOSTA, FLUXO E INTEGRAÇÃO

1. Síntese

A partir de sua entrada no SOSF, todas as famílias terão um atendimento que inclui o ACOMPANHAMENTO individualizado da família e a participação em ATIVIDADES COLETIVAS (no grupo sócio-educativo) e ainda a ATIVIDADES DE GRUPO que incluem: Oficinas de convivência; Oficinas de reflexão; Grupos multifamílias; Redes sociais; Encaminhamento a grupos em outros programas, em parceria, interface e/ou intersectorialidade. Por exemplo, oficinas de cultura e esportes.

2. Fluxo



3. Integração das Ações no SOSF

1. Receber as famílias para as entrevistas iniciais e traçar o plano de ação;
- 2 Incluir as famílias (todas) na oficina sócio-educativa em cada regional;

3. No plano de ação já se pode incluir o encaminhamento a grupos – considerando o tipo de grupo e as questões a serem trabalhadas – ou fazê-lo ao longo do processo, dependendo sempre da avaliação do técnico de referência da família;
4. No atendimento individual do grupo familiar, sempre perguntar se há questões abordadas no grupo que deveriam ser também abordadas no atendimento individual;
5. As questões para as Oficinas podem ser levantadas tanto a partir de atendimentos individuais, que se mostram relevantes para um grupo de famílias, quanto a partir dos grupos e da percepção dos técnicos das necessidades das famílias;
6. A formação de Oficinas pode se dar com grupos de famílias atendidas pelo mesmo técnico ou por mais de um técnico – em trabalho de co-operação;
7. Temas para palestras gerais (regional ou municipal) podem ser conversados nos grupos e no atendimento individual;
8. Marcar entrevistas individuais se necessário, tanto a partir dos grupos quanto dos atendimentos à família;
9. Encaminhar casos percebidos como necessitando avaliação da saúde mental;
10. Incentivar a participação em outros grupos, em outros momentos, ou redes sociais;
11. Fazer acompanhamento das famílias através de desligamento progressivo ou de reencontros combinados. Essa forma pode ser especialmente interessante para aquelas que apresentam um avanço na superação da violação, mas ainda precisam trabalhar elementos de sua dinâmica. Nesse caso, pode-se espaçar o atendimento individual (à família) e ingressar em um grupo, rede social ou simplesmente continuar freqüentando a oficina sócio-educativa, até o seu desligamento final.

4. Organização da oferta de Oficinas em cada regional

Em cada regional serão oferecidas:

1. Pelo menos uma “oficina sócio-educativa”, bimensal, ao lon-

go de todo o ano, para participação de todas as famílias;

2. Pelo menos duas “oficina de convivência”, com encontros quinzenais e duração de quatro meses cada, ao longo do ano, preferencialmente nos períodos de março-junho e agosto-novembro. As oficinas de convivência podem ser desenvolvidas em parceria, interface ou intersetorialidade, através da sua conjugação com oficinas de artesanato, cultura, esportes, e outras. Para tal, os coordenadores devem fazer um planejamento específico, de forma a não perder a especificidade do trabalho do SOSF, no eixo orientação, bem como do trabalho sócio-educativo da assistência social;

3. Pelo menos duas “oficinas de reflexão”, com encontros quinzenais e duração de quatro meses cada, ao longo do ano, preferencialmente nos períodos de março-junho e agosto-novembro. As oficinas de reflexão podem ser desenvolvidas em parceria, interface ou intersetorialidade, através da sua conjugação com oficinas de artesanato, cultura, esportes, e outras. Para tal, os coordenadores devem fazer um planejamento específico, de forma a não perder a especificidade do trabalho do SOSF, no eixo orientação, bem como do trabalho sócio-educativo da assistência social;

4. A oferta de encontros quinzenais nas oficinas de convivência e de reflexão foi feita pensando na necessidade de articular o atendimento individual de cada família e o atendimento nas atividades de grupo, de forma a não sobrecarregar a necessidade de frequência das famílias no serviço;

5. As temáticas das oficinas de reflexão serão escolhidas a cada semestre, de forma conjunta, pela equipe técnica e pelas famílias participantes, permitindo uma variação de acordo com as necessidades e demandas das famílias;

6. A equipe técnica fará o seu planejamento semestral, junto com as gerências e a Equipe de Acompanhamento Sistemático, adaptando, se necessário, a presente proposta, às condições locais.

5. Perfil dos Técnicos do SOSF

1. Conhecimentos sobre:

- Fundamentos legais do trabalho social com famílias, crianças e adolescentes;
- Fundamentos éticos, teóricos e metodológicos do trabalho social com famílias;
- Trabalho com grupos e redes sociais.

2. Capacidade de articular serviços e recursos para o acompanhamento de casos;

3. Capacidade de escuta e orientação do grupo familiar, de acordo com fundamentação teórica, metodológica e dos princípios e diretrizes legais;

4. Capacidade de trabalho em equipe;

5. Capacidade de produzir relatórios e documentos necessários ao serviço.

6. Os estagiários no SOSF

O estagiário poderá participar, desde que orientado, acompanhado e avaliado pela equipe técnica, das seguintes atividades:

1. Atendimento individual à família (acolhimento, entrevista, orientação, visitas domiciliares), devendo apresentar planejamento e relatório à equipe técnica;

2. Atividades de grupo, redes e atividades coletivas: acompanhado do técnico responsável pela atividade e/ou sozinho, com a orientação do técnico, devendo apresentar planejamento e relatório;

3. Atividades de articulação entre os eixos do programa;

4. Relatórios e reuniões para discussão e avaliação do trabalho.

7. Caráter interdisciplinar do trabalho com famílias no SOSF

Os técnicos do SOSF devem estar aptos a realizar todos os tipos de atividades do serviço. Cada técnico contribui com sua formação

para as atividades do SOSF, respeitados o objetivo e a natureza do serviço. O mesmo deverá aprender, em serviço e em atividades de capacitação, os conhecimentos necessários para o seu desempenho, inclusive em áreas diversas da de sua formação. A abordagem interdisciplinar do SOSF dar-se-á a partir das questões colocadas pela natureza do serviço, seus fundamentos, procedimentos e atividades.

As equipes devem entrar em acordo quanto à divisão de tarefas, periodicamente reavaliada nas reuniões semanais. Sugere-se a opção em negrito, no quadro abaixo:

ATENDIMENTO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DOS TÉCNICOS E ESTAGIÁRIOS		
Acompanhamento de cada família	Técnico de referência	Técnico de referência da família e estagiário.	
Atividades de Grupos (Grupos e redes sociais)	O técnico (coord) com as famílias atendidas por ele e o estagiário.	Um técnico (coord) que trabalhe especific. c/ grupos e redes, o técnico de referência com as famílias por ele atendidas, e o estagiário.	Um técnico (coord), e um estagiário, sendo o grupo composto de famílias ligadas a mais de um técnico de referência.
Atividades coletivas (reunião sócioeducativa)	Técnicos da equipe se revezam na coordenação da atividade coletiva com a colaboração dos estagiários.		

8. Capacitação das Equipes Técnicas

1. Curso sobre Análise psicossocial e intervenção com famílias, em 2005.

- a) Introdução: a análise e a intervenção psicossocial com famílias (8hs);
- b) Fundamentos legais e éticos do trabalho com famílias (12hs);
- c) Trabalho com famílias no SOSF (30hs);
- d) Grupos e redes sociais no SOSF (30hs)

2. Realização de 1 (um) seminário anual, ao final do 2o semestre de cada ano, a partir de 2006, reunindo todas as equipes, com a finalidade de:

- a) Apresentar e discutir o trabalho desenvolvido;
- b) Refletir sobre os fundamentos éticos, teóricos e metodológicos do trabalho;
- c) Discutir os dados do SISAS e avaliar o trabalho no SOSF;

3. Reuniões semanais da equipe do SOSF, G2 e estagiários para discussão de casos e reflexão sobre fundamentos teóricos e metodológicos do trabalho com famílias;

4. Avaliação bimensal do trabalho desenvolvido, pela Equipe de Acompanhamento Sistemático SOSF.

Referência Bibliográfica

OBSERVAÇÃO:

As referências bibliográficas do texto foram colocadas em notas de pé de página.

Na seqüência, apresentamos uma bibliografia de referência para a discussão da intervenção psicossocial, do atendimento à família e a grupos.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. Abuso sexual : Por que? Quem? Como? O quê?: mitos e realidades. 3.ed. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 2002. 59p. (Criança Carinho) ISBN 8572100679

AFONSO, M. L. M. e FILGUEIRAS, C. A. C. (1996). Maternidade e vínculo social. *Revista de Estudos Feministas*, 4(2), 319-337.

ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (BELO HORIZONTE). Famílias de crianças e adolescentes: diversidade e movimento. Belo Horizonte: AMAS, 1995. 167p.

ASSIS, S. G. Crescer sem violência - um desafio para educadores. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.

AUN, Juliana G., VASCONCELLOS, Maria José E. e COELHO, Sônia V. Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais. Belo Horizonte: Oficina de Arte e Prosa, 2005.

AUN, Juliana Gontijo. A proposta de Rede no atendimento em saúde mental. In: CONGRESSO MINEIRO DE PSIQUIATRIA, 9, 1999, Belo Horizonte. [s.n.], 1999. Mimeografado.

AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane Nogueira Azevedo. Curso de Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. USP/PSA/LACRI: 2002.

BANCHS, María Auxiliadora. "Reconstrução teórica de um caso de família incestuosa". In: COSTA, Albertina de O. e AMADO, Tina. Alternativas Escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1994. p 301-338.

BARROS, Myriam Lins de. Autoridade & afeto: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. 152p. ISBN 8585061847

BELO HORIZONTE. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Violência doméstica e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Belo Horizonte: CMDCA, 2000.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Manual do Serviço de Orientação Sócio-Familiar (SOSF). Belo Horizonte, 2000.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Seminário de Políticas Sociais para Crianças de 0-6 anos. Belo Horizonte, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: [MDS], 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Cartilha do Fome Zero. Disponível em: < <http://www.fomezero.gov.br/publicacoes>>. 2004.

BOBBIO, N. e PASQUINO, G. Dicionário de Política. v. 1 e 2. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

CARTER, B. e MCGOLDRICK, M. "As mudanças no ciclo de vida familiar". In: CARTER, B. e MCGOLDRICK, M. (Orgs). As mudanças no ciclo de vida familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CARVALHO, Maria do Carmo. B. de. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. Família brasileira: a base de tudo. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1994. 183p. ISBN 8224905417

CARVALHO, Mirela de; BARROS, Ricardo Paes de; FRANCO, Samuel. Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). In: ACOSTA,

Ana Rojas e VITALE, Maria Amália (Orgs). Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: IEE-PUCSP, 2003.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFORE-WANDERLEY, M., BOGUS, L. & YAZBEK, MC. (Orgs). Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CASTORIADIS, C. "O estado do sujeito hoje". In: CASTORIADIS, C. As Encruzilhadas do Labirinto I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAVALLEIRO, E. Do silêncio do lar ao silêncio escolar – racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA (CRAMI). Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor. São Paulo: Cortez, Brasília: UNICEF, 2005.

COELHO, S. V. Relações de gênero na comunicação do casal. 1996. (Dissertação em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996

CORSI, Jorge (Org). Violência familiar: Una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social. Barcelona: Paidós, 1995.

COSTA, A. C. G. (1990). Infância, juventude e política social no Brasil. In: COSTA, Antônio Carlos Gomes da et al. Brasil, criança urgente: a lei 8069/90 : o que é preciso saber sobre os novos direitos da criança e do adolescente. São Paulo: IBPS, Columbus Cultural, 1990. p. 69-105.

DESLANDES, Suely F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. Cad. Saúde Pública. v.10 supl. 1. Rio de Janeiro, 1994.

EIGUER, A. Um divã para a família – do modelo grupal à terapia familiar psicanalítica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

IMBER-BLACK, Evan. Os segredos na família e na terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. 420p. ISBN 8573070404

FAIMAN, Júlia S. Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FERREIRA, A. “Mitos familiares” In: BATESON, G et al. Interacción familiar – aportes fundamentales sobre teoria y técnica. Buenos Aires: EBA, 1980.

FERREIRA, AB de H. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa, 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FUKS, Lucia B. “Consequências do abuso sexual infantil”. In: FRANÇA, Cassandra P. (Org). Perversão – variações clínicas em torno de uma nota só. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FURNISS, Tilman. Abuso sexual da criança – uma abordagem multidisciplinar : manejo, terapia e intervenção legal integrados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 337p.

FUSCALDI, Solange. Filhos sob medida de proteção em Abrigo: os significados construídos por suas famílias. (Dissertação em Psicologia Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. , UFMG, 2004.

GABEL, Marceline (Org). Crianças vítimas de abuso sexual. São Paulo: Summus, 1997.

GENOFRE, R. M. (1995). Família: uma leitura jurídica. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de et al. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC: Cortez, 1995. 122p. (Eventos) p. 97-104

GONÇALVES, Betânia Diniz. Transformações da identidade de gênero entre mulheres de 3 gerações, no século XX. (Dissertação em Psicologia Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. Cadernos Pagú, n. 1, 1993. p. 67-110.

GOLDANI, A. M. Retratos de famílias em tempos de crise. Revista de Estudos Feministas. Ed.especial, 2o. semestre, 1994. p. 303-335.

GOMES, Romeu; DESLANDES, Suely F. et al. Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro: [s.n.], v.18, n. 3, mai./jun. 2002

HELTON, Lonnie R.; JACKSON, Maggie. Social work practice with families – a diversity model. Boston: Allyn and Bacon, 1997.

JACKSON, D. "El estudio de la familia". In: Ackerman, N. W. et al. Grupoterapia de la familia. Buenos Aires: Paidós, 1976.

KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos)

KÜBLER-ROSS, Elizabeth. Sobre a morte e o morrer. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LANGDON, E. Jean. "O Dito e o Não-Dito: reflexão sobre narrativas que famílias de classe média não contam." In: Revista de Estudos Feministas, 1999.

LAPLANCHE, Jean e PONTALIS, JB. Vocabulário da Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LEFEBVRE, Henri. Lógica formal e lógica dialética. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

MACHADO, M.N.da M. Práticas psicossociais – pesquisando e intervindo. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2004.

MAGALHÃES, Edgar P.; AFONSO, M.L.M. et al. Relatório final de Consultoria para os Núcleos de Apoio à Família da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. [Belo Horizonte]: [SMAAS], 2004.

MORA, J. F. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MANUAL do Usuário do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA. [Brasília]: [s. n.], 1977.

MOUKACHAR, M. B. Arca de brinquedos – Representações da infância em três gerações. (Dissertação em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. Mal estar na família: Descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos. In: FIGUEIRA S. (Ed.). Cultura da psicanálise. São Paulo: Brasiliense. 1985. p. 147-168.

NOGUEIRA, Adriana Dania. Família como co-responsável pela defesa dos direitos de suas crianças e adolescentes: em que condições... (Monografia do Curso de Especialização em Gerência de Assistência Social) - Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e Secretaria Municipal de Assistência Social, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2004.

PICHÓN-RIVIÈRE, E. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de et al. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC: Cortez, 1995. p. 39-50

ROUDINESCO, E. e PLON, M. Dicionário de Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SARTI, C. A família como espelho—um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: FAPESP; São Paulo: Autores Associados. 1996.

TOURAINÉ, Alain. Poderemos viver juntos – iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1999.

TILMANS-OSTYN, Edith. A pessoa do terapeuta no atendimento de famílias vítimas de violência. Equiposis, Belo Horizonte, 1995. Mimeografado.

VICENTE, C. M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. Família brasileira: a base de tudo. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1994. p. 47-59.

VITALE, M. A. F. (1995). Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de et al. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC: Cortez, 1995. p. 89-96.

WALSH, Froma e MCGOLDRICK, Monica. Morte na Família: Sobrevivendo às perdas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

WEBER, Lidia N. D.; VIEZZER, Ana Paula; BRANDENBURG, Olivia J. O uso de palmadas e surras como prática educativa. Estud. psicol. Natal: [s.n.], v. 9, n. 2, mai./jun. 2004.

WOORTMAN, K. A família trabalhadora. In: Ciências sociais hoje. São Paulo: Cortez, 1984.

YOSHIDA, Elisa Medici Pizão; ENÉAS, Maria Leonor Espinosa. Psicoterapias psicodinâmicas breves – propostas atuais. Campinas: Ed. Alínea, 2004.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA PARA GRUPOS

AFONSO, M. L. M. (org). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

AFONSO, MLM. et al. Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.

AMADO, G. e GUITTET, A. A Dinâmica da Comunicação nos Grupos. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ANTUNES, Celso. Manual de Técnicas de Dinâmica de Grupo de Sensibilização de Ludopedagogia. Petrópolis: Vozes, 1995, 10a. Ed.

ANZIEU, Didier et alii. “O Trabalho Psicanalítico nos Grupos.”

BAREMBLITT, Gregório. Grupos: Teoria e Técnica. Rio de Janeiro: Graal, 1996, 2a.ed.

BARROSO, Carmen e BRUSCHINI, Cristina. Sexo e Juventude. Como discutir a sexualidade em casa e na escola. São Paulo: Cortez Ed., 1990.

BION, W. R. Experiências com grupos, São Paulo: Imago Ed./Ed. da USP, 1975.

BLEGER, José. Entrevista e Grupos, [S. L.]: Martins Fontes, 1989

CASTILHO, Áurea. A dinâmica do trabalho de grupo. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

COREY, G. e outros. Técnicas de Grupo. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DEBUS, Mary. Manual para Excelencia en la Investigación Mediante Grupos Focales. University of Pennsylvania, Porter/ Novelli. United States Agency for International Development. 1988.

FONSECA, Afonso H. Lisboa da. Grupo: Fugacidade, Ritmo e Forma. Processo de Grupo e Facilitação na Psicologia Humanista. São Paulo: Ágora, 1988.

INSTITUTO PICHÓN-RIVIÈRE DE SÃO PAULO. O Processo Educativo Segundo Paulo Freire & Pichón-Rivière. Petrópolis: Vozes, 1991, 3a. ed. (1a. ed. 1985 pela Ediciones Cinco, Buenos Aires, Argentina).

LARRABURE, S.A.L. Grupos de espera em instituição. In: MACEDO, Rosa M. (org). Psicologia e Instituição- Novas formas de atendimento. São Paulo: Cortez Editora, 1984.

LÉVY et al. Psicossociologia: análise social e intervenção. Petrópolis: Vozes, 1994.

MACRUZ, Fernanda et al. Jogos de Cintura. 2. ed. Belo Horizonte: Escola Sindical 7 de Outubro, 1992.

MAILHIOT, Gérard B. Dinâmica e Gênese dos Grupos. 7. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1991.

MINICUCCI, Agostinho. Dinâmica de Grupo - Teoria e Sistemas. São Paulo: Atlas, 1982.

MORENO, J. L. Fundamentos do Psicodrama. São Paulo: Summus Editorial, 1983.

PAULA, Henrique de. Relações Humanas - Caderno de Atividades. Petrópolis: Vozes, 1995.

RIBEIRO, Jorge P. Psicoterapia Grupo Analítico - Teoria e Técnica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

RIVIÈRE, Pichón. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ROMAÑA, M.A. Construção coletiva do conhecimento através do psicodrama. Campinas: Papyrus, 1992.

SILVA, O.V.M.da. Grupo Estruturado de vivência para pais. In MACEDO, Rosa M. (org). Psicologia e Instituição - Novas formas de atendimento. São Paulo: Cortez Editora, 1984.

YOZO, R.Y. 100 Jogos para Grupos - uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas. São Paulo: Ágora, 1996.

ZIMERMAN, David E. Bion, da teoria à prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ZIMMERMAN, David E. Fundamentos Básicos das Grupoterapias. [S.L]: Artes Médicas, 1993.

ZIMERMAN, D. E.; OSÓRIO, L. C. (Orgs.). Como trabalhamos com grupos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Anexos

QUADRO 1 - FATORES DE VIOLÊNCIA E AÇÃO TÉCNICA NO SOSF

Fatores	Apoio	Proteção	Orientação
Ausência de meios para suprir as necessidades	Transferência e geração de renda, Qualificação p/trabalho		
Estresse da vida cotidiana	Se necessário transferência renda		
Violença como resposta à exclusão sócio-cultural	--	Encaminhamento à rede de bens e serviços	Organização cotidiano
Repetição de representações e práticas culturalmente aprendidas e toleradas	--	governamentais e não governamentais, por exemplo, às políticas sociais de	social Reflexão sobre história familiar, preconceitos e hábitos. Jogos, recursos lúdicos.
Recurso à violência como forma de manter hierarquias e regras	---	saúde, cultura e esportes.	Inserção em Oficinas de Reflexão e de Convivência.
Dificuldades no exercício do papel parental e/ou de responsável; dificuldades com a relação de autoridade e de afeto, baixa auto-estima dos pais/responsáveis.	---		Temas para Oficinas sócio-educativas
Eleição de “bode expiatório” para as tensões e conflitos do grupo familiar	--	Avaliar necessidade e solicitar medidas de proteção e/ou providências por parte dos órgãos	Redes solidárias. Promoção relação família-escola e família-comunidade-sociedade.
A criança como “mensagem” ou como um “campo de batalha” entre os componentes do grupo familiar.	--	encaminhadores	
A violência como uma reação a um conflito intrapsíquico, já existente e que é mobilizado pela interação atual.	--		
Situações específicas envolvendo indivíduos com transtorno mental, dependência de álcool e drogas ou envolvimento com criminalidade			

QUADRO 2 - FATORES PARA UM ESTUDO PSICOSSOCIAL DA FAMÍLIA (01)

Dimensão	Elementos do grupo	O que explorar	Referências para a ação técnica	Encaminhamentos
História da família	História da família e de cada um dentro da família	Sentimento de união/dispersão, identidade, figuras marcantes, hábitos de convivência.	Fatores “positivos” p/ resgate na história da família. Fatores “negativos” que influenciam relações atuais.	Acompanhamento familiar Oficinas de convivência Oficinas de reflexão
	História de violações de direitos na família	Tipo, quem, situações, concepções, atitudes.	Repetições? Deslocamentos? Lugar da violência na dinâmica familiar (ver texto sobre violência)	Acompanhamento familiar Oficinas de convivência Oficinas de reflexão
	História de aplicação de medidas judiciais	Relação com sistema de direitos	Atitude da família diante direitos das e/ad, posição diante lei	Acompanhamento familiar Oficinas de reflexão
	Trabalho infantil	Presença/Ausência - especificar	Relação com condições de vida e dinâmica familiar (ver texto violência)	Acompanhamento familiar Oficinas de reflexão
	Violência física			Temas p/ oficinas sócio-educativas Interlocução com a Rede de Defesa dos Direitos
Evento atual de violação de direito	Violência psicológica			
	Violência sexual			
	Negligência			
	Abandono			
	História desta (s) violação na família	Condições em que surgiu, como, entendimento dela na família	O que violação mostra sobre fragilidades na família (ver texto sobre violência). Como contrapor potencialidades?	Acompanhamento familiar Oficinas de reflexão
	Membro (s) da família envolvido (s)	Quem e como (agressor, situação e vítima). Quem “ignorou”, “apoiou”, resistiu?	O que a violação mostra sobre relações na família? Houve afastamento agressor? Potencializar diferenças p/ superação.	Acompanhamento familiar Oficinas de reflexão
	Medida aplicada e motivos da aplicação	Quem e como foi implicado. Qual a posição dos outros membros?	Da criança? Situação e enfrentamento.	Acompanhamento familiar
	Identificação grupo familiar para acompanhamento	Parentes no domicílio, outros parentes, família ampliada, outros.	Pessoas envolvidas. Quem mobilizar, identificar rede social e formas de envolvimento.	Acompanhamento familiar Redes Sociais
	Entendimento da família sobre violação	Como entende, justifica ou não?	Que concepções a família tem sobre violência, direitos e criação de filhos?	Acompanhamento familiar Oficinas de reflexão
	Implicação da família na superação da violação	Envolvimento do grupo familiar como um todo ou só alguns. Frequência nas atividades.	Mostra-se disposta? Resistente? Quem colabora/resiste? Dedicção e frequência atividades propostas.	Acompanhamento familiar

QUADRO 2 - FATORES PARA UM ESTUDO PSICOSSOCIAL DA FAMÍLIA (02)

Dimensão	Elementos do grupo	O que explorar	Referências para a ação técnica	Encaminhamentos
Social-Estrutural	Relação família-rede de serviços	Acessos aos direitos de cidadania	Condições e dificuldades do acesso	Encaminhamentos necessários à Rede de Serviços
	Composição familiar	Tipo de arranjo familiar, número pessoas, número de pessoas masculino/feminino, estado civil, relações de parentesco	Dinâmica da família e dificuldades com cuidadores com crianças e adolescentes. Quem cuida? Quando? Como? Quem faz tarefas domésticas? Higiene casa?	Acompanhamento familiar (refletir sobre organização doméstica e qualidade do cuidado à criança/adolescente)
	Naturalidade	Tamanho município de origem, rural/urbano, tempo de residência em BH/grandes centros.	Identidade e erenças culturais, adaptação em BH. Isolamento sócio-cultural, tradições.	Acompanhamento familiar
	Condições habitacionais	Ver dados SISAS	Possibilidades de ações intersetoriais	Oficina de convivência e Oficina sócio-educativa (resgate tradições)
	Acesso a renda	Fonte de renda, Renda per capita maior do que ¼ s.m	Protagonismo da família	Encaminhamentos à rede de serviços
	Situação ocupacional pais/responsáveis	Ocupados, Não ocupados, Ocupados ocasionalmente (bico)	Necessidade de acesso à renda (>1/4 s.m. per capita), gerar renda, autonomia	Encaminhamento a programas de transferência e geração de renda, qualificação para o trabalho, inclusão produtiva para jovens, preparação p/ o trabalho (adolesc.)
	Escolaridade dos pais/responsáveis	Acesso a informação/trabalho, dificuldade p/ cuidar criança/adolescente. Analfabetismo	Desemprego relacionado a estresse e estresse a violência	Encaminhamento a EJA
	Crianças/adolescentes na escola	Inserção e permanência na escola, rendimento, relação família-escola, acesso, distância da casa,	Como pais/responsáveis percebem seu nível educacional? Demanda melhora? Protagonismo - educação/informação.	Encaminhamento a EJA
	Crianças/adolescentes com acesso saúde e alimentação	Acesso à saúde e alimentação	Promover relação família-escola, dificuldades e soluções.	Acompanhamento familiar, Redes solidárias, Oficina sócio-educativa (temas), Oficinas de reflexão,
	Acesso a educação sexual (adultos/c/ad)	Acesso a educação sexual, tipo, onde, quando.	Orientar para acompanhar saúde e alimentação crianças e adolescentes	Encaminhar saúde/plano social.
	Criança/adolescente em adoção informal	Risco de violação de direitos	Orientação sobre desenvolvimento sexual e sexualidade	Acompanhamento familiar. Oficina sócio-educativa, Oficinas de reflexão
	Acesso a lazer	Tipo, quem, quando/quando.	Conscientizar, Encaminhar para regularização (guarda/adoção)	Acompanhamento familiar
			Riscos associados ao consumo químico Contribuição à união do grupo familiar ou situação de conflito.	Encaminhamento ao CT
				Oficinas convivência; Encaminhar programas de brincar, esporte, cultura e lazer (c/ad/adulto/idoso)

QUADRO 2 - FATORES PARA UM ESTUDO PSICOSSOCIAL DA FAMÍLIA (03)

Dimensão Funcional	Elementos do grupo	O que explorar	Referências para a ação técnica	Encaminhamentos
	Trabalho doméstico	Quem faz? Divisão? Tempo dispendido? Economia doméstica	Orientar para eficiência associada aos cuidados das c/a e do grupo familiar.	Acompanhamento familiar. Oficinas de reflexão. Oficinas de convivência. Oficina sócio-educativa
	Cuidado/responsabilidade c/ c/ad/outros	Quem participa? Controle sobre dinheiro? Dificuldades equilíbrio	Participação e equidade de gênero. Equilíbrio entre crencas e a	
	Responsabilidade por despesas da família	Papéis e funções masculinas e femininas, referências culturais, valores e crencas.	Participação e equidade de gênero previstas em lei.	
Relacional - grupal	Concepções sobre gênero masc/fem			
	Sentimento de identidade grupal e de pertencimento ao grupo	Identidade negativa (questionar) x identidade positiva (promover). Lugar e história de cada um no grupo	Na história da família, acolher relatos de sofrimentos, dificuldades, pontuar momentos, personagens, fatos que mostram qualidades e capacidades. Escutar sobre o lugar de cada um no conjunto de relações/histórias	Acompanhamento familiar. Oficinas de reflexão. Oficinas de convivência. Temas p/ Oficinas sócio-educativas
	Individação & grupalização Reconhecimento de si e do outro no grupo	Desenvolvimento do indivíduo depende de seu reconhecimento pelo grupo e desenvolvimento do grupo de sua união. "Desembaralhar" alianças envolvidas em violação.	Conhecer cada um, habilidades, características e relação no grupo. Identificação de cada um com seu papel/funções – e organização do cotidiano da família. Preferências, identificações.	
	Informação idades da vida/desenvolvimento infantil-juvenil	Empoderamento da família para cuidar de seus membros, especialmente c/ad	Informar sobre as idades da vida, ciclo de vida familiar. Potencializar cuidados de crianças, adolescentes, idosos.	
	Crenças (especialmente sobre educação de c/ad)	Ideais e crencas e sua relação com violação e/ou com direitos	Crenças na família, na família extensa, religião, etc. Influências. Crenças e práticas & os direitos das c/ad	

QUADRO 2 - FATORES PARA UM ESTUDO PSICOSSOCIAL DA FAMÍLIA (04)

Dimensão Relacional	Elementos do grupo	O que explorar	Referências para a ação técnica	Encaminhamentos
Coesão e dispersão do grupo familiar	Coesão e dispersão do grupo familiar	Excessos - de coesão apaga individualidade; de dispersão - não dá identidade.	Flexibilizar fronteiras rígidas. Abertura da família para convivência. Contribuir para agregar onde a dispersão prevalece	Acompanhamento familiar Oficina de Convivência Oficina de reflexão
Papéis na dinâmica das relações	Papéis na dinâmica das relações	Papel afetivo de cada um na família: bode expiatório, porta-voz, lideranças. Subgrupos.	Res significar contribuições de cada um. Flexibilizar papéis e competências. Compreender e rever subgrupos.	Acompanhamento familiar Oficina de Convivência Oficina de reflexão
Regras familiares	Regras familiares	Clareza, Coerência, Flexibilidade. Atitude diante de erro e desvio Tipo e consistência de sanções	Flexibilizar atitude diante erro em sua vinculação com atitude punitiva. Esclarecer limite/sanções (com família), colaborar coerência regras	Acompanhamento familiar Oficina de Convivência Oficina de reflexão Tema para Oficina sócio-educativa
Conflitos familiares	Conflitos familiares	Conflitos fazem parte da dinâmica familiar – considerar quais, se e como são resolvidos, presença de violência entre adultos e contra e/ad.	Tipo, grau e formas de resolução dos conflitos. Potencializar resolução não-violenta (diálogo, pontos de vista) através de histórias, jogos, conversas. Verificar necessidade apoio/proteção.	Acompanhamento familiar Oficina de Convivência Oficina de reflexão Tema para Oficina sócio
Relações e vínculos	Relações e vínculos	Sexualidade e afeto na família Rituais de interação Poder e violência nas relações	Compreender circulação afeto: expressão, preferências, relação da violência no cotidiano (texto violência)	Acompanhamento familiar Oficina de Convivência Oficina de reflexão
Cooperação, competição e participação.	Cooperação, competição e participação.	Quando, quem coopera/ compete. Expectativas mútuas. Tolerância x Intolerância Centralização x Participação Mecanismos de acusações mútuas	Potencializar cooperação, mediar conflitos e facilitar a expressão de conflitos (sempre existem) dentro de limites aceitáveis (direitos), estimular participação e divisão responsabilidade.	Acompanhamento familiar Oficina de Convivência Oficina de reflexão
Dimensão dialógica - Comunicação	Dimensão dialógica - Comunicação	Centralização x Participação Comunicação verbal e não verbal Expressão de valores e emoções Clareza e pertinência ao momento Dificuldades (dupla mensagem, duplo vínculo, atos falhos, mitos, racionalizações, segredos, banalização, acusações, evitação de conflitos, invasão privacidade)	Promover: comunicação, clareza, pertinência ao momento, expressão valores, crenças e sentimentos, comunicação afetiva dentro dos limites (direitos). Escutar e colaborar para compreender e superar dificuldades de comunicação e violências associadas.	Acompanhamento familiar Oficina de Convivência Oficina de reflexão

QUADRO 2 - FATORES PARA UM ESTUDO PSICOSSOCIAL DA FAMÍLIA (05)

Dimensão	Elementos do grupo	O que explorar	Referências para a ação técnica	Encaminhamentos
Relacional	<p>Processos de conhecimento e aprendizagem no grupo</p> <p>Pertinência de ações no contexto e protagonismo familiar</p> <p>Eventos críticos recentes</p> <p>Doença grave, crônica, deficiências.</p> <p>Depend. química</p> <p>comunidade/vizinhos família ampliada</p>	<p>Absorção/rejeição informações. Facilidade/dificuldade ressignificar e redimensionar questões. Reconhecer limite/ potencial. Unir conhecimento/ experiência. Crítica estereótipos/ preconceitos</p> <p>Como família percebe e problematiza suas questões, que tipo de respostas dá a elas, como enfrenta os problemas no contexto, criatividade e eficácia.</p> <p>Casamentos, mortes, perdas, separações, nascimentos.</p> <p>Tipo de doença/deficiência, grau de comprometimento.</p> <p>Convivência familiar/ comunitária. Conflito e Apoio. Redes solidárias</p> <p>Tem religião? Qual? Prática?</p>	<p>Introduzir conhecimentos, promover associação c/ experiência. Facilitar ressignificação e redimensionamento da experiência. Facilitar percepção/crítica de estereótipo/preconceito; criatividade e iniciativas p/ soluções no dia a dia.</p> <p>Potencialidades do grupo – iniciativas e protagonismo. Tipo/processo tomada de decisão. Como restaura forças, compensa, resgata projetos, repara sofrimento, trabalha luto e restauração?</p> <p>Impacto no grupo (comunicação, clima de tensão e relação com violações) e formas de enfrentamento/superação. Considerar ações apoio e proteção e encaminhamentos (saúde e outros).</p>	<p>Acompanhamento familiar</p> <p>Oficina de Convivência</p> <p>Oficina de reflexão</p>
Relacionais	<p>Religiosidade</p>	<p>Adultos, Crianças/Adolescentes</p>	<p>Promover comunicação e convivência dentro direitos. Redes solidárias e superação de violação na família.</p> <p>Religião e crenças sobre criação de filhos: potencialidades e limites.</p>	<p>Acompanhamento familiar, oficinas de convivência, temas de oficinas sócio-educativas, redes solidárias.</p>
Relação com comunidade e família ampliada	<p>Mendicância</p> <p>Trajatória de rua</p>	<p>Adultos, Crianças/Adolescentes</p>	<p>História e lógica que sustenta. Considerar ações apoio/proteção</p> <p>História/lógica.</p> <p>Considerar apoio/proteção</p>	<p>Acompanhamento familiar</p> <p>Encaminhamentos (apoio/proteção)</p>
Situações de exclusão sócio-cultural	<p>Situações de marginalidade</p> <p>Queixa racismo e discriminações</p>	<p>Adultos, Crianças/Adolescentes</p> <p>Reação defensiva e influência na convivência familiar/comunitária</p>	<p>História e lógica que sustenta</p> <p>Considerar apoio/proteção</p> <p>Auto-estima, Enfrentamento de preconceitos, Protagonismo.</p>	<p>Acompanhamento familiar. Oficinas de reflexão. Oficinas de convivência. Temas Oficinas sócio-educativas.</p>

QUADRO 3 - FASES E ESTRATÉGIAS DE ACOMPANHAMENTO DA FAMÍLIA (1)

ACOMPANHAMENTO TÉCNICO	FAMÍLIA EM ACOMPANHAMENTO	APOIO	PROTEÇÃO	ORIENTAÇÃO
<p>Inserção da família no SOSF e identificação do “grupo familiar”</p> <p>Entrevistas preliminares (acolhimento, investigação diagnóstica e plano de ação com a família)</p>	<p>Reconhecimento e identificação como família</p> <p>Negação/Compromisso</p>	<p>-</p> <p>Identificar necessidade e incluir em programas de transferência de renda e qualificação profissional</p>	<p>Medidas sócio-educativas, conforme encaminhamento do caso para SOSF</p> <p>1) Identificar e encaminhar para medidas judiciais;</p> <p>2) Identificar ações emergenciais e outros encaminhamentos necessários à rede de serviços.</p>	<p>Contato inicial e sensibilização para o trabalho. Marcar entrevista inicial. Se necessário, visita domiciliar.</p> <p>1) Acolhimento. Vínculo com de confiança e empatia. Informar sobre direitos e deveres. Refletir sobre necessidades e acesso.</p> <p>Tornar consciente medo e culpa, abaixar a ansiedade e oferecer apoio para superação das dificuldades.</p> <p>2) Coletar dados sobre família e identificar foco, pontos nodais e secundários na dinâmica familiar.</p> <p>3) Tentativa de superação dessa fase pela negociação de plano de trabalho sobre vulnerabilidades, riscos e potencialidades.</p> <p>4) Inserir a família nas atividades do grupo, sócio-educativo ao longo ou ao final dessa primeira fase.</p>
<p>Acompanhamento (Implicação e problematização)</p>	<p>Queixa/Barganha</p>	<p>Idem (novas situações)</p>	<p>Idem (novas situações)</p>	<p>1) Trabalhar responsabilidade da família (e não culpabilizar), associando-a à dinâmica intra/extra familiar. Transformar a “queixa” em “demanda” pela identificação de problemas, potencialidades e projetos. Dar orientações para enfrentamento de problemas mas incentivar crescimento da autonomia; (2) Escuta a família através de instrumentais diversos: jogos, histórias. Reflete com família sobre dificuldades e saídas; (3) Reduz o stress e potencializa as competências da família; Atende a família como grupo e subgrupos, conforme demandas. Identifica processo grupal da família (ver quadro); (4) Encaminha para atividades grupais (reflexão e convivência). (5) Sugere o trabalho com redes sociais, se necessário; (6) Planeja com família ações específicas p/ problemas específicos (reinsersão de criança c/ trajetória de rua, etc).</p>

QUADRO 3 - FASES E ESTRATÉGIAS DE ACOMPANHAMENTO DA FAMÍLIA (2)

ACOMPANHAMENTO TÉCNICO	FAMÍLIA EM ACOMPANHAMENTO	APOIO	PROTEÇÃO	ORIENTAÇÃO
Acompanhamento (Elaboração e co-construção)	Aceitação/Crise	Idem	Idem	<p>Idem estratégias do quadro anterior, mais:</p> <p>1) Estimular a implicação (subjetiva) da família no problema e o reconhecimento de suas competências para resolvê-lo; 2) Acolher a ambivalência da família ajudando a resolução pelo protagonismo e elaboração, (3) acolhe e amplia o trabalho de reflexão esparsa e instável e as soluções encontradas, para fortalecê-las ao longo do processo.</p>
	Responsabilização/Elaboração	Idem Começar a trabalhar a possibilidade da família ficar independente do apoio recebido	Idem Trabalhar a consolidação do acesso aos serviços e o protagonismo	<p>Idem estratégias anteriores mais</p> <p>Escuta a família e busca promover sua reflexão sobre suas dificuldades, repetições, entraves, resistências, defesas, contradições, desejos, capacidades e potencialidades. Dinamiza, com ou sem instrumentais técnicos, com a família, o seu processo de revisão e de re-significação de suas relações e de seu cotidiano. Faz perguntas, sugere associações, esclarece, aponta linhas de raciocínio ou contradições, etc.</p> <p>Procura identificar junto com a família os seus recursos e formas de apoio em sua rede social.</p> <p>Articula rede social em torno da família e problematiza.</p>
Acompanhamento (Auto-avaliação e finalização)	Autonomia/Protagonismo	Avalia a independência da família do apoio recebido e suas maneiras de conquistar autonomia. Provê apoio para efetivar a autonomia.	Idem	<p>(1) Promover auto-organização e autonomia</p> <p>(2) Revisão do plano de ação e auto-avaliação da família para planejar desligamento e estabelecer com ela um cronograma para tal, com atividades grupais e individuais.</p> <p>(3) Reconstituir com família a sua história e promover registro dessa história para ela</p>
Avaliação do caso e desligamento	-	-	-	<p>Decisão sobre desligamento progressivo (com acompanhamento da família cada vez mais espaçado e mesclando a participação no grupo sócio-educativo) ou imediato.</p>

QUADRO 4 - FASES DO GRUPO E PAPEL DA COORDENAÇÃO

FASES	CARACTERÍSTICAS	PAPEL DA COORDENAÇÃO (agrega de fase em fase, complexificando a coordenação)
<p>Formação de identidade</p> <p>1) Fase inicial de ambivalência</p> <p>2) Fase de idealização.</p>	<p>1) Conflito entre desejar pertencer, integrar-se ao grupo e ter a sua diferença reconhecida (de forma diferenciada) pelo grupo e pela coordenação.</p> <p>Conflito entre confiar/desconfiar uns nos outros para formação de vínculos. Se identidade negativa é percebida, o grupo tende a demorar mais para estabelecer o vínculo e a demonstrar maior dependência da coordenação. Grupo se mostra mais “na defesa”, sentimentos ambivalentes acentuados (quer e não quer participar) e transformados em atuações. “Bagunça” inicial pode ser devida a regra anterior e/ou ausência de regras.</p> <p>2) Uma vez que os vínculos começam a se formar (heterogêneos) há uma tendência para idealizar o que o grupo é e/ou pode alcançar.</p> <p>3) A expressão de sentimentos ainda é mais catártica do que reflexiva.</p>	<p>Promove o acolhimento do grupo como um todo e de cada participante.</p> <p>Incentiva o conhecimento mútuo e a troca de experiências através de conversas e técnicas.</p> <p>Busca com cada participante – sempre no grupo – compreender e dinamizar o que ele pode trazer para o grupo e o que pode aprender com o grupo.</p> <p>Enfatiza a importância da escuta e do respeito no grupo entre os participantes.</p> <p>Promove uma “circulação da palavra” (oportunidade para participar associada ao respeito à forma de cada um participar).</p> <p>Ajuda o grupo a esclarecer os seus objetivos e ideais.</p> <p>Incentiva a comunicação do grupo (explora significados, cria referência afetiva e moral).</p> <p>Não explora conflitos que ainda não podem ser enfrentados pelo grupo devido a que (a) os vínculos ainda estão frágeis, (b) o nível de ansiedade está muito grande.</p> <p>Busca diminuir o nível de ansiedade do grupo e propiciar um sentimento de esperança e realização através de diálogo e ludicidade.</p> <p>Conversa com o grupo sobre as regras de seu funcionamento. Regras implícitas e explícitas. Ajuda a selecionar e criar regras.</p>
<p>Negociação de conflitos e objetivos</p>	<p>Primeiros sentimentos de frustração quanto aquilo que o grupo pode dar a cada um. Catarse de sentimentos começa a ser trabalhada. Busca de negociação entre os participantes sobre as regras, atividades e objetivos do grupo. Linguagem ainda é racionalizadora mais do que reflexiva. Mas o grupo já começa a explorar a sua experiência. Pode haver acusações mútuas. Enfrentar os conflitos envolvidos nas tarefas do grupo gera ansiedade. O grupo tem que aprender a lidar com ela e desenvolver-se. A relação com o coordenador envolve momentos de dependência e momentos de crítica ou “fuga”.</p>	<p>Acolhe o grupo e os participantes (contínuo).</p> <p>Ajuda o grupo a manter os seus objetivos e identificações entre membros, respeitando diferenças.</p> <p>Ajuda a entender que as diferenças são ricas e que o grupo aprende com a troca de experiências.</p> <p>Traz novas informações que ajudam a compreender e solucionar os conflitos.</p> <p>Ajuda a associar a linguagem racionalizadora com a experiência de cada um: associar normas com sentimentos, insights sobre a experiência, etc. (o “dever ser” ao “está sendo” e “querer ser”)</p> <p>Ajuda o grupo a evitar conclusões sem fundamento ou parciais, generalizações vazias, pensamento dicotômico, a rotulação dos participantes ou das experiências, os preconceitos e estereótipos e as expectativas irreais.</p> <p>Ajuda o grupo a se “normatizar”, isto é, fazer combinados, regras, divisão de papéis, etc.</p> <p>Evita a cristalização de papéis no grupo.</p> <p>Ajuda o grupo a desenvolver as potencialidades de cada um e do grupo como um todo.</p> <p>Ajudar o grupo a criar e reconhecer a sua “mentalidade grupal”, isto é, um conjunto de modos de agir, pensar e sentir constantemente mobilizado nas conversas e que precisa ser objeto de reflexão do grupo: seja para reiterar seja para mudar opiniões e posições.</p>

<p>Realização das tarefas interna e externa</p>	<p>A realização da tarefa não se dá sem conflitos e dificuldades. Pode-se resistir a compreender um tema por ele ser "doloroso" ou provocar sentimentos dolorosos. Acotece também que a um avanço na tarefa segue-se um momento de "vazio" ou de ansiedade. Isto se dá não só pelas frustrações mas também porque as realizações trazem um novo patamar de exigências às quais os sujeitos precisam responder. Assim, o crescimento não é linear mas se dá em um ir e vir sobre o próprio ideal e identidade. É preciso restaurar o grupo, com tolerância e renovando os ideais e o sentimento de esperança. O grupo precisa de apoio para prosseguir seu movimento de crescimento e reflexão, superar o medo e a ansiedade que isto traz e descobrir novas formas de interagir e solucionar os seus problemas. O grupo está mais disposto a rever suas identificações e a compreender problemas comuns. Maior solidariedade. Há intensificação dos sentimentos e das trocas interpessoais, tanto "positivas" quanto "negativas". Maior expressão de sentimentos e de demandas no grupo. Capacidade de atender ou negar a demanda do outro. O grupo caminha para uma maior autenticidade e democratização na comunicação.</p>	<p>As funções da primeira e segunda fase e ainda: Ajudar o grupo a reconhecer o seu conflito e esclarecer o medo. Tolerar os tropeços do grupo sem deixar de trabalhar no sentido de recuperar o sentimento de confiança e de esperança. O acolhimento é importante nesse movimento. Reafirmar, ao final de cada encontro, aquilo que o grupo conseguiu produzir. Solicitar que o grupo faça atividades extra-grupo como forma de esclarecer e consolidar o crescimento no grupo (conversar com o filho, ou deixar um poema pregado na porta do armário, por exs). Evitar as atuações provocadas pelas dificuldades dessa fase (os sentimentos dolorosos e a ansiedade podem levar a pessoa a ter reações indesejadas fora do grupo). Para tal, conversar sobre isso no grupo, estabelecer pequenos acordos (se sentir isso...lembre-se de...) etc. Enfatizar os ganhos do grupo e o seu "empoderamento", suas potencialidades, etc, tanto como meio de crescimento no grupo quanto como forma de evitar a atuação fora dele. Fortalecer o grupo para superação do medo de mudar. Ajudar o grupo a esclarecer os seus pontos de conflito, suas dificuldades, etc, como forma de crescimento (tocar claramente nas dificuldades mas sempre apontando para a superação). Enfatizar a importância do grupo como espaço para diálogo sobre a família. Trazer novas informações para o grupo bem como ocasiões de conversa e trocas lúdicas. Abrir espaço para a expressão de sentimentos e para a sua compreensão e ressignificação no espaço do grupo. Enfatizar a cooperação e a solidariedade grupal. Permitir e mediar a conversa sobre conflitos, inclusive com o uso de técnicas. Ajudar o grupo a identificar as suas "repetições" nas relações do grupo e da família e a encontrar formas de quebrar o círculo vicioso destas.</p>
<p>Preparação e elaboração do final do grupo</p>	<p>O grupo percebe que está acabando e sente-se ambivalente novamente: de que valeu o seu processo? Pode resistir ao fim buscando novas tarefas, renovando promessas, etc. Ou pode voltar à desconfiança inicial (para que vou confiar se vou perder?), inclusive apresentando sinais de dispersão, sono, absenteísmo, polêmicas, etc.</p>	<p>Ajudar o grupo a rever o seu contrato inicial e a avaliar o que foi realizado. Ajudar o grupo a sistematizar os pontos positivos e negativos de seu processo, o que pode permanecer como um "ganho" e o que ainda é necessário trabalhar. Promover formas de interação lúdica e cooperativas que restaurem o sentimento de que valeu a pena pertencer ao grupo e permita a expressão de sentimentos. Promover o acolhimento dos sentimentos de perda e aceitar a separação. Promover no grupo a discussão de como dar continuidade através de outras formas e espaços aos ganhos que foram conquistados. Se for o caso, estimular as iniciativas associativas e de cooperação mútua extra e pós-grupo (formação de associações, etc)</p>

QUADRO 5 - AVALIAÇÃO DO PROCESSO GRUPAL

DIMENSÃO	Indicador	Conceito	NOTA DE 0 a 10	Sugestão de encaminhamentos (para uso dos técnicos)
Objetivos do grupo	(Preparar de acordo com os objetivos)	Objetivos ou questão que o grupo vai trabalhar.		
Vetores do processo grupal	Pertencimento	Como cada membro se implicou na Oficina? Houve, na Oficina, um clima de acolhimento e de escuta? Cada membro participou, à sua maneira, do processo do grupo? Que dificuldades surgiram e como foram abordadas? Os participantes criaram vínculos afetivos e de confiança entre si e com a coordenação?		
	Comunicação	Houve, no grupo, uma predominância de comunicação aberta entre seus membros, isto é, foram capazes de expressar suas idéias, questões e sentimentos sobre os temas tratados? Houve trocas de experiências significativas? Houve um processo compartilhado de reflexões e conhecimentos? Que papel cada um teve na rede de comunicação do grupo? Que diferenças individuais foram observadas? Que dificuldades surgiram e como foram abordadas?		
	Cooperação	Os participantes mostraram interesse pelos colegas e respeito às suas falas? Mostraram afeto e disponibilidade para dar apoio aos companheiros e lhes oferecer sugestões? Conseguiram ajudar uns aos outros a compreender e avançar na tarefa externa? Que dificuldades surgiram e como foram abordadas?		
	Aprendizagem (que tem 3 significados: aquisição de informações; insight sobre a experiência; operatividade com a informação)	: Os participantes avançaram na compreensão do tema abordado? Houve apoio mútuo nessa aprendizagem? Fizeram uma interrelação entre os conteúdos aprendidos e as suas experiências no cotidiano? Conseguiram situar as novas informações em sua vida cotidiana? Indicaram que estavam usando as novas informações e reflexões em sua vida cotidiana? Que dificuldades surgiram e como foram abordadas?		
	Tele	Os participantes se mostraram motivados para compreender os seus problemas e os problemas dos companheiros e para buscar formas de melhorar sua qualidade de vida? Confiaram no grupo como um lugar ou instrumento apropriado para buscar melhorar a sua qualidade de vida? Mostraram-se ligados entre si e comprometidos como um grupo com a realização de sua tarefa externa? Mostraram ter uma vinculação com os coordenadores e confiar neles? Que dificuldades e resistências surgiram e como foram abordadas?		

	Pertinência	Houve uma boa SENSIBILIZAÇÃO dos participantes para os problemas abordados? Que sentimentos e emoções foram vividos e relatados? Houve uma REFLEXÃO sobre os problemas abordados? O grupo conseguiu trazer boas idéias? Houve o esclarecimento de dúvidas? Houve uma ELABORAÇÃO do problema pelos sujeitos envolvidos? Houve mudanças na postura de cada um?		
atuação dos coordenadores	atuação dos coordenadores em relação a(o)	<ul style="list-style-type: none"> - acolhimento e integração de cada membro e do grupo? - construção de um clima de confiança e de respeito no grupo? - construção da Oficina junto com o grupo? - acompanhamento dos casos e do grupo como um todo? - incentivo e facilitação da comunicação e da cooperação no grupo e da participação de cada membro? - caráter democrático da coordenação (ou laissez-faire, ou autoritário)? - incentivo à aprendizagem no grupo, possibilitando que os participantes fizessem questões, articularassem as informações à sua própria experiência e tirassem conclusões? - uso pertinente de técnicas de dinamização de grupo? - atenção às fases do grupo: formação de identidade e vínculos, interação com as diferenças e com a tarefa, a elaboração do fim do grupo? -trabalho articulado, no que diz respeito à Oficina, com os colegas da equipe? -dificuldades que surgiram na Oficina, sua abordagem e manejo? -encaminhamento apropriado dos casos que assim precisaram. 		
Oficina em seu contexto sócio-institucional	Impacto da oficina	<ul style="list-style-type: none"> De onde veio a demanda para a Oficina? -Houve apoio institucional? apoio da comunidade? -Foi a primeira vez que se realizou a Oficina? O que se aprendeu com ela? -Como as particularidades da coordenação deram um "rosto" para a Oficina? -Quais as dificuldades e facilidades encontradas? -Como superar essas dificuldades e consolidar os avanços conseguidos? 		

ANEXO 6 - FOLHA DE AVALIAÇÃO DA FAMÍLIA -

DATA: ____/____/____ TÉCNICO RESPONSÁVEL: _____

DIMENSÃO E VALOR	INDICADOR	Pontos possíveis	Pontos obtidos	Encaminhamento Dado (*)	Resultado do Encaminhamento
HISTÓRICO DE VIOLAÇÃO (00 a 50 pontos)	Ausência de violação	50			
SÓCIO-ESTRUTURAL (até 20 pontos divididos pelos itens)	Habitação adequada (SISAS)				
	Acesso a renda > 1/4 sm/p.c.				
	Doc. dos membros em dia				
	Pelo menos 1 resp. ocupado				
	Pelo menos 1 resp. alfabetizado				
	Acesso saúde				
	Acesso à saúde mental				
	Acesso à alimentação				
	Gestantes adultas ausentes ou com pré-natal				
	Acesso à educação sexual p/ ad				
	Cr-0 a 6 c acomp nutricional				
	Cr-0 a 6 c vacinação dia				
	Cr na escola (ou n.a)				
	Ad na escola (ou n.a)				
	Lazer, esporte e cultura c/ad				
	Inclusão produtiva p/ 16-18 anos				
FUNCIONAL (até 15 pontos divididos pelos itens)	Funções de cuidado de cr/ad distribuídas com eficácia (com ou sem a ajuda da fam extensa)				
	Situação de poder familiar regular ou em regularização				
	Ausência de adolescente grávida				
	Particip ambos os pais na vida dos filhos (Presença; Pensão alimentos; se falecido considerar direito ao nome e filiação)				

RELACIONAL (até 15 pontos divididos pelos itens)	Ausência de indicadores de violação			
	Identidade positiva grupo			
	Coesão grupal			
	Sentimento de pertencimento			
	Individuação e grupalização			
	Informação desenvolvimento infantojuvenil			
	Crenças sobre educação c/ad sem recurso à violência			
	Divisão papéis satisfatória P a própria família			
	Conflitos dentro de regras			
	Regras claras/flexíveis			
	Comunicação familiar clara e afetiva			
	Cooperação e participação			
	Abertura para aprendizagem			
	Protagonismo e criatividade			
	Dep. Quim., doença, defic. Incap ausente em tratamento			
Convívio/apoio família extensa e ou comunidade				
Ausência de racismo/discriminação				

Critérios

- 1) Admissão – Ocorrência de violação de direitos.
- 2) Acompanhamento – mostrar crescimento de pontuação ao longo do processo.
- 3) Desligamento
 - 3.1.) esgotamento de possibilidades – pontuação igual ou abaixo de 50 (a família não apresenta superação da violação)
 - 3.2.) superação de violação – pontuação entre 51 e 70
 - 3.3.) superação de violação e fortalecimento vínculos familiares – pontuação 71 ou mais;

RESULTADO: Observações em folhas adicionais;



PREFEITURA BH
TRABALHO PELA VIDA